
REVISTA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS

N.º 34 — Ano IX — Abril/Junho — 1956

SUMÁRIO

	<i>Pág.</i>
Conceito de Amazônia	Eidorfe Moreira 105
<i>Estudos Regionais</i>	
Interpretação geo-econômica do Brasil Oriental	José Denizard Macedo de Alcântara 111
<i>Estudos de Planejamento</i>	
Saneamento Rural	Eduardo da Veiga Soares 118
<i>Economia & Finanças</i>	
Fiscalização das Finanças Comuns e Autonomia Municipal	Fernandes Távora 126
<i>Idéias em Foco</i>	
Conceituação de latifúndio nas diversas regiões do país	Pedro Conde 129
<i>Inquéritos & Reportagens</i>	
Cadastro das favelas de Belo Horizonte	131
<i>Através da Imprensa</i>	
Finanças setecentistas da pequena cidade hoje metrópole trimilhonar	A. de E. Taunay 135
Descentralizar a educação, uma reforma que se impõe	Anísio Teixeira 137
Pernambuco e os cem municípios mais importantes	Diocleciano Pereira Lima 138
Morrendo e aprendendo	Eneida 139
<i>Brasil em Revista</i>	
Verbetes para um dicionário dos municípios	140
<i>Vida Municipal</i>	146
<i>Estatística Municipal</i>	
Aspectos da organização hospitalar e para-hospitalar	153
<i>Notas & Comentários</i>	
Novo presidente do IBGE — Aniversário do IBGE — Secretaria-Geral do CNE — Os municípios e a reforma constitucional — O mapa do Brasil — Reunião de bispos — Conferência na AMB — IV Congresso Nacional de Municípios — Em poucas linhas	169

A REVISTA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS, publicação trimestral do Conselho Nacional de Estatística, é órgão oficial da Associação Brasileira dos Municípios.

Diretor responsável: WALDEMAR LOPES

Secretário: VALDEMAR CAVALCANTI

Assinatura anual: Cr\$ 80,00.

Tôda correspondência deve ser encaminhada à sede do Conselho Nacional de Estatística, Avenida Franklin Roosevelt, 166. Telefone 43-4821.

CONCEITO DE AMAZÔNIA

EIDORFE MOREIRA

NÃO obstante ser uma das regiões mais definidas e individualizadas dentro dos quadros continentais, a Amazônia não é, contudo, uma região muito fácil de definir-se ou delimitar-se a começar pela pluralidade de sentido do termo que a nomeia, que tanto pode significar uma bacia hidrográfica como uma província botânica, um conjunto político como um espaço econômico.

O problema de se definir o que seja Amazônia consiste, antes de mais nada, em submeter-se essas considerações particulares a um critério geral e comum que englobe, numa só fórmula geográfica, essa diversidade de sentido ou de condições. E isso porque, como diz reputada autoridade no assunto, “uma região natural deve ser caracterizada por um conjunto de fenômenos — e não por um único isoladamente — correlacionados entre si, pois tal correlação é que confere à região a sua unidade. Nem todos os fenômenos precisam ser considerados, mas sim aqueles que são realmente significativos, em torno dos quais todos os outros se agrupam, e que dão à região um cunho particular” (Fábio de Macedo Soares Guimarães, “Divisão regional do Brasil”).

Mesmo quando considerada sob um aspecto determinado, a Amazônia comporta uma certa margem de imprecisão e até mesmo de incerteza no que respeita aos seus limites e à sua extensão. Conforme o elastério que lhe permitirem os critérios adotados com o fim de defini-la ou delimitá-la — critério hidrográfico, botânico, político, econômico, etc. — a sua área ora se amplia ora se reduz, assume essa ou aquela proporção, variando às vezes consideravelmente o âmbito sob o qual é tomada como objeto de interesse, estudo ou consideração. Ainda que permaneça imensa sob qualquer aspecto que a considerarmos, varia grandemente o conceito dessa imensidão.

Considere-se, por outro lado, que uma região não é apenas uma individualidade fisiográfica, mas também a fixação de uma dada experiência humana no plano paisagístico, possibilitando-nos assim uma visão particular das grandezas e vicissitudes do homem num sentido cósmico.

O homem não é um elemento crescido à paisagem, uma sorte de acessório destinado a orná-la ou completá-la, pois se assim fôsse seria apenas uma expressão decorativa na superfície do Planeta. Na realidade, êle é o fator geográfico por excelência, e isso tanto pelas suas atividades como pela sua própria condição, tanto pelo que realiza como pelo que é: no primeiro caso por ser um modelador de paisagens, no segundo por ser um elemento necessário à sua significação. Daí porque, mesmo quando não figura na paisagem, êle está implícito nela. Sem o homem, o espaço é uma noção física, não uma noção geográfica.

Isso cria inevitavelmente uma outra ordem de considerações a serem levadas em conta no conceito de qualquer região — as considerações de ordem humana: sociais, políticas, econômicas, etc. — o que não deixa de ser um fator de complexidade, sobretudo quando se consideram os problemas ou vicissitudes que o homem enfrenta nelas.

ORA, o homem encontra-se na Amazônia numa das situações mais ingratas e desfavoráveis em face da natureza. Chega a ser mesmo paradoxal que uma das regiões mais simples e homogêneas sob o ponto de vista geográfico constitua uma das ambiências mais difíceis à adaptação humana. Por isso, quando se fala em “complexidade amazônica”, mesmo num sentido geográfico, isso deve ser entendido menos em relação à terra do que em relação ao homem.

Não é a natureza por si mesma, mas a condição humana em face dela, que cria verdadeiramente os problemas geográficos. E nenhum problema é mais complexo e ingrato em Geografia do que o de conceituar e sobretudo delimitar regiões, pois nem sempre é possível conciliar, no plano geográfico, as necessidades lógicas do espírito com a ordem natural das coisas.

Não obstante ser contínua no processo das suas manifestações, procuramos destacar da natureza determinadas áreas de interesse mediante certas razões ou pressupostos, o que nos leva a submetê-la a uma certa prefigurabilidade, que nem sempre se casa satisfatoriamente com os dados reais da paisagem.

Além do mais, a fronteira das relações humanas entre as regiões nem sempre coincide com a estabelecida pela contiguidade geográfica; as influências e inter-relações que se formam à base dessa contiguidade, mesmo definindo-se noutro plano, neutralizam ou modificam muitas vezes a linha e o sentido original dos limites dessas regiões. Foi certamente o reconhecimento dessa precariedade que levou Fleure a propor a substituição, no campo geográfico, da noção linear de fronteira pela de "zona de contacto".

Tudo isto mostra a soma de dificuldades que temos de enfrentar quando procuramos definir ou delimitar uma região, mormente uma região que se notabiliza, como no caso presente, pela sua desmesurada extensão.

Quem quer que se proponha a conceituar a Amazônia, sob qualquer aspecto que seja, deve fazê-lo num sentido necessariamente lato, sem o que prejudicará essa conceituação. Como área ou fato geográfico, ela não comporta conceitos restritivos. Sob qualquer aspecto que a considerarmos ela será extensa, variando apenas os critérios com base nos quais avaliamos ou limitamos a sua grandeza.

CONCEITO HIDROGRÁFICO

No sentido hidrográfico, que é o mais amplo e definido geograficamente falando, Amazônia designa uma bacia fluvial, no caso a bacia do grande rio epônimo. Os rios concorrem, mais do que qualquer outro fator, para a modelação fisiográfica de uma região. Com o seu sistema de drenagem, êles centralizam e completam o processo erosivo dos outros fatores, ao mesmo tempo que, como via de transporte e comunicações, prestam um sentido de unidade à região.

"Os cursos d'água — diz De Martone — chamam a atenção por si próprios, como um objeto de estudo mais vivo do que qualquer outro da geografia física" (*Traité de géographie physique*). Ainda que não revistam mais a importância que se lhes atribuía antigamente como critério determinativo das regiões, êles constituem, contudo, dados imprescindíveis para a caracterização delas. Se não se define mais hoje em dia uma região com base unicamente na sua rede hídrica como o faziam os geógrafos antigos, nem por isso essa rede deixa de assumir uma importância capital na sua conceituação.

No caso da Amazônia, muito mais do que em relação a qualquer outra, essa importância é fundamental, dado o vulto e a extensão da sua rede hídrica. Com a sua forma sensivelmente poligonada, que lhe acentua ainda mais o efeito dimensional, essa imensa bacia abrange uma área de cerca de 6 430 000 km² (Homem de Melo, *Atlas do Brasil*), constituindo assim o maior conjunto potâmico não só da América do Sul como do globo.

Ao norte e ao sul limitam-na os dois mais antigos e desgastados maciços orográficos do continente — o guiano e o brasileiro — de modo que nesses pontos os seus contornos são pouco salientes sob o ponto de vista hipsométrico, principalmente ao sul, onde o *divortium aquarum* que a separa da bacia platina torna-se por vezes impreciso; a oeste, todavia, êles se alteiam consideravelmente, pois aí encontramos os Andes circuncrevendo-a numa extensão de 3 000 km aproximadamente.

A par da sua extensão, notabiliza-a também a pronunciada assimetria da sua rede de drenagem. O eixo hidrográfico da bacia, representado pelo Amazonas, não coincide com o eixo geométrico da mesma, achando-se mais ao norte dêste, de modo que os afluentes da margem setentrional do Amazonas são sensivelmente menores em relação aos da outra margem.

PELA sua posição continental e excepcional amplitude, essa grande bacia interessa diretamente a vários países, entre os quais se reparte de maneira muito desigual, de modo que teremos, com consideráveis desproporções entre si, tantas "Amazônias" quantas forem as frações correspondentes a cada um dêles. Há dêsse modo uma Amazônia brasileira, uma Amazônia boliviana, uma Amazônia peruana, etc., como há também, de acordo com essa relação ou filiação hidrográfica, países amazônicos e não amazônicos, sem que isso importe ou revista um sentido formalmente político.

Ao Brasil cabe a maior e mais importante fração dessa bacia, cerca de 3 800 000 km² (4 778 374 km², segundo o Conselho Nacional de Geografia), e só essa fração brasileira se avanta sobre a área de qualquer outra bacia fluvial do planeta, como se verá pelo confronto a seguir:

BACIAS	ÁREA (Km ²)	FONTES
Amazonas	6 430 000	Homem de Melo
Mississipi	3 300 000	H. Habenicht
Platina	3 104 000	Delgado Carvalho
Ob	2 900 000	De Martonne
Nilo	2 867 000	De Martonne

CONCEITO BOTÂNICO

COMO província botânica, Amazônia é a grande floresta equatorial sul-americana, que na sistemática de Martius constitui o Reino das Náíades e na de Humboldt a Hiléia (*Hyloe*), como geralmente é mais conhecida.

Ainda que Hiléia se tenha tornado um termo extensivo a outras florestas equatoriais, em oposição às florestas das zonas temperadas, o termo não perdeu a sua significação original com respeito à floresta amazônica, tanto mais quanto essa floresta representa o tipo mais completo e desenvolvido dentro da sua categoria botânica. Para todos os efeitos, ela ficou sendo a Hiléia por excelência.

A floresta amazônica, com efeito, é a maior e mais exuberante manifestação da vida vegetal no continente e no globo, ou, como já se disse, o seu *climax biológico* (Warming). Muito cerrada e heteróclita, ela constitui um tufo colossal de verdura cobrindo cêrca de 30% da área continental, numa extensão só comparável à da *Taiga*, a grande floresta russo-siberiana.

Apesar da sua notável unidade sistemático-botânica, a Hiléia apresenta, contudo, algumas variações no seu aspecto geral, o que deu margem à sua divisão em subprovíncias ou zonas. Temos assim, segundo A. J. de Sampaio (*Fitogeografia do Brasil*), uma zona oriental andina, correspondente à vertente amazônica dos Andes; uma zona amazono-orenoçense, a mais central e importante; e uma zona guianense, a mais a leste, sem falar no que êle chama a "disjunção central-americana", por não ser considerada amazônica.

Dada a natural correlação entre a flora e a fauna, a Hiléia representa tanto um espaço botânico como faunístico, constituindo, sob êste último aspecto, uma das subdivisões mais ricas e interessantes da grande região Neotrópica, segundo a clássica divisão zoogeográfica de Sclater e Wallace. Definindo êste complexo biogeográfico, diz Melo Leitão: "A mais vasta das províncias da sub-região brasileira, a que mais tem seduzido os naturalistas pela exuberância da flora, riqueza dos rios, mistérios das gentes, variedades da fauna é a Hiléia, que abraça quase tôda a bacia do Amazonas e do Tocantins, estendendo-se até a zonas dos cocais do Maranhão e norte de Mato Grosso e alcançando parte não desprezível dos países limítrofes com o Brasil ao Norte e a Oeste. É a província de limites biológicos mais precisos, com um sem-número de formas próprias ou que aí têm seu *habitat* principal" (*Zoogeografia do Brasil*).

É como flora e como fauna, aliás, que a Amazônia mais interêsse tem despertado sob o ponto de vista científico, sobrando razão a Bates quando a considera "o verdadeiro paraíso dos naturalistas", pela soma de material e imensas possibilidades que oferece ao estudo nesse terreno (Bates, *O naturalista no rio Amazonas*).

Não esqueçamos, contudo, que, tanto como área botânica como faunística, os limites da Amazônia têm algo de impreciso e convencional, não satisfazendo plenamente, a não ser de um modo aproximado, os que lhe têm sido traçados. Além disso, nem sempre há coincidência entre a Amazônia hidrográfica e a Amazônia botânica e faunística, tanto assim que, embora menor, esta ultrapassa nalguns trechos as raias naturais daquela, como acontece na Guiana e na Venezuela.

CONCEITO POLÍTICO

NUM sentido mais restrito e nacional, Amazônia designa uma das regiões naturais em que se divide o Brasil. Segundo a divisão corrente, já de há muito adotada para certos fins oficiais, essa região compreende a vasta zona equatorial do País que se individualizou geograficamente em torno do grande rio que a percorre e nomeia. Integram-na as unidades que compõem o quadro político do Setentrião brasileiro e que têm nesse rio, ou nos seus afluentes, o seu nexó geográfico efetivo.

De um modo geral, essa região se acusa e particulariza pelos seguintes traços paisagísticos:

- a) — grande extensão e notável homogeneidade panorâmica, compondo o maior e mais definido quadro geográfico do País;
- b) — configuração preponderantemente planiciária, com fracas elevações ao norte e ao sul, sem contrastes pronunciados no conjunto do relêvo;
- c) — acentuada penetração continental e conseqüentemente ampla margem fronteira, o que lhe confere alta significação geopolítica;
- d) — extraordinária exuberância dos quadros naturais, com limitada expressão da paisagem cultural no complexo paisagístico;
- e) — grande rarefação demográfica e baixo padrão de vida da população, o que acentua ainda mais o contraste entre o homem e a natureza no âmbito regional.

Pela sua formação histórica e pela sua homogeneidade física, pode-se dizer que essa região apresenta um sentido de unidade mais definido do que qualquer outra, principalmente sob o último aspecto.

Entretanto a delimitação territorial de tão imensa região não se processou em termos geográficos e sim em função de uma acomodação política, tanto assim que se desprezaram, em detrimento da sua unidade natural, as parcelas territoriais de outros Estados que nela se integram naturalmente pela identidade do tipo paisagístico. Achou-se preferível — de certo modo compreensivelmente — sacrificar antes uma individualidade regional do que a integridade territorial de determinados Estados, muito embora se tratasse de uma divisão geográfica e não política.

A Amazônia passou a designar nesse caso menos uma unidade regional do que um conjunto político, atualmente integrado por dois Estados — Pará e Amazonas — com o cortejo dos Territórios que os ladeiam — Amapá, Rio Branco, Acre e Guaporé. A região ficou assim limitada à área global das unidades políticas supramencionadas, uma área de 3 571 612 km², onde o recenseamento de 1950 acusou a diminuta e diluída população de 1 844 655 habitantes, o que lhe reduz consideravelmente a capacidade representativa no cenário político do País.

Até meados do século passado essa região manteve-se politicamente indivisa, quando então se constituiu, destacada da do Pará, a Província do Amazonas, que mais tarde seria o Estado do mesmo nome. Os Territórios surgiram muito depois: o do Acre em 1904, subseqüente à questão de limites com a Bolívia, e os demais em 1943.

Essa é a compreensão corrente a respeito da Amazônia, compreensão por assim dizer tradicional ou clássica, mas que talvez fôsse preferível denominar política, pela razão acima invocada. José Veríssimo chamou-a “Amazônia propriamente dita” (*Inte-rêsses da Amazônia*).

CONCEITO ECONÔMICO

MAS a Amazônia não é apenas uma área dotada de configuração fisiográfica peculiar, suscetível de ser definida ou delimitada à luz dêsse ou daquele critério; é também — e sobretudo — um imenso potencial econômico, e como tal uma soma de possibilidades a serem exploradas em função de um critério racional e técnico. E é como perspectiva econômica — fato que até bem pouco não passava de mero tema literário, sem outro sentido senão o de um ufanismo retórico da nossa grandeza geográfica — que se tende a definir e a fundamentar o conceito atual da região.

Com efeito, a Amazônia interessa hoje em dia menos pelo que é no sentido geográfico do que pelo que significa ou promete economicamente falando. Rara é a consideração de ordem geográfica ou científica a seu respeito que não se subordine a uma preordenação econômica e não tenha nessa preordenação o seu *leitmotiv*. Há muito que se acha encerrado o ciclo das investigações de puro interesse científico na região, onde já não aparecem, com a freqüência e o sentido com que apareciam outrora, missões que se dediquem a um desinteressado trabalho de pesquisa naturalística, como a Missão Thayer, a Missão Rice e tantas outras.

As organizações ou entidades recentemente criadas na região, como o Instituto Agrônomo do Norte, o Banco de Crédito da Amazônia, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, etc., ilustram claramente essa mudança de atitude, quer dizer, essa passagem da nossa mentalidade do plano simplesmente indagativo para o terreno das cogitações práticas.

Presentemente a Amazônia representa menos um desafio à nossa inteligência pelos mistérios do seu solo, da sua flora ou da sua fauna, do que um desafio à nossa capacidade de trabalho e de empreendimento pelos estímulos e interesses que nos suscitam as suas possibilidades econômicas, orientados que devem ser êsses estímulos e interesses num sentido nacional.

“Desenvolver a Amazônia é, por isso, uma sorte de imperativo do destino nacional, completando áreas de clima e produção divergentes e alargando uma fronteira econômica e cultural cuja permanente proximidade do litoral constitui uma limitação às possibilidades de desenvolvimento do País e uma ameaça à sua segurança e unidade” (SPVEA, *Plano de Emergência*).

Operou-se nesse sentido uma verdadeira mobilização da consciência nacional, mobilização da mais alta significação política e econômica, a cujo influxo se deve o advento de um novo estado de coisas relativamente à região e à compreensão dos seus problemas. Isso explica a sua consagração constitucional como objeto de um vasto plano de exploração econômica, muito embora êsse plano de exploração figure no artigo 199 da Constituição sob a forma assistencial de um “Plano de Valorização”, como se depreende da própria literalidade do referido artigo e seu parágrafo:

"Art. 199 — Na execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelos menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária.

Parágrafo único — Os Estados e Territórios daquela região, bem como os respectivos Municípios, reservarão, para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo Federal".

O que se vê aí é um vasto plano de investimento para o qual a própria nação se fez financiadora. O que seja esse plano de investimento e quais os seus objetivos, di-lo o art. 1.º da lei que complementou o preceito constitucional — Lei n.º 1806, de 6 de janeiro de 1953:

"Art. 1.º — O Plano de Valorização Econômica da Amazônia, previsto no art. 199 da Constituição, constitui um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola, pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País".

A execução desse plano, como é óbvio, impôs desde logo a necessidade da revisão do conceito da Amazônia, uma vez que as considerações econômicas passavam a primar sobre as demais como base dessa conceituação. E com o novo conceito surgiu o problema de sua delimitação. Que se devia entender por Amazônia, para os efeitos dessa planificação? Qual a sua delimitação como área ou unidade econômica? — Tal foi o problema preliminar da planificação.

OS CRITÉRIOS DELIMITATIVOS

DOS critérios propostos com o fim de solucioná-lo, três sobrepõem em importância os demais: o geodésico, o fisiográfico e o botânico.

Defendeu o primeiro a Sociedade dos Amigos de Alberto Tôrres, que propôs a extensão da Amazônia, ao sul, até o paralelo 16º em Mato Grosso e 12º em Goiás, e a leste até o meridiano 44º no Maranhão. Do paralelo 16º a divisória subiria pelo Araguaia até atingir o 12º e deste até o referido meridiano pela linha de limites Goiás-Bahia e Maranhão-Piauí.

O critério fisiográfico — se assim podemos chamá-lo — foi proposto pelo Conselho Nacional de Geografia, consubstanciado em notável trabalho do professor Lúcio de Castro Soares, que sugeriu a ampliação da região até os contornos da sua rede potâmica, sustentando nesse sentido um ponto de vista mais lógico e consentâneo geograficamente falando. Ainda que outras razões o fundamentassem, esse critério se orientou num sentido nitidamente hidrográfico, o que explica a preferência pelos divisores de águas como base para a delimitação. A divisória se orientaria, de um modo geral, pelo *divortium aquarum* que separa a bacia hídrica da região das duas principais bacias confinantes — a platina e a sãofranciscana — alcançando no Maranhão o vale do Mearim e a zona de baixada. Ainda que divorciado hidrograficamente da bacia amazônica, o oeste maranhense ficaria assim incluído na região por efeito de outras razões fisiográficas, que supririam a falta de filiação hidrográfica no caso.

A delimitação com base no revestimento botânico, critério adotado no projeto de lei que regulava o Plano de Valorização Econômica da região, teve entre os seus defensores o relator do projeto no Senado, senador Álvaro Adolpho da Silveira, que o fundamentou nos seguintes termos:

"A cobertura botânica assinala a diferenciação geográfica e dá o caráter típico e inconfundível à região. Toda a vida do ecúmeno amazônico está subordinada às condições ecológicas impostas pela floresta e pelo rio Amazonas. A economia humana não podia fugir ao imperativo do meio. De modo que, sendo a principal característica da região essa floresta típica e o principal fator da sua economia, é lógico que a delimitação da região a que corresponde se faça por ela, isto é, pela fímbria dessa floresta, no ponto de transição com terras de outra cobertura ou formação. Devemos observar que, com isto, grandes trechos dos Estados do Maranhão, Goiás e Mato Grosso ficarão compreendidos na área amazônica, que terá de receber o influxo dos recursos constitucionais" (Parecer sobre o Plano da Valorização Econômica da Amazônia).

Dos três critérios prevaleceu o geodésico, com ligeiras alterações na proposta apresentada pela Sociedade Amigos de Alberto Tôrres. Sob o ponto de vista geográfico, não foi certamente o mais acertado. Além de convencional e precário, como todo critério abstrato, ele oferece o inconveniente de projetar arbitrariamente os limites da Amazônia além das raízes naturais da sua bacia hidrográfica, incluindo no seu âmbito trechos de outras bacias contíguas, como a do Paraguai ao sul e a do Parnaíba a leste.

Não se pode limitar razoavelmente uma região com critérios dessa natureza, aplicáveis e aceitáveis quando se trata de divisões político-administrativas ou judiciárias, como comarcas, municípios, departamentos ou estados, mas nunca a uma região, que é uma entidade eminentemente geográfica e como tal insuscetível de limitações abstratas.

DELIMITAÇÃO OFICIAL

COM as ligeiras alterações acima referidas, essa delimitação mereceu a sagração oficial da Lei n.º 1806, de 6 de janeiro de 1953, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, em cujo artigo 2.º vêm definidos os termos dessa delimitação.

“Art. 2.º — A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44º”.

De acôrdo com o dispositivo acima, a Amazônia ficou acrescida de 69,36% da área de Mato Grosso, 51,92% da de Goiás e 84,81% da do Maranhão, correspondendo em termos métricos a 1 485 878 km² que, adicionados à área da região, perfazem um total de 5 057 490 km².

No que respeita à população, o acréscimo foi de 38,61% em relação a Mato Grosso, 19,98% a Goiás e 79,62% ao Maranhão, equivalendo a soma dessas percentagens a cerca de 1 704 939 habitantes, que elevaram a população absoluta da região para 3 549 589 habitantes, índice demograficamente diminuto para sua extensão. Discriminadamente, é este o quadro da área e população regionais:

N.º	UNIDADES	ÁREA (Km ²)	POPULAÇÃO 1-7-1950
1	Amazonas	1 595 818	514 099
2	Pará	1 216 726	1 123 726
3	Maranhão	283 961	1 260 566
4	Goiás	326 197	242 768
5	Mato Grosso	875 720	201 600
6	Acre	153 170	114 755
7	Guaporé	254 163	36 935
8	Rio Branco	214 316	18 116
9	Amapá	137 419	37 477
		5 057 490	3 549 589

Se a divisão política sacrificou a unidade geográfica da região para não sectionar a área territorial de determinados Estados, a divisão econômica sectionou esses Estados em favor da unidade regional, muito embora essa unidade regional tenha sido definida em termos geodésicos e não fisiográficos.

Temos dêsse modo duas classes de unidades políticas na região: as unidades amazônicas e as semiamazônicas, conforme estejam total ou parcialmente integradas nela. Constituem o primeiro grupo as unidades reconhecidamente amazônicas — Pará, Amazonas, Acre, Guaporé, Rio Branco e Amapá — e o segundo os três Estados que lhe foram parcialmente incorporados para os efeitos do planejamento econômico — Mato Grosso, Goiás e Maranhão.

Como conceito econômico, a Amazônia tornou-se muito mais ampla do que tradicionalmente já o era, embora essa ampliação não corresponda exatamente às condições que a distinguem como tipo paisagístico e ambiência humana.

Pela amplitude que lhe foi dada e pelo que se deduz do espírito da legislação que rege o seu planejamento, fica-se até mesmo com a impressão de que essa Amazônia não constitui propriamente uma área geográfica definida ou uma região natural, mas antes um certo aspecto carenciado da vida nacional visto em termos geográficos, e como tal um conjunto de problemas que precisam ser encarados em função de um dado espaço, para efeito de equacionamento e solução. Daí a amplitude que lhe foi dada — 59,38% do território nacional — e a falta de atinência geográfica na sua delimitação. Pela maneira como foi traçada, essa delimitação parece indicar apenas o limite provável de repercussão dêsses problemas. Para solucioná-los, mister seria precisar no espaço a sua área de manifestação, “regionalizá-los” melhor diríamos, convindo salientar que isso nada mais seria do que uma exigência metodológica e um princípio de organização.

A nova concepção da Amazônia, com efeito, exprime antes uma consideração humana do que uma fórmula ou conceito geográfico, o que explica por certo o que há de arbitrário ou convencional nela. É a condição humana, e não a paisagem natural, que prevalece como base dessa concepção. Ainda que criticável geograficamente falando, ela encerra um mérito que sobreleva tôdas as suas inconseqüências geográficas: a de ter definido a Amazônia em função das vicissitudes do homem e não dos aparatos da natureza.

INTERPRETAÇÃO GEO-ECONÔMICA DO BRASIL ORIENTAL

JOSÉ DENIZARD MACEDO DE ALCÂNTARA

I — INTRODUÇÃO

1 — Conceituação da Geografia Econômica

A GEOGRAFIA econômica é apresentada no quadro do conhecimento científico contemporâneo como um ramo fecundo da *geografia humana* e categorizado como um dos mais importantes setores dessa disciplina.

Tomando-se como base a definição clássica dada à Geografia Geral por Martonne, no Congresso de Paris, em 1923, poder-se-ia definir a geografia econômica como sendo o “estudo da distribuição dos fenômenos na superfície da Terra e das causas que explicam essa distribuição à luz das influências do meio natural”.

Ora, a repartição e diferenciação dos fenômenos econômicos na área do planeta é, em última análise, o fruto da diversidade e intensidade com que atuam as condições ambientais do meio natural, da paisagem física ou geográfica, combinadas com os fatores culturais e humanos das populações interessadas no painel evolutivo das atividades que objetivam o trato das riquezas.

Aliás, a própria *economia política* proclama a intervenção dos fatores geográficos no processo econômico, quando, enumerando os “fatores da produção”, assinala, ao lado do trabalho e do capital, o papel desempenhado pela Natureza, nos múltiplos aspectos do clima, do solo e do subsolo, das forças motrizes naturais ou da situação geográfica e topográfica.

Com efeito, o Homem quando procura satisfazer às suas necessidades fundamentais de *habitação*, *alimentação* e *vestuário* ou outras de valor secundário, não consegue fugir ao impacto das condições naturais que o rodeiam, tanto mais decisivas na sua influência quanto mais reduzido seja o seu padrão de cultura — pois esta, do ponto de vista geográfico, representa, na mais ampla acepção, o domínio progressivo da Humanidade sobre as limitações da Natureza, impostas ao Homem por via hereditária ou ambiental!

A Natureza se compraz em condicionar não somente as fases da produção e circulação das riquezas, diretamente, como através dessas duas etapas básicas da economia atinge as fases secundárias do consumo e da repartição dos réditos auferidos da riqueza social.

Não padece dúvida, porém, o constatar que são as atividades produtivas e circulatórias aquelas que mais de perto sofrem o contingenciamento geográfico, entendida a circulação especialmente no que tange mais ao deslocamento das riquezas pelas “vias” e “meios” de transporte que pela tradição da troca mercantil, do comércio.

O quadro da produção é, então, profundamente vinculado aos fatores geográficos, quer nos fatos da *economia destrutiva* (mineração — extração vegetal e coleta — caça e pesca), a que aludia Jean Brunhes, os quais exprimem um estágio cultural mais elementar da vida econômica, quer nos fatos que apelidamos de *economia racional* (utilização das forças motrizes naturais — lavoura — pecuária — indústria), reveladores de um processo cultural e civilizador mais avançado e desenvolvido.

De qualquer modo, porém, os fatos econômicos se ressentem da intervenção das condições naturais do meio e das condições culturais do *grupo humano* que os efetiva ou realiza, sendo assim uma função dependente de duas variáveis independentes, a *natureza do meio* e a *cultura do grupo social*. Em uma palavra, a geografia física e a geografia humana nos explicam e aclaram os fundamentos da geografia econômica.

Ora, essas duas condições básicas — meio natural, físico ou geográfico e meio cultural, social ou humano — não se manifestam inalteráveis nas várias latitudes do globo terrestre. Pelo contrário, a *divergência de aspectos e condições* é a *norma geral e imperativa*, gerando ambientes geográficos e paisagens sociais inteiramente distintos nos quadrantes do nosso planeta terráqueo, sendo então evidente que os fatos econômicos acompanham proporcionalmente essa diversificação mesológica.

Ambientes geográficos e humanos distintos produzem zonas econômicas diferentes: à base, pois, da geografia econômica, deparamos com o “problema da regionalização”, do discriminar as unidades geo-sociais definidoras das diferentes realidades humanas na Terra.

Tem-se dito que a geografia é o estudo das regiões: a geografia econômica nada mais seria que o estudo das regiões na medida em que elas determinam uma repartição diferenciada da fenomenologia econômica.

2 — O Problema da Regionalização

SE há questão científica em que mais largamente se aplica o aforisma que “a natureza não dá saltos”, será no campo da delimitação e caracterização regionais para o âmbito geográfico. Entretanto, o problema está colocado no âmago da ciência de La Blanche e Ratzel, pois, como assinala Lucien Febvre, “não há problema mais importante, em geografia, do que o problema das divisões”.

A dificuldade, porém, está em dividir e dividir bem. Realmente, aos geógrafos contemporâneos já são familiares os conceitos de “provincia” ou “região simples ou elementar”, de “região natural ou complexa”, já fixados por Giuseppe Ricchieri, os quais se apóiam nos fenômenos de ordem física, a que é preciso acrescentar os de “região humana” ou “paisagem cultural”, estribados noutra categoria de fenômenos, os de ordem sócio-cultural. A conjunção das duas ordens de fenômenos, integrados numa mesma unidade, fornece-nos o conceito mais amplo e geral da “região geográfica”, síntese mais fecunda das realidades, como o faz o geógrafo lusitano Amorim Girão.

Quando contemplamos o terreno, naquele alheamento que nos leva “à região remansada da ciência”, no dizer do grande Euclides da Cunha, — e vamos aí traçando os limites para cada categoria de fenômeno, seja a morfologia do relevo, a rede hidrográfica, o clima ou a vegetação, seja a população ou as atividades econômicas, nunca os marcos pretendidos coincidem com exatidão; pelo contrário, diz-nos Fábio Macedo Soares Guimarães, “as diversas linhas limítrofes via de regra não coincidem, antes se entrecruzam, de modo a termos sempre certas áreas marginais, imprecisas, que são zonas de transição. É esta a grande dificuldade na delimitação das regiões.”

É que na Natureza são raras as mudanças bruscas, os saltos repentinos, como esclarecemos de início. A superposição das áreas de extensão para cada fato individual só ocorre parcialmente, num entrecruzamento bastante complexo. A rigor, não existem raias lineares e rígidas no espaço geográfico, mas faixas de transição ou “zonas de contacto” de uma região a outra, como sugere o geógrafo inglês H. S. Fleure.

O geógrafo, porém, é chamado a estabelecer linhas de demarcação, não só por um imperativo metodológico, mas também para corresponder a essa necessidade indeclinável do espírito humano de só perceber as coisas “com linhas e com contornos definidos”, a que aludia o mestre Camille Vallaux, na sua obra “Les Sciences Géographiques”.

Como, então, solucionar o problema? Como delimitar e caracterizar? Procedendo a uma seleção e jerarquia dos fatos catalogados, daqueles que, na lição de Gerardo Pauwells, dão “uma nota característica e um cunho particular à respectiva região”, num escalonamento de valores, doutrina Vallaux, “cuja fixação cabe a um agente particular ou a um grupo de agentes, que parecem governar e orientar todo o mecanismo da superfície”.

Extremamente difícil, mas não impossível, é fixar as fronteiras de uma região geográfica. Mais árdua se torna a tarefa de fazê-la coincidir com o limite das circunscrições políticas ou administrativas, nas quais a espontaneidade dos fenômenos naturais ou sociais é, frequentemente, substituída pela injunção arbitrária da vontade humana e dos caprichos da evolução histórica, das contingências políticas, diplomáticas ou militares.

3 — A Região do Leste Brasileiro

A DIVISÃO regional, oficializada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considera como integrantes do Leste brasileiro os Estados de Sergipe e Bahia, constituindo o “Leste Setentrional”, de Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e o Distrito Federal, co-participantes do “Leste Meridional”.

Como se vê, o domínio territorial coberto pela Região Leste, sob o aspecto puramente administrativo e político, está perfeitamente definido, o que já não ocorre em relação ao ângulo intrinsecamente geográfico, que mais de perto interessa ao nosso estudo. O próprio evento da divisão oficial consignar uma subdivisão em Leste Setentrional e Meridional já evidencia um testemunho eloquente da complexidade da tarefa em caracterizar regionalmente o Brasil Oriental.

Se, porém, atentarmos bem para a questão em debate, recorrendo à geografia comparada, veremos se esboçar firmemente o assunto, num cotejo sucinto com as demais regiões do país brasileiro.

O Norte amazônico é perfeitamente delineado pelo predomínio absoluto do clima equatorial e da floresta densa ou da drenagem monopolizadora do grande rio. O Leste não possui, nada disso: a hidrografia se multiplica em bacias isoladas, o clima tropical é fartamente inserido por “manchas temperadas”, a vegetação se multiparte em formações geobotânicas bem divergentes.

O Nordeste sêco configura o seu quadro geográfico no clima semiárido, na hidrografia torrencial e irregular, na rudeza das “caatingas” sertanejas, feições dominantes do seu *facies* natural e do qual o Leste também participa através da incursão do “polígono das sêcas”

pelo Norte da Bahia e o vale do São Francisco. Contrastando, porém, fluem os cursos perenes que demandam o Atlântico, as matas densas do rio Doce e outras ciliares, o elevado índice pluviométrico do sul do litoral baiano e de outras subzonas, que fornecem um retrato inteiramente oposto ao do Nordeste sêco.

Para o Centro-Oeste, as longínquas paragens do Brasil Central, as chapadas sedimentares e os "cerradões" garantem uma fisionomia inconfundível. Mas o Leste, se além do vale do S. Francisco, avizinha-se pelo relêvo e pela estrutura geológica do Oeste goiano e matogrossense, possui "caatingas" e alcandorados degraus e patamares de um relêvo cristalino bem diverso da paisagem que se desenha pela imensidão do Brasil Central.

No Sul, precisando amplamente a região, desdobra-se um largo e vasto planalto basáltico, a par de formações cristalinas, um clima subtropical ou temperado brando que permite a ocorrência da única floresta aberta e homogênea do Brasil, a das araucárias. Ora, os pinheirais avançam por Minas Gerais até as alturas de Conselheiro Pena e as "isotermas" inferiores a 22° — limite superior do nosso clima temperado — penetram em ponta de lança pelo centro de Minas Gerais e, isoladamente, chegam a circunscrever distritos climáticos até no Norte da Bahia.

A síntese comparativa, aqui perfunctôriamente esboçada, conduz a investigação a concluir que o Leste oferece, entre as demais regiões, uma paisagem geográfica menos caracterizada e indefinida, pois que participa em larga escala de aspectos que são comuns às outras regiões, pertinentes e peculiares no definir a individualidade de cada uma em separado.

Parece-nos até ser possível visualizar o Leste brasileiro como uma gigantesca faixa de transição entre as demais unidades naturais do País, onde os fenômenos geográficos realizam a sua lenta transfiguração do Norte ao Sul e de Leste a Oeste do nosso território.

Por ali, o clima tropical, árido ou úmido, das regiões setentrionais, operando lenta mutação, balizada pelas altitudes e latitudes, pouco a pouco se converte no temperado brando das regiões meridionais. Corta o seu território, de Leste a Oeste, a escala decrescente dos índices higr-pluviométricos, rarefazendo as matas litorâneas em campos abertos e cerrados, fronteando-se com as formações xerófilas de outras paragens. Descem por lá as linhas cristalinas do Maciço atlântico, na sua vagarosa degradação de altitudes de sul a norte, cuja última e desgastada expressão morfológica é a peneplanície nordestina. Rompe por ali o seu leito o São Francisco, recebendo rios secos e permanentes, condensando populações e ligando, desde o período colonial, o Brasil do sul ao norte.

A imprecisão fisiográfica do Leste, se de um lado dificulta a delimitação do seu império territorial e da extensão coberta como unidade geográfica, transforma-o por outro lado numa miniatura do Brasil Maior, como que uma área de convergência dos aspectos fisiográficos típicos de outras regiões, circunstância altamente significativa porque a singulariza como um "centro de gravidade" das linhas mestras da geografia nacional, condição essa que lhe prenuncia idêntica posição no quadro humano e econômico, como tentaremos comprovar no decurso dessa singela monografia.

Será, porém, que nesse extenso complexo geográfico, tão entrelaçado aos vizinhos recantos do nosso espaço territorial, não é possível vislumbrar as facetas capazes de pôr em relêvo e evidenciar a sua singularização geográfica e uma diferenciação caracterizada?

4 — Os Traços Dominantes do Brasil Oriental

A PRIMEIRA vista, é difícil perceber os elementos dessa caracterização que, paulatinamente, vão-se esboçando e emergindo de uma análise mais pormenorizada da geografia regional.

É sabido que, sob o prisma da estrutura geológica, o relêvo brasileiro é constituído de formações "sedimentares" e "cristalinas", essas repartidas em formações do período "arqueano" e do período "algonquiano", sendo que as últimas representam a minoria, pois atingem apenas 4% da nossa vasta extensão territorial.

Pois bem, o Leste tem o privilégio de contar com os mais importantes "dobramentos proterozóico" do País, tais como as Chapadas do Espinhaço e Diamantina, formando a grande série de elevações que se estendem no rumo geral sul-norte, desde as proximidades de Ouro Preto até os arredores de Juazeiro da Bahia.

Quanto ao aspecto estritamente morfológico do relêvo, o do Leste se integra de uma maneira geral no Planalto atlântico, comum ao Sul e ao Nordeste. Entretanto, a faixa das fraturas escarpadas, dispostas no rumo Sudoeste-Nordeste, paralelas ao Oceano, constituindo as mais imponentes cumiadas da orografia nacional, tais como as serras do Mar e Mantiqueira, encontram aí o máximo do seu fastígio e expansão, sendo a zona mais montanhosa do País.

Detendo a nossa apreciação sôbre a trama hidrográfica, esta se manifesta em contornos bem definidos. De uma maneira geral, as elevações do Maciço atlântico funcionam como divisor de águas da região que se biparte em duas vertentes. Para o Oeste, a drenagem se concentra na "bacia sãofranciscana". Ao Leste, o escoamento é multipartido num conjunto de pequenos rios que constituem a "contravertente atlântica", batizada na nomenclatura oficial da hidrografia brasileira de Bacia do Leste.

O clima se apresenta com uma tropicalidade moderada e um índice de umidade média, inserido aqui e ali de manchas temperadas, por força da altitude que corrige os efeitos térmicos e, conseqüentemente, climáticos das baixas latitudes.

A vegetação é desdobrada, a partir da costa para o *hinterland*, em acentuada predominância, na Mata atlântica que recobre as escarpas do planalto ou acompanha em ciliares e galerias as margens fluviais e que uma progressiva diminuição da umidade faz substituir por campos "cerrados ou arborizados", e mesmo, "campinas abertas".

Essa caracterização climato-botânica estaria incompleta nos seus elementos essenciais se não aludíssemos à invasão do tropical semiárido nordestino pelo Norte da Bahia e que se projeta como uma gigantesca ponta de lança pelo vale do São Francisco até o Norte de Minas Gerais, seguido do seu quadro botânico específico, as caatingas, além dos rios secos, verdadeiros *oueds*, que proporcionam ao norte da região, por efeito da irregularidade pluvial.

Traçamos em pinceladas sumariíssimas os elementos caracterizadores do Leste. Objetivando, porém, essa contribuição uma visada econômica da região, não o faríamos geograficamente sem um estudo mais alentado das suas condições naturais e humanas.

Daí os capítulos que se seguem, focalizando as bases físicas onde se apóiam as atividades econômicas da região e mais um esboço ligeiro dos fatores humanos que as condicionam, pois sem a Natureza e o Homem não nos é permitido uma percepção razoável da vida econômica de qualquer coletividade.

II — AS BASES FÍSICAS

5 — *Estrutura Geológica*

NA SUA ossatura mais geral, é o nosso conjunto geológico de uma transparente simplicidade: uma imensa base cristalina, constituída nos períodos arqueano e algonquiano, que Branner denominou de "complexo brasileiro", recoberto em dois terços de extensão pelo "capeamento sedimentar", na expressão usada por Moraes Rêgo para designar as formações dessa categoria geológica.

Relativamente pouco perturbada tem sido essa estrutura, fato a que aludia o geólogo francês Lapparent quando afirmava que o "maciço brasileiro é um dos territórios mais estáveis, mais rígidos e menos deslocados que existem no mundo", livre em grande parte da transgressão oceânica dos movimentos hidrocráticos desde o período arqueano, sem mais contar com a submersão marinha.

Os movimentos do "diastrofismo laurenciano" se reduziram aqui a "falhas epirogênicas", explicáveis talvez pela isostasia, que vão formar as principais elevações montanhosas do Planalto brasileiro, dando a este o aspecto curioso de uma série sucessiva de degraus e patamares, numa descensão lenta mas constante, da costa para o interior, do oriente para o ocidente continental.

As "formações cristalinas" dos terrenos arqueozóicos e proterozóicos afloram ricamente no Leste. Os enrugamentos primários, laurencianos e huronianos, se manifestam em larga escala, representados pelas grandes escarpas do Maciço atlântico e pelo topo dos patamares interiores, que se degradam, progressivamente, para a peneplanície nordestina.

Os *terrenos arqueanos* predominam nas serras do Mar e da Mantiqueira e nos planaltos correspondentes. Econômicamente, o aspecto que de perto nos interessa, nêles são encontradas importantes jazidas de pedras de construção, pedras preciosas e semipreciosas, grafita, caulim, cromo e magnetita. A decomposição de suas rochas origina solos com boas condições de fertilidade para a lavoura, ao contrário do que ocorre na reduzida área algonquiana.

Os *terrenos algonquianos* ocupam pequena extensão no Brasil, pois correspondem apenas a 4% do território nacional, mas, em compensação, possuem o mais alto teor econômico no que tange à maioria dos nossos recursos minerais.

Já vimos que o Leste detém as suas mais importantes formações, sendo esse fato um dos elementos caracterizadores da região: tais são a serra do Espinhaço, em Minas Gerais, e a Chapada Diamantina, na Bahia. Pouco extenso, o conjunto algonquiano é de suma importância, sendo nêle encontrados os principais depósitos minerais de bauxita, rutilo, diamantes, ouro, prata, chumbo, níquel, e, sobretudo, o manganês e o ferro, embora a desagregação das suas rochas não propicie solos de boa qualidade rural.

As formações sedimentares recobrem em largos trechos e complexo cristalino basal ou fundamental, destacando-se no Leste as que são contemporâneas dos períodos siluriano, jurássico, cretáceo, terciário e quaternário, uns em maior, outros em menor extensão espacial.

Os *terrenos silurgianos* do Leste fornecem solos férteis e ocorrem em grandes extensões, no alto e médio vale do São Francisco, em Minas e na Bahia. Graças ao calcário abundante, permeável à erosão interna, leve-se a seu crédito a formação das grandes cavernas de Maquiné (Minas Gerais) e de Bom Jesus da Lapa (Bahia).

Os *terrenos jurássicos* revelam no Leste a intensidade do vulcanismo, sobretudo na zona de Poços de Caldas e Araxá, em Minas Gerais, Itatiaia, Tinguá e Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro. Econômicamente, êsses centros eruptivos proporcionaram as fontes minerais, tão abundantes nas Alterosas, a baritina de Araxá, o zircônio e a bauxita de Poços de Caldas, o primeiro considerado a maior reserva mundial e a segunda, a base para a importante indústria do alumínio nacional.

Os *terrenos cretáceos*, de origem continental, constituídos geralmente de arenitos dispostos em camadas horizontais ou tubulares, formam as chapadas do Triângulo Mineiro e o grande chapadão do Espigão-Mestre, que separa o Tocantins do São Francisco, oferecendo em geral solos pouco férteis. Cresce de importância, porém, o “cretáceo de origem marinha”, encontrado no litoral do Leste até o Sul da Bahia, composto de arenitos, calcários e folhelhos, de imensa significação econômica como zona petrolífera, até antes do poço amazônico de Nova Olinda, a única zona já positivada como produtora do óleo negro, no recôncavo da baía de Todos os Santos. Foram, aliás, pequenos enrugamentos locais que originaram as formações petrolíferas no cretáceo do Recôncavo.

Os *terrenos terciários* ocorrem na faixa litorânea, até Campos e Macaé, no Rio de Janeiro, formando tabuleiros e baixadas, numa largura que oscila de 10 ao máximo de 100 quiômetros, verificados no Norte da Bahia, ou em pequenas bacias isoladas, oriundas do dessecamento de antigos lagos de água doce, como surge em Gandarela (Minas Gerais). Ao atingir a orla marítima, o corte estrutural dessas camadas formam as “barreiras” típicas do litoral da região, com uma altura que varia de 50 a 160 metros, num esporádico exemplo de “costa-alta” da fronteira oceânica do nosso império espacial. Deparamos no cretáceo do Leste com rochas betuminosas — a famosa “marauíta” de Marauá, no litoral Sul-baiano, e os calcários de Itaboraí, no Rio de Janeiro.

Aos *terrenos quaternários* correspondem as formações costeiras, baixadas, restingas, dunas, praias, vasas de mangues, arrecifes de arenito e coral, os leitos dos rios e lagoas, muitas das quais oferecem o interesse econômico dos depósitos de diatomito, turfa, rutilo, pedras coradas, aluviões auríferos e diamantíferos.

A sucinta exposição feita sobre o esqueleto tectônico do Leste é bastante para ressaltar a importância da sua geologia econômica, como base física de suas energias produtivas

6 — A Morfologia do Relêvo

O RELATO feito sobre a geologia regional já esboçou em traços ligeiros o relêvo do Leste, que, num diagrama morfológico, poderíamos repartir em duas secções distintas: a “baixada litorânea” e o Maciço ou Planalto atlântico, parte do Planalto brasileiro

A “baixada” ou planície costeira é o conjunto de formações sedimentares, sobretudo sedimentos terciários até o Sul do Espírito Santo, que se distendem sem interrupção até a foz do rio Paraíba do Sul, a partir da qual a serra do Mar, tangenciando concordantemente o mar, compartimenta-a em trechos descontínuos, tais como as baixadas fluminense e guanabarina. Cortada de pequenos rios, a planície costeira, de altitude inferior a 200 metros, economicamente sempre se portou como área agrícola, ou, em menor escala, como zona de pesca, servindo os cursos fluviais de transporte e penetração ao interior, como provam as migrações registradas na história colonial.

O Planalto brasileiro abrange ali as escarpas ou semi-serras que lhe dão acesso e mais os patamares superiores, participantes do chamado Maciço atlântico, enquadrado entre o sulco do São Francisco e o mar, cuja altitude se reduz do sul para o norte. Dentre as suas formações constituintes, avultam a serra do Mar, primeiro amparo do Maciço atlântico, separado do segundo degrau, a serra da Mantiqueira, pela calha fluvial do Paraíba do Sul, que representa assim um caminho natural para o planalto, salientado pelos que estudaram a geografia dos transportes da região. Mais para o Norte e a Leste, projetam-se as serras da Chibata, dos Amorés e Caparaó, continuação da Mantiqueira, localizando-se na última mencionada o pico da Bandeira (2 884 metros) — ponto culminante de todo o relêvo nacional.

Galgando-se essas escarpas, atinge-se as penep'anícies elevadas do Maciço atlântico, para logo após se sublevar um pouco ao Sul de Ouro Preto uma nova série de elevações, a Serra do Espinhaço, em Minas, batizada por Chapada Diamantina na Bahia, prolongada numa gradual degradação de altitudes até as vizinhanças de Juazeiro da Bahia, gigantesco dorso fluvial que separa a bacia sãofranciscana da contravertente atlântica.

A penep'anície cristalina do tôpo da Mantiqueira lança-se para o Norte, formando elevações abauladas, tais como as chamadas serras das Vertentes, Canastra e Mata da Corda, cuja suavidade orográfica fez Hartt incluí-las no rol das “cordilheiras míticas”, e através delas se estabelece o contacto com as escarpas e chapadas sedimentares do Planalto Meridional e da região Centro-Oeste, representadas aí pela serra do Espigão Mestre, divisor das águas do São Francisco e que exprime uma invasão do Leste pelo relêvo sedimentar centro-oriental. Assim, pois, os terrenos “silurianos” do vale médio do São Francisco, angustiadíssimos numa estreita ponta que se prolonga até a penep'anície nordestina, separa nitidamente o Maciço atlântico do Maciço central brasileiro.

O relêvo oriental oferece dessa maneira o conjunto de maior altimetria do País, e sua disposição paralela à costa, talhado o planalto em rebordos muitas vezes inacessíveis, explica as dificuldades regionais que assoberbaram a ocupação humana e exploração econômica do interior, a par da dificuldade em estabelecer um sistema eficiente para os transportes terrestres, quer rodoviários como ferroviários, que buscavam naturalmente os seus passos e gargantas, como a de João Aires, no Estado do Rio.

7 — O Vale Sãofranciscano

A CALHA fluvial do São Francisco, extensa de 3 161 quilômetros, correndo entre barrancas silurianas, oferece uma extensão navegável de 2 712 quilômetros, sendo o 3.º rio navegável do Brasil, após o Amazonas e o Purus. A totalidade, porém, da rede navegável de sua bacia atinge a 4 133 quilômetros, incluídos os seus afluentes. A bacia ocupa uma área de 580 757 km² ou seja, 6,8% do território nacional, sendo a 5.ª em área no Brasil.

Essencialmente, o São Francisco é um rio de planalto, correndo em seu maior percurso na direção geral sul-norte, com longos trechos navegáveis, interrompidos por quedas e cachoeiras, que assinalam os desníveis do Maciço atlântico, na sua descensão para o norte ou para o leste. Atravessando Minas Gerais e Bahia, ao norte desse Estado inflete para o leste, separando a Bahia de Pernambuco e Alagoas de Sergipe, sendo portanto a fronteira setentrional da Região Leste.

Climaticamente, a amplitude entre a vazão máxima e mínima, que baixa de 10 000 m³ por segundo para 1 000 m³, é o reflexo do clima tropical semiárido do vale, continuação do que se verifica no Nordeste sêco, e por isso se integra o vale no "polígono das sêcas".

O forte desgaste e rebaixamento do re'êvo brasileiro, criador do fenômeno das "águas emendadas", proporciona ao São Francisco uma curiosa ligação fluvial, a que é feita na zona deprimida do Jalapão pela lagoa do Varedão, a qual comunica a bacia do São Francisco com a do Tocantins. Ligações semelhantes poderão ser estabelecidas artificialmente com a bacia do Parnaíba, como veremos em momento oportuno.

Escreve Delgado de Carvalho que "a principal característica da evolução geológica do São Francisco é o seu depauperamento lento, motivado por dois fatores: a captação dos seus altos afluentes por outras bacias, pois as águas dos rios do sul-mineiro, Sapucaí, rio das Mortes e rio Grande, trazem indicações de terem sido outrora tributárias do São Francisco; de outro lado, vão pouco a pouco secando, deixando apenas sulcos, os tributários baianos da margem direita, como o Jacaré e o Salitre."

"Navegação, irrigação e aproveitamento do seu potencial hidráulico", ensina Antônio Pinheiro Filho, são os principais problemas do grande rio. Com efeito, só a sua bacia oferece 1 573 000 CV a aproveitar, 8,06% do total brasileiro e a 4.ª do Brasil, dos quais a cachoeira de Paulo Afonso representa 350 000 CV. Não é sem razão, pois, que a Constituição Federal reservou, pelo art.º 2.º das Disposições Transitórias, 1% da receita tributária da União para o aproveitamento total das possibilidades econômicas da bacia são-franciscana.

Ligando, desde os tempos coloniais, os dois Brasis, o do Norte e do Sul, via de penetração das bandeiras, navegado ativamente em nossos dias, condensador de populações, o São Francisco bem mereceu a alcunha que lhe foi dada de "rio da unidade nacional", pondo em evidência aquêl papel de centro de gravidade da vida nacional, desempenhado pelo Leste brasileiro.

8 — A Contravertente Atlântica

OS REBORDOS do Maciço atlântico, concordantes ao sul com a linha costeira, distanciam-se para o interior, a partir da foz do Paraíba do Sul. Enquanto que ao Sul se realiza o paradoxo hidrográfico de uma rede de drenagem voltada para o âmago do continente, no Leste os rios conseguem descer os contrafortes orográficos, atingindo o oceano. A êsse conjunto de rios que se demoram ao norte da foz do Paraíba do Sul até a foz do São Francisco, constituindo a contravertente desse último e diretamente desembocados no Atlântico, é que se denomina Bacia do Leste, na divisão oficial da hidrografia brasileira.

Segundo Delgado de Carvalho, parece que êsses rios realizaram um trabalho erosivo que "foi deslocando para oeste a linha de separação das águas, acabaram captando as cabeceiras dos antigos tributários do São Francisco. Daí a mudança de direção que cada um destes rios apresenta ao passar os boqueirões das serras da Chapada Diamantina". Um caso típico, pois, de captura fluvial desenrolou-se naquelas paragens.

A Bacia do Leste ocupa uma área de 607 505 km², seja, 7,1% do território nacional, a 4.ª do Brasil. Com uma rede navegável de 2 253 quilômetros, a 6.ª em ordem de grandeza, ao descer das elevações orientais, formam os seus rios zonas de quedas e cachoeiras, constituindo excelentes reservas hidráulicas, tais como o Salto Grande, no Jequitinhonha (110 000 CV), Funil, no rio das Costas (20 000 CV), Escadinhas, no rio Doce (32 000 CV). Ao todo, a bacia oriental oferece uma potência hidráulica de 2 693 500 CV, 13,8% da reserva nacional, sendo a 3.ª do Brasil.

Constituem os mais importantes componentes da Bacia do Leste o rio Paraíba do Sul, encachoeirado e navegável em vários trechos, cujo vale já foi um centro de intensa atividade econômica no passado; o rio Doce, ricamente desnivelado no curso superior e com 220 km navegáveis no curso inferior; o Mucuri; o Pardo; o rio das Contas; o Paraguaçu; o Jequitinhonha ou Belmonte, encachoeirado e com 614 km navegáveis; o Itapicuru, o Real e o Vasa-Barris, "rios secos" pertencentes à faixa árida do setentrão e, por isso, com escoamento intermitente e torrencial. Todos são rios com pouco mais de 500 quilômetros de

extensão, destacando-se com cêrca de mais de 1 000 km o Itapicuru, o Jequitinhonha, o Doce e o Paraíba.

Os rios da contravertente atlântica desempenharam um papel importante na ocupação do interior: remontando às suas cabeceiras, o povoamento rolou para o vale sãofranciscano. Acresce ainda que, a par dessa função colonizadora, constituem ainda hoje vias naturais de transporte, embora desequipadas, para a circulação econômica no âmbito regional.

9 — A Tropicalidade Semiúmida

A ANÁLISE de uma carta isotérmica revela para o Leste, de uma maneira geral, uma temperatura média anual sempre superior a 22°, por força de sua própria latitude regional. O poderoso fator de correção térmica que é a altitude, mais potente ali que nas demais regiões do País, explica por outro lado o avanço dos isothermas inferiores a 22° pelo altiplano mineiro e até o Norte da Bahia, como ocorre em Morro do Chapéu, criando verdadeiras “ilhas temperadas” no seio da vastidão tropical.

A umidade relativa, por consequência do regime de ventos reinantes na costa e do mecanismo das massas de ar que interferem no nosso processo climático, é diminuída da costa oriental (mais de 80%) para o interior (menos de 80%). Acompanhando de perto a queda da umidade, as precipitações pluviárias se reduzem: de 1 500 a 2 000 mm na zona de Ilhéus e Sul-baiano, sucede-se uma vasta faixa acima de 1 000 mm que enquadra o vale sãofranciscano e os sertões baianos e sergipanos, onde a queda atinge limites inferiores a 1 000 mm e até a 500 mm, indicadores do longo trato regional que pertence ao “polígono seco”.

As chuvas de verão dominam o interior regional e avançam ao litoral, entre Angra dos Reis e Caravelas. Desta cidade para o Norte (Aracaju), porém, dominam as terras vizinhas ao litoral as “chuvas de inverno”, aliás comuns à costa oriental desde Natal. (N. Or.).

A consideração sumária aqui feita dos elementos temperatura, umidade e precipitação pluvial, indicam que o fundo climático da região, em torno do qual oscilam cambiantes várias, é, basicamente, o do tipo tropical semiúmido, perturbado nas zonas montanhosas, sobretudo mineiras, por manchas temperadas, no São Francisco e no Norte-baiano pela invasão da faixa tropical semiárida das secas, no litoral por uma quota mais elevada de umidade e de chuvas (tropical úmida e superúmido), a seguirmos a classificação climática de S. Serebrenick.

10 — A Mata e as Formações Campestres

O QUADRO geobotânico acompanha fielmente a repartição climática com aquela segurança de um “casamento” a que aludia o grande Vidal de la Blanche. Em linhas gerais, o fator “umidade” reparte as diversas paisagens vegetais, numa sucessiva transformação da floresta em formações campestres variadas.

Correspondendo à zona mais úmida das escarpas orientais do Planalto e da costa, dobram-se os restos desgastados da Mata atlântica, as *Dríades* de Martius, completamente erradicada no vale do Paraíba do Sul pela cultura cafeeira ou no Recôncavo baiano pelo cultivo da cana-de-açúcar. Ela penetra mais fundamente o interior, acompanhando os vales fluviais, sob a forma de “matas ciliares ou marginais” ou “florestas-galerias”: tais são as matas do Norte do rio Doce, no Espírito Santo, onde se mostram mais compactas e contínuas. Ou, então, por força das “chuvas de relêvo” comuns às encostas mais acentuadas, ela ressurge no flanco das serras isoladas, contrastando com o quadro campestre circunvizinho, como na encosta nordeste da Chapada Diamantina, no Alto Paraguaçu (Bahia).

Transposta a faixa matosa de maior índice higro-pluvial, derramam-se para o ocidente os campos arborizados, a “savana” brasileira dos “cerrados”, indicativo de uma zona menos úmida e pluviosa, generalizada sobretudo na Bahia e em Minas Gerais. A mangabeira — produtora do látex — exprime bem o acentuado xerofilismo dessa paisagem fitológica. Ao lado, porém, dos cerrados, vamos encontrar no Leste uma vasta ocorrência de campos limpos, “campinas” de vegetação rasteira, estepária, que se localiza na enorme chapada do divisor de águas entre o Tocantins e o São Francisco.

Sintonizando com o clima semiárido do São Francisco e dos sertões setentrionais, surge a “caatinga” xerófila, domínio das cactáceas e euforbiáceas. Predominam entre a curva do São Francisco ao norte e o seu vale médio, segundo ao longo dêle até além de Carinhonha e o Norte de Minas Gerais, projetando-se em formações isoladas nos vales do Alto Jequitinhonha, do Pardo e do rio das Contas. A sua transição oriental para a Mata atlântica é feita pelo “agreste” subxerófilo, cuja função intermediária já fôra assinalada por Euclides da Cunha.

As manchas temperadas das montanhas mineiras permitem o avanço isolado dos “pinhais” temperados (Araucária angustifolia) e homógêneos pelos pontos mais alcandorados: Itatiaia, Barbacena, Ouro Preto, atingindo em Conselheiro Pena a sua latitude mais baixa. Os “babaquais” do nordeste ocidental ocorrem largamente no Triângulo Mineiro. Os “coqueirais” se alastram até o litoral sul-baiano.

Refletindo assim aquela convergência de aspectos da geografia nacional, o Leste é como que um vasto “parque” da geobotânica brasileira, pois resume aspectos vários do seu quadro florístico, em latitudes diversas.

SANEAMENTO RURAL

EDUARDO DA VEIGA SOARES

CONSIDERAÇÕES SÔBRE O PROBLEMA

Os habitantes das zonas rurais, sitiantes, colonos, operários e mesmo fazendeiros estão, na maioria das vezes, expostos aos perigos do meio rural, perigos êstes provenientes da falta ou falhas de saneamento, principalmente em relação ao abastecimento d'água. A água é obtida sem os cuidados mínimos indispensáveis, o mesmo acontecendo em relação à remoção dos dejetos.

A falta de divulgação desses perigos se nos apresenta mais impressionante, quando sabemos que Hipócrates, médico grego, que viveu de 460 a 370 A C, embora desconhecendo a existência do mundo microbiano, já havia notado que a causa de certas enfermidades provinha das águas impuras, salientando a importância da higiene. Marco Vitruvius Pólio, arquiteto romano, falecido no ano 22 da nossa era, também preocupou-se muito com a qualidade da água para o abastecimento doméstico

Por outro lado, os historiadores mencionam a existência de numerosos poços para abastecimento d'água na antiga Assíria, Pérsia, Grécia e Roma, tendo os romanos construído, há 2 200 anos, o aqueduto "Água Ápia" com 18 km de comprimento aproximadamente. Quarenta anos depois foi construído outro aqueduto com perto de 70 km

Samuel Barnsley Pessoa, em seu magnífico livro *Problemas de Higiene Rural*, — abordando êste assunto, escreveu: "Entre nós é o fazendeiro em geral o responsável, em larga extensão, pelo grau de maior ou menor adiantamento sanitário, pelo estado de higiene de suas propriedades e pela saúde de seus colonos. Mesmo quando a par das mais modernas conquistas da ciência, êle só se mostra capaz de agir enérgica e cientificamente, quando se trata de proteger suas lavouras e seu gado, combatendo qualquer praga que os atinja; ignora ou mostra-se refratário à aplicação dos meios mais simples e econômicos para salvaguardar seus colonos e suas famílias das moléstias parasitárias ou bacterianas mais perigosas. Tal fato não indica unicamente egoísmo, ainda que o mostre em grande parte; antes, porém, revela uma mentalidade".

O fazendeiro formou e educou a própria mentalidade na defesa dos produtos de suas terras, deixando ao acaso a saúde e a vida de seus operários agrícolas, e, às vezes, até mesmo dos membros de sua própria família. "Aliás foi sempre assim. Dá-se maior valor econômico aos animais do que ao homem". Não escreveu Arthur Myers a respeito do problema da tuberculose que "a família do gado está ensinando a família humana como se libertar das garras da tuber-

culose?" Vemos também que a Sociedade Protetora da Criança, nos Estados Unidos, nasceu da Sociedade Protetora dos Animais, conforme se depreende da leitura do livro de Payne, *The child in human progress*: "Mary Ellen era muitíssimo mal tratada pelos seus pais adotivos e nada se podia fazer a seu favor. Lembrou-se então a vizinha de trazer o caso à assembléia da Sociedade Protetora dos Animais, a qual, após longa discussão, deliberou que, sendo "a criança um animal" (the child being an animal) estava naturalmente sob a proteção da Sociedade E, assim, cessaram as crueldades impostas a Mary Ellen e, aos 17 de abril de 1875, era instalada a primeira Sociedade Protetora da Criança, na América do Norte.

ASSIM, pois, é necessário que, ao lado das Sociedades dos Caracus e Zebus, também se fundem as destinadas a zelar pela saúde dos nossos caboclos e operários agrícolas

Nas cidades o problema é de mais fácil solução, por ser, geralmente, resolvido em conjunto pelos governos locais, sem necessidade da cooperação individual. São construídas rêsdes e estações de tratamento de água — cloração e muitas vezes filtração, antes da distribuição — rêsdes e estações de tratamento de esgotos, coleta e incineração de lixo

Nas propriedades rurais a água é captada das fontes, rios, riachos, poços e cisternas (águas de chuvas), dependendo a proteção dessas fontes, por vezes, de pessoas estranhas aos consumidores residentes a montante dos cursos d'água ou próximas dos poços abastecedores, pessoas estas muitas vezes despidas de boa vontade ou sem nenhum conhecimento de higiene. O destino adequado das fezes humanas e dos animais, bem como do lixo, também apresenta as mesmas dificuldades.

Acresce ainda o fato de ser em meio rural mais difícil o controle e mais fácil a vida de muitos agentes animados de transmissão de doenças e de parasitas por elas responsáveis

Uma campanha pelo saneamento rural não deve interessar somente aos que vivem no campo. As condições anti-higiênicas das áreas rurais, constituem ameaça também para os habitantes das cidades. O leite, verduras e frutas, são transportados das granjas e fazendas para consumo nas cidades, e milhares de pessoas, que vivem nas cidades, visitam as fazendas e granjas a negócios, e para recreio e descanso.

O saneamento rural é necessário, interessa a toda a nação, e deve ser estimulado por todos os meios e modos, principalmente com a divulgação

dos cuidados que devem ser observados quanto à água para uso doméstico e irrigação, e quanto à necessidade de tratamento das fezes humanas e dos animais.

MICRÓBIOS E DOENÇAS

EM 1675 um holandês chamado Antonius van Leenwenhoek, com uma pequena lente observou, pela primeira vez, a existência de minúsculos seres em uma gota d'água. Contudo, somente dois séculos mais tarde, graças aos estudos de Louis Pasteur e Robert Koch é que se compreendeu a importância dos micróbios no quadro da vida, quando demonstraram que algumas enfermidades eram causadas por certos micróbios específicos.

Os micróbios ou bactérias se dividem em três classes, segundo suas formas. Os de forma esférica são denominados cocos; os de forma de bastonete são denominados bacilos, e os enrolados, ou em forma de espiral, espirilos. Os que necessitam de oxigênio em liberdade para viver, são chamados aeróbios, os que não necessitam são chamados anaeróbios. Estes últimos retiram o oxigênio dos componentes diversos dos meios.

As bactérias são demasiadamente pequenas para serem vistas sem o auxílio do microscópio. O tamanho desses pequeninos seres é da ordem de 1 milésimo de milímetro a grosso modo. Contudo, há ainda no mundo microbiano, organismos tão pequenos que somente são revelados pelo microscópio eletrônico. São chamados micróbios invisíveis ou vírus. A raiva, a febre amarela, a varíola, e a febre aftosa no gado, entre outras doenças, são provocadas por esses vírus. Não são retidos nas velas dos filtros. Passam através dos poros da porcelana, verificação que se faz, não pela visibilidade, mas pelo resultado de inoculações em animais, uma vez que experiências já demonstraram que filtrados de vírus transmitem doenças aos animais inoculados com os mesmos.

Certas bactérias são extremamente resistentes às condições desfavoráveis de vida, pela formação de esporos.

Outra importante característica destes seres é a sua rápida multiplicação, uma vez que reproduzem por simples divisão. Cada elemento dá 2 indivíduos, estes dão quatro e assim por diante. É tanto mais rápida quanto mais propícias as condições ambientais, principalmente a temperatura. No leite a 20°C, em duas horas teremos número quintuplo de bactérias. Em 24 horas o seu número estará aumentado mil vezes.

Nem todas as bactérias são nocivas, isto é, nem todas produzem enfermidades. A superfície da terra estaria sepultada sob os corpos de animais e plantas mortas, se não fosse a ação das bactérias que provocam a decomposição dos organismos mortos, produzindo a fermentação, a putrefação e a mineralização dos mesmos.

As bactérias que provocam a decomposição dos organismos mortos são chamadas de saprófitas (sapos — pútrido e fito — planta).

A celulose, os amidos e os açúcares dos organismos mortos são atacados pelas bactérias sa-

prófitas e transformados em gás carbônico, álcoois, e ácidos tais como acético, láctico e butílico. As proteínas são atacadas pelas bactérias aeróbias, saprófitas, produzindo azoto e amônia.

A amônia é oxidada pelas bactérias nitrificantes do solo, que, atuando em presença do ar, oxidam a amônia, produzindo nitratos e em seguida nitratos.

As proteínas dos organismos mortos, depois de passarem pelas transformações acima descritas, deixam como resíduos vários elementos que entram em sua composição, tais como o carbono, o hidrogênio, o nitrogênio e o enxofre.

Outras bactérias de importância benéfica para a vida são as fixadoras de nitrogênio. As plantas necessitam de nitrogênio para crescerem, e são incapazes de obtê-lo diretamente da atmosfera. As bactérias fixadoras de nitrogênio têm a facilidade de fixar nitrogênio atmosférico e transformá-lo em compostos que as plantas podem utilizar.

São ainda certas bactérias benéficas que produzem as fermentações necessárias à destilação do álcool, dos vinhos e cervejas. Muitas variedades de queijos devem seu paladar e aroma às espécies de bactérias que atuam em sua maturação.

Por outro lado, como já dissemos anteriormente, outras há que provocam enfermidades. São chamadas de patogênicas.

Certos micróbios patogênicos são os transmissores das febres tífica e paratífica, icterícia infecciosa, disenterias e outras moléstias disseminadas no meio rural. Vêm eles nos dejetos de pessoas doentes, contaminando o solo e a água.

São as seguintes as principais moléstias transmitidas pela água ou solo contaminados:

TIFO OU FEBRE TIFÓIDE: — Seu agente é o bacilo de Eberth que pode ser veiculado diretamente pela água ingerida, pelo uso de alimentos crus, irrigados com água contaminada, ou adubados com dejetos humanos, ou por contato direto com pessoas portadoras do micróbio, mãos sujas e mósca.

AMEBIASE: — Os cistos expulsos nas fezes são os agentes infecciosos. Podem ser veiculados pela mesma forma já descrita para o tifo.

ANCILOSTOMOSE OU OPILAÇÃO: — Doença produzida por um helminto. Os ovos desses vermes, expulsos nas fezes, desenvolvem-se rapidamente na terra úmida, produzindo as larvas que infestam o homem. Comumente a infestação se processa através da pele, e às vezes por via oral. No campo, o trabalhador infestado, não usando fossa, polui o solo com o ovo do helminto. Como anda geralmente descalço, o colono é facilmente infectado pelas larvas quando pisa nas fezes de indivíduos opilados.

ESQUISTOSSOMOSE: — Doença causada também por um helminto, o "schistosoma mansoni". As lesões são determinadas pela presença do parasita adulto nas vias retais e mesentéricas, e pela passagem dos ovos no tubo intestinal.

A fase de expulsão dos ovos é acompanhada de disenteria aguda, dor abdominal, catarro e sangue nas evacuações, seguindo-se outras graves complicações.

Ao contacto da água pura, o embrião deixa o interior do ovo e nada em busca de seu hospedeiro intermediário, que são várias espécies de caramujos. Após invadir o molusco, os miracídeos dão lugar a esporocistos, os quais, decorrido um mês, aproximadamente, produzem milhares de larvas infestantes que saem dos caramujos e vivem durante três dias. Morrem, se no fim de dois ou três dias não penetrarem no homem, seu hospedeiro definitivo.

Podem elas penetrar pelas mucosas, no momento da ingestão de água contaminada, ou através da pele, na ocasião de banhos e trabalhos na água.

DISENTERIA BACILAR: — Produzida pelos bacilos disentéricos Além das moléstias acima referidas existem as infestações por ascaris, trichiuris, oxiurus, muito nocivas e transmitidas por ovos e larvas dos mesmos.

É muito comum, também, indivíduos portadores da "tenia solium", vulgarmente chamada solitária. É o verme do porco. Seu parasitismo imuniza o doente de outro verme. Esse verme pode atingir até doze metros de comprimento. Alimenta-se de sucos digestivos Segrega uma substância tóxica que destrói os glóbulos do sangue, produzindo anemia intensa.

O verme adulto vive no intestino do homem. É hermafrodita Os últimos anéis da tênia solium, quando maduros, se destacam e são levados ao solo pelas fezes. Os porcos, comendo as fezes, ingerem ovos ou proctoles que, uma vez no estômago do animal, libertam um embrião que fura a parede do estômago, penetrando no sistema circulatório, deslocando-se nêle até encontrar tecido gorduroso onde se enquista Fica no tecido gorduroso durante três ou quatro meses, ao fim dos quais toma a forma de cisticerco, e assim permanece com vida latente, até que a carne do porco seja comida pelo homem. Esta carne, quando mal cozida, faz com que se origine no homem uma tênia no intestino.

Existe ainda a "tenia saginata", e a "tenia equinococcus" O ciclo da "tênica saginata", é o mesmo da "tenia solium" O veículo transmissor é o boi, sendo geralmente mais freqüente no homem a infestação pela primeira.

A "tenia equinococcus" é a tênia do cão Quando os ovos são ingeridos por cabras, cavalos ou bois, produzem um enorme quisto no fígado do animal. O quisto possui no seu interior cerca de 4 milhões de larvas. Os cães, comendo a carne do animal decomposto, se contaminam e as transmitem ao homem Este quisto é comum no gado do Rio Grande do Sul.

A profilaxia dessas moléstias consiste no tratamento das fezes e do lixo, proteção da água para uso doméstico e irrigação de hortaliças, combate às mósas, bem como vigilância quanto aos portadores das mesmas.

O ABASTECIMENTO D'ÁGUA

A ÁGUA existe na terra em eterna peregrinação e em diferentes estados. As águas das superfícies se evaporam e sobem, formando nuvens. Caem novamente sôbre a terra em forma de chuva; parte é evaporada e parte absorvida pelo solo, voltando à superfície pelas fontes, tornando a ser evaporadas, e assim sucessivamente.

O volume de água evaporada da terra, no período de 1 hora é estimado em cerca de 42 milhões de metros cúbicos.

As águas de abastecimento provêm: a) — das precipitações atmosféricas (águas de chuvas); b) — de cursos superficiais (rios, lagos e açudes); c) — dos lençóis subterrâneos, freáticos ou profundos, aflorando à superfície em fontes, ou atingidos pelos poços cavados pelo homem

Águas de chuvas

A CAPTAÇÃO das águas de chuvas só é usada em casos especiais, onde não se pode obter águas superficiais ou subterrâneas, devido, principalmente, à oscilação imprevisível da queda de chuvas.

As águas de chuvas são das mais puras. Não têm significação sanitária a quantidade de germes e de matéria orgânica que contém, principalmente não se recolhendo a água no início de sua queda, quando são mais carregadas de bactérias e impurezas

Em Gibraltar e na ilha de Malta a água usada é obtida das chuvas caídas em áreas para este fim preparadas

Para captação das águas de chuvas podem ser aproveitados os telhados. As águas dêles recolhidas são conduzidas às calhas e canos de queda, que por sua vez as dirigem para as cisternas.

A quantidade anual de água que se poderá obter, aproveitando-se a superfície de um telhado, dependerá dessa superfície e da quantidade média de chuvas, por metro quadrado de superfície e em milímetros de altura, caídas, por ano, na região

Em superfícies impermeáveis, como é o caso dos telhados, toma-se geralmente 80% da precipitação como parte aproveitável, devido a perdas que possam ocorrer. Para superfícies permeáveis toma-se geralmente 40% da precipitação.

Dêste modo, devemos tomar para coeficiente médio das superfícies permeáveis 0,40, e 0,80 para as impermeáveis

Exemplo de cálculo: — Seja um telhado com 15 metros por 20 metros, numa região cuja precipitação anual seja de 1 200 milímetros ou 1,2 m por metro quadrado de superfície. Qual a quantidade d'água de chuva que se poderá captar?

Temos: $1,20 \times 0,80 \times 300 = 288\ 000$ litros.

As águas de chuvas, à medida que vão sendo captadas, devem ser encaminhadas para a cisterna, a fim de garantir sua pureza sanitária, desprezando-se ou filtrando-se as primeiras porções. Os reservatórios ou cisternas deverão ser convenientemente construídos e protegidos, de forma a evitar o aquecimento da água armazenada e a contaminação vinda da superfície ou do subsolo. Devem ser divididos em 2 compartimentos, a fim de permitir a limpeza de um dêles enquanto o outro estiver em uso.

O material a empregar na construção da cisterna deve ser, de preferência, o concreto armado; contudo, as cisternas de alvenaria de tijolos ou pedra, quando bem construídas, satisfazem plenamente.

O revestimento deve ser forte, de cimento e areia, composto de 1 parte de cimento para 2 partes de areia, sendo ainda aconselhável usar-se impermeabilizante na água destinada ao preparo da argamassa. Aconselhamos o uso da Syka n.º 1, na proporção de 1 litro de impermeabilizante para 10 litros d'água.

A cobertura das cisternas deve ser construída em concreto armado com argamassa de 1 parte de cimento, 2½ partes de areia e 4 partes de macadame n.º 1 e 2. Quando empregada a alvenaria de tijolos ou de pedra na construção das paredes, o fundo poderá ser construído de concreto simples, com 10 cm de espessura, com argamassa na mesma proporção já indicada para a cobertura.

As dimensões das cisternas dependem do volume d'água a armazenar para consumo de determinado número de pessoas, em determinado tempo, e do regime das chuvas na região. É necessário um estudo para cada caso, segundo os dados pluviométricos da região.

Devido ao elevado custo da construção das grandes cisternas, deve-se tomar a taxa de 20 litros de consumo por pessoa e por dia, para o cálculo do armazenamento necessário.

As cisternas deverão ter capacidade para armazenar água para o consumo no maior período de estiagem. Durante o ano, enquanto vai sendo usada a água das cisternas, as chuvas irão refazendo o armazenamento.

Para base de cálculo, podemos considerar a hipótese de um período de 150 dias sem chuvas. Neste caso, para abastecimento de uma família de 10 pessoas em uma região, cuja precipitação anual seja de 1 200 milímetros, a cisterna deverá ter a seguinte capacidade:

$$V = 10 \times 20 L \times 150 D = 30\,000 \text{ litros.}$$

Águas superficiais

As águas superficiais são obtidas de rios, lagos e açudes. Satisfazem sob o ponto de vista quantitativo. Essas águas são sempre suspeitas pela freqüente presença de micróbios e parasitas provenientes dos lançamentos que nelas se processam ou do carreamento da matéria orgânica superficial depositada nos terrenos marginais.

O maior ou menor perigo de contaminação pelo uso dessas águas, dependerá, em grande parte, das condições da bacia contribuinte. As possibilidades de contaminação do homem aumentarão, se, ao invés da mata, estiverem os terrenos sendo usados para pastagem, cultivo ou habitação. As bacias cobertas por florestas, sem habitação, são as que menos perigo oferecem.

Outros fatores contribuirão para o perigo de contaminação pelo uso das águas superficiais. A relação entre o volume da contaminação e a massa líquida que a recebe é um fator muito importante. Uma pequena contaminação dentro de um grande volume d'água oferece menor perigo do que uma grande contaminação em um pequeno volume d'água. Em qualquer dos casos apontados, o perigo crescerá com o encurtamento da distância entre o ponto de contaminação e o ponto de adução.

Ao lado dos fatores que contribuem para a maior contaminação das águas superficiais, outros há que poderão melhorar a qualidade das mesmas, tais como, ação da luz solar, germicida e estimulante da fotossíntese; oxidação pelo contacto com o ar, principalmente nas águas agitadas; a sedimentação que carrega para o fundo as partículas em suspensão juntamente com os germes patogênicos; as bactérias saprófitas, plantas, algas, e crustáceos também contribuem para a autodepuração das águas superficiais.

Um exemplo de como a natureza pode beneficiar a qualidade da água está no rio Mississippi, na América do Norte. Aquêle rio, depois de drenar cêrca de meio continente americano, chega a Nova Orleans quase sem colibacilos. O rio Paraíba, no nosso país é dado como outro exemplo.

Contudo, a única providência capaz de garantir a pureza das águas de superfície seria a de evitar a sua contaminação. Essa é geralmente precária nas grandes bacias. Somente nas pequenas bacias situadas inteiramente dentro de uma mesma propriedade, será possível conseguir-se uma proteção eficiente. A prática mais segura para evitar-se a contaminação pelo uso das águas dos rios, lagos e açudes, para bebida e cozinha, será a do tratamento prévio das mesmas, através da decantação, filtração e cloração.

O tratamento da água, por êste processo, é muito complexo e caro. Dificilmente poderá ser adotado para o tratamento da água de abastecimento de uma propriedade apenas.

No caso de necessidade eventual do uso dessa água para bebida, deverá a mesma ser previamente fervida.

Águas dos lençóis subterrâneos

As águas dos lençóis subterrâneos poderão ser obtidas das fontes naturais aflorando a superfície; através dos poços pouco profundos — águas do lençol freático, — e através de poços profundos, — águas do lençol profundo. São as águas mais indicadas para o abastecimento doméstico das propriedades rurais, afastadas dos centros urbanos servidos por abastecimento de água previamente tratada, quando obtidas com os cuidados necessários.

As águas podem ser originárias, tanto do lençol freático, como do lençol profundo.

A possibilidade de contaminação dessa água é menor que a das águas superficiais, podendo ser nula. Interferem na maior ou menor possibilidade de contaminação das fontes ou poços, a natureza do terreno e a situação dos mesmos em relação aos pontos de origem da contaminação. Todo solo, mesmo de boa capacidade filtrante, deve ser tido como contaminado até 1,50 metros da superfície. Haverá ainda perigo de contaminação se a distância vertical do fundo da fossa ou de qualquer ponto de contaminação, e a superfície do lençol, fôr menor que 3,00 metros, mesmo nos terrenos filtrantes.

Águas de fontes naturais

É COMUM ouvir-se dizer que uma determinada água é boa porque é obtida de fonte. No entanto, êste fato, por si só, não é suficiente

para aquela afirmação. A água de fonte, principalmente a do lençol freático, só está livre de contaminação quando o terreno constitui um bom filtro, e não receba contaminações próximas.

As fontes situadas em terrenos silicosos são consideradas boas. As de solo calcário são medíocres, e as de terreno de aluvião, saturadas de matéria orgânica, são consideradas precárias.

A captação deve ser feita em reservatórios de alvenaria ou concreto. A água deve ser colhida profundamente no terreno, evitando-se a contaminação no trajeto, e principalmente na superfície, devido à infiltração das águas de superfície. Para melhor segurança, deve-se desviar as águas de superfície por meio de valetas, evitando-se, assim, que as mesmas se aproximem do ponto de captação da fonte

Poços do lençol freático

A ÁGUA do lençol freático é captada, geralmente, através de poços de diâmetro variável, abertos no solo

Essa água, quando obtida sem os cuidados mínimos indispensáveis, é geralmente contaminada, uma vez que é comum fazer-se junto aos poços de abastecimento, despejo de lixo, bem como a localização de chiqueiros, estábulos, cocheiras e fossas.

A seguir, indicaremos os principais cuidados a serem observados na construção de poços para obtenção de água do lençol freático, pouco profundo:

- a) a distância horizontal entre a fossa, cocheiras, estábulos, chiqueiros, depósito de lixo e o poço deve ser de 30 metros no mínimo;
- b) as paredes do poço, nes terrenos planos devem ser revestidas com cimento e areia até 3 metros abaixo do nível do fundo da fossa ou outro qualquer local de contaminação;
- c) sempre que possível, deve ser verificado em que sentido corre a água do lençol, para localizar-se o poço a montante do deslocamento da mesma. A verificação deve ser feita, abrindo-se 5 poços nos ângulos de um pentágono, e outro no centro. Coloca-se querosene no poço central e observa-se em qual dos outros poços encontra-se essa substância, que atestará o sentido do deslocamento da água do lençol;
- d) juntar um impermeabilizante à argamassa de revestimento do poço. O impermeabilizante poderá ser a Syka, usada na proporção de 1 litro de impermeabilizante para 10 litros d'água;
- e) usar bomba manual ou elétrica para retirada da água dos poços.

Os poços profundos, situados em terrenos consistentes, não necessitam de escoramento. Podem ser abertos e posteriormente construídas as paredes.

Os poços muito profundos, ou situados em terreno pouco consistente, podem ser construídos da seguinte forma: coloca-se sobre o terreno um anel de concreto armado ou tubo prefabricado, do mesmo material, escavando-se internamente. À medida que, pelo pêso próprio, fôr descendo o anel ou o tubo, irão sendo colocados outros anéis ou tubos, até o nível necessário

O diâmetro desses poços deve ser de 1,20 m no mínimo.

Pode-se ainda obter água do lençol freático, em terreno arenoso, cravando-se um tubo de ferro com uma ponteira de ferro galvanizado ou latão, furada, com 1,50 m de comprimento, protegida por uma tela de metal de malha fina. Essa ponteira é roscada a um tubo de ferro galvanizado ou aço, de igual diâmetro.

Esses poços, chamados tubulares, instalados com tubos de uma e um quarto de polegada, são cravados a malho e, à medida que penetram no solo, são roscados outros pedaços de cano até que a ponteira fique mergulhada no lençol d'água.

Os poços de maior diâmetro não podem ser cravados a malho. Introduce-se no terreno um tubo de aço de maior diâmetro, por movimento de torção, injetando-se ao mesmo tempo, no seu interior, água sob pressão para retirar a terra, até a profundidade necessária. A seguir coloca-se no interior o tubo de ferro galvanizado de menor diâmetro com a ponteira já descrita anteriormente. Enche-se o intervalo com areia e retira-se o tubo de aço.

A água é retirada dos poços por meio de bomba.

Poços do lençol profundo

OS poços profundos atravessam o lençol freático e a primeira camada impermeável, para atingirem o lençol profundo.

São cavados com diâmetros de 2 até 12 polegadas ou mais, e são perfurados por meio de sondas especiais. Quando a água corre sob pressão, comprimida entre duas camadas impermeáveis, pode-se obter, em certos casos, um poço artesiano, isto é, um poço cuja água jorra naturalmente acima da superfície do terreno.

Quando o poço não é artesiano, a água é retirada por meio de ar comprimido.

Deixamos de descrever a técnica de construção desses poços, uma vez que para a construção dos mesmos são necessários equipamento e pessoal especializado.

A água desses poços é geralmente livre de contaminação. Contudo, nos terrenos calcários sujeitos a fendas, pode-se dar a contaminação do lençol profundo.

COLETA E DEPURAÇÃO DOS DEJETOS

É o problema mais importante para o saneamento rural, uma vez que a maior fonte de contaminação da água provém dos dejetos depositados sob o solo, de instalações de coletas mal construídas ou mal conservadas, vasos sanitários ligados diretamente aos cursos d'água, ou ainda latrinas construídas sobre os cursos d'água. Sob o ponto de vista da profilaxia das helmintoses, principalmente do ancilostomose ou opilação, a coleta e o tratamento das fezes constitui ponto básico. É de capital importância, também, na profilaxia da esquistossomose.

A indiferença ou ignorância das populações rurais sobre a importância do assunto e a precariedade de recursos no meio rural, dificultam bastante a integral solução do problema, dada a impossibilidade de instalar-se fossas sépticas perfeitas ao lado de cada habitação rural. Somente fazendeiros ou sitiantes abastados poderão dispor de recursos para as instalações referidas. De con-

formidade com o padrão de vida dos seus habitantes, poderão ser adotados tipos de fossas rudimentares, porém eficientes, quando convenientemente localizadas e construídas.

A seguir passaremos a descrever os diversos tipos de fossas mais comumente empregadas, e que são as seguintes: a) fossas estanques; b) fossas absorventes superficiais; c) fossas absorventes profundas; e d) fossas sépticas.

Fossas estanques

CONSISTEM em um tanque de concreto armado, tijolo ou pedra, revetido de cimento, enterrado no solo, completamente estanque, de forma a que não haja infiltração. Essas fossas apresentam o grave inconveniente de exigirem a remoção, periodicamente, do material acumulado.

A sua limpeza é difícil e penosa, dado o fato do material acumulado ser semilíquido, havendo possibilidade de contaminação do solo nas imediações da fossa, durante a operação de remoção do referido material.

O material retirado dessas fossas deve ser enterrado em local bastante afastado da casa, ou fonte.

A construção desse tipo de fossas só é aconselhável nos terrenos fendilhados.

Fossas absorventes superficiais

DAS fossas rudimentares, é esta a mais aconselhada, pela facilidade de construção, preço reduzido, baixo custo de conservação e pelo fato de exigir pouco cuidado na manutenção. Em contrapeso às vantagens apontadas, há o fato de não apresentarem garantia quanto à poluição do subsolo, principalmente em terrenos calcários, geralmente cortados por fendas e sumidouros. Nestes terrenos deve ser evitado o uso de fossas absorventes.

São os seguintes os principais cuidados a serem observados na construção e uso de fossas absorventes:

- 1) escolher local bem drenado situado abaixo do poço de abastecimento d'água e afastado do mesmo 30 metros no mínimo;
- 2) construir este tipo de fossa somente nos locais onde o lençol d'água esteja a 5 metros da superfície do solo;
- 3) aterrar a fossa quando o material tiver alcançado dois terços do espaço;
- 4) evitar a proliferação de moscas e mosquitos, cobrindo o poço completamente, adotando-se também tampa com inclinação forçada para manter-se fechada, por gravidade, sempre que a latrina não esteja em uso;
- 5) instalar latrina sifonada, sempre que seja possível adquiri-la;
- 6) a capacidade da fossa deve ser de 300 decímetros cúbicos por pessoa;
- 7) a nova fossa a ser construída, em substituição à aterrada, deve ser localizada, pelo menos, a 2 metros de distância da primitiva;
- 8) não devem ser canalizadas para a fossa as águas servidas da cozinha, banheiro e tanque, nem nelas colocar desinfetantes, paus, trapos ou lixo.

No caso de construção da latrina sobre a fossa, o material a empregar deve ser a madeira, a fim de que seja possível removê-la quando da necessidade de aterrar a fossa. Os abrigos das latrinas situadas em local afastado das fossas poderão ser construídos em alvenaria, uma vez que não há necessidade de removê-los quando aterrado o poço primitivo. Basta aumentar a tubulação de descarga.

Fossas absorventes profundas

ESTAS fossas caracterizam-se pela grande profundidade e pequeno diâmetro. São também chamadas de latrinas tubulares. A profundidade varia entre 3,50 metros e 7,50 metros

Os poços poderão ser revestidos com madeira ou cilindros de ferro, pelo menos até 1 metro de profundidade, dependendo da natureza do terreno.

Sobre a abertura, junto ao terreno, coloca-se uma laje de concreto armado, furada, para adaptação do vaso.

A abertura dos poços é feita com broca especial, à qual se adaptam, à medida da profundidade, tubos metálicos com rosca que facilitam a perfuração. A terra é retirada pela própria broca.

Estes tipos de fossas podem ser construídos junto às habitações, com o vaso protegido por gabinetes. Não deve ser adotado nas propriedades cujo abastecimento d'água provenha de poço situado nas proximidades, uma vez que, por serem profundas, mais facilmente poderão contaminar o lençol d'água. Quando o fundo das mesmas atinge ou ultrapassa o lençol, não deverá haver a menor dúvida quanto à contaminação do mesmo.

A duração da fossa depende, naturalmente, da profundidade, e do fato de ter ou não atingido o lençol subterrâneo. Quando alcançado o lençol d'água, uma fossa desse tipo poderá durar 8 anos servindo a uma família de 6 pessoas

Em terrenos secos devem-se abrir duas fossas para serem utilizadas alternadamente, a fim de que se possibilite uma melhor desintegração da matéria orgânica e, conseqüentemente, maior duração da fossa. O período de alternância deve ser de 6 meses.

Nas habitações abastecidas com água de poço, mesmo em solo não fendilhado, a distância entre a fossa e o poço deve ser no mínimo de 60 metros.

Fossas Sépticas

QUANDO bem construídas e conservadas, constituem o tipo ideal de fossa, uma vez que no seu interior processam-se a transformação e a depuração da matéria fecal, a ponto de torná-la inócua pela ação das bactérias saprófitas já referidas em capítulo anterior. A ação dessas bactérias nas fossas sépticas é estimulada e acelerada por processos físicos e químicos, em conseqüência de detalhes construtivos que explicaremos adiante.

Foi o reverendo Moura, em 1860, quem observou pela primeira vez a liquefação quase completa dos detritos acumulados em ambientes fechados, em espaço de tempo inferior a um mês, ignorando que o fenômeno observado provinha do trabalho de seres vivos, microrganismos, anaeróbios, surgindo daí as primeiras fossas sépticas.

Os princípios que deveriam reger o bom funcionamento das fossas sépticas foram enunciados por Travis, estudioso do assunto, quando emitiu a sua famosa doutrina de Hampton. A designação de doutrina de Hampton originou-se do fato de terem sido construídos naquela cidade os seus primeiros aparelhos. Os princípios de Travis são aplicados até hoje nas instalações domiciliares, bem como nas grandes estações de tratamento das cidades.

A regra fundamental de sua doutrina consiste em isolar o líquido decantado da fossa, em curto espaço de tempo, com o objetivo de evitar a maior contaminação da água do efluente, devido à ação da fermentação que se opera entre as camadas de lodo do interior das fossas.

O Dr. Karl Imhoff, na Alemanha, em 1906, idealizou o poço conhecido como poço Imhoff, onde era aplicada, com melhores detalhes, a doutrina de Travis. Posteriormente, ainda na Alemanha, o Dr. Otto Mohr inventou a câmara decantadora OMS, (Otto Mohr System), que realiza tôdas as condições de funcionamento de uma ótima fossa séptica.

Fossa Séptica OMS

CONSISTE a fossa em uma câmara de decantação submersa, por onde passa o líquido. Os detritos mais pesados passam pela abertura inferior e ficam depositados. Os detritos mais leves flutuam e ficam retidos em lugar apropriado. A calha de entrada da câmara de decantação, e a de saída, evitam o turbilhamento do material em fermentação no restante do interior da fossa, ou câmara de digestão.

Na câmara de digestão é que as bactérias anaeróbias, ajudadas pela hidrólise, realizam o trabalho de dissolução e decomposição da matéria orgânica.

As fossas OMS, pela sua disposição interna, isolam as águas que atravessam a câmara de decantação, da câmara de digestão, o que permite canalizar-se para a fossa o esgoto da cozinha e banheiro, quando passem primeiro por caixas de gordura; contudo, é de grande vantagem a separação do esgoto do tanque. As águas servidas do tanque, poderão ser canalizadas para um sumidouro ou para um curso d'água ou vala.

É importante saber que a fossa séptica realiza apenas o tratamento primário dos dejetos. A água que sai da mesma através da câmara de decantação, não está isenta de bactérias patogênicas nem de parasitas. As águas do efluente devem ser tratadas nos leitos percoladores, e o lodo deve ser retirado de 10 em 10 anos para ser enterrado em local afastado do poço, em virtude da existência de bactérias nocivas na parte do lodo não digerido.

O lodo poderá ainda ser retirado da fossa, por meio de um tubo colocado na parte interna da fossa. Para fazer sair o lodo, abre-se o registro colocado a 60 centímetros do nível da água. O lodo, comprimido, sobe pelo tubo e sai pelo registro.

Possuindo a fossa dispositivo de retirada automática do lodo, deverá proceder-se a descarga do lodo, de 3 em 3 meses, retirando-se apenas o

lodo preto. Tão logo o lodo principie a tornar-se marron, o registro deve ser fechado, uma vez que somente o lodo preto é inócuo, por estar bastante digerido.

Tomando-se o cuidado de retirar somente o lodo preto, poderá o mesmo ser usado como adubo.

Os leitos percoladores são filtros constituídos por drenos cheios de cascalhos e areia, atravessados por manilhas de barro, para esgotamento do efluente. As manilhas colocadas afastadas umas das outras deixam passar em suas juntas a água que, atravessando o material filtrante, infiltra-se no terreno, depurada pelas bactérias saprófitas aeróbias que povoam o material filtrante. O material transportado é transformado em minerais, nitritos e nitratos, fertilizantes do solo.

No caso de ser possível a instalação dos drenos percoladores nas proximidades de algum curso d'água, é de tôda conveniência fazê-los terminar na margem do curso d'água, evitando-se assim uma eventual saturação do terreno.

Em pequenos quintais sem espaço para construção de leito percolador, pode o mesmo ser substituído por um poço absorvente superficial do tipo já indicado, cheio com macadame número três.

A capacidade das fossas OMS é a seguinte para o gasto médio de 160 litros diários por pessoa:

Número de pessoas	Diâmetro em cm	Altura em cm	Área necessária em m ²	Numeração da fossa
até 4	70	120	1	0
até 7	80	135	1	1
até 12	120	135	1,50	2
até 30	120	235	1,50	3
até 40	150	200	2	4
até 70	150	250	2	5

Fossas sépticas simplificadas

AS fossas sépticas OMS são patenteadas. Até a capacidade de 300 pessoas são prefabricadas por firmas especializadas em artefatos de concreto armado. Por este motivo, nem sempre poderão ser obtidas com facilidade, principalmente pelas pessoas que vivem afastadas dos grandes centros, onde geralmente existem as indústrias especializadas.

Nas condições acima expostas, indicamos, como melhor solução a construção pelo próprio interessado, de uma fossa séptica simplificada, com recursos disponíveis no local. Este tipo de fossa é de forma retangular, dispondo, no seu interior, de uma câmara de decantação do tipo Imhoff.

As paredes da câmara de decantação poderão ser construídas em concreto armado, ou madeira de lei.

As paredes da fossa poderão ser construídas em alvenaria de pedra ou tijolo, revestidas com argamassa de cimento e areia, com uma parte de cimento e duas de areia.

A fossa séptica simplificada não é tão eficiente quanto a fossa OMS. Não obstante, quando bem construída e conservada, resolve muito bem o problema, quando não é encaminhado para ela o esgoto do tanque.

Dimensões das fossas sépticas simplificadas

Número de pessoas	Comprimento	Largura	Altura	Capacidade em litros
até 4	0,80	0,80	1,20	768 litros
até 7	1,00	1,00	1,20	1 200 litros
até 12	1,30	1,30	1,20	2 028 litros
até 30	1,50	1,50	2,20	4 950 litros

Finalizando, apresentamos os dados indispensáveis à instalação das fossas sépticas com leitos percoladores, bem como os cuidados mínimos a serem tomados quanto ao uso e conservação das instalações

- Os tubos percoladores devem ser de barro vidrado com 4" de diâmetro.
- Os tubos devem ser colocados a uma profundidade de 50 centímetros
- As juntas devem ser afastadas de 5 cm e cobertas na parte superior com papelão pichado para evitar a entrada de areia. As 6 primeiras manilhas devem ser colocadas encostadas, com as juntas tomadas de argamassa de cimento e areia
- Nos terrenos arenosos, para cada habitante, devem ser colocados 9 metros de tubos. Nos terrenos pouco permeáveis a metragem por pessoa pode ir até 30 metros

- Quando os tubos percoladores possuírem ramificações, as conexões devem ser feitas em caixas de distribuição com a altura de 50 cm. As outras dimensões variam com o número de tubos a conectar
- É conveniente prever-se uma eventual necessidade de prolongamento ou ramificação da rede percoladora, na hipótese de se verificar afloramento de água à superfície do terreno.
- Nos terrenos porosos a declividade deve ser de 1 para 300, e nos terrenos compactos, de 1 para 600
- As extremidades dos leitos percoladores devem ficar afastadas pelo menos 30 metros dos poços ou fontes de abastecimento.
- O lodo das fossas deve ser removido de 10 em 10 anos e enterrado em local bastante afastado dos poços ou fontes.
- Não devem ser usados desinfetantes nos vasos sanitários e na fossa para não serem destruídas as bactérias que transformam os resíduos dos esgotos
- Para o bom funcionamento das fossas só deve ser usado papel higiênico. Quando não for usado papel higiênico, outro qualquer papel deve ser recolhido em cestas ou caixas e diariamente queimado
- Quando o vaso sanitário não possuir caixa de descarga deve ser despejado no mesmo um balde com água toda vez que for usado.

CORREIOS E TELÉGRAFOS — Os brasileiros, em 1954, usaram mais os correios e menos os telégrafos do que o haviam feito em 1953. O tráfego postal aumentou, de um para outro ano, de cerca de 10% no conjunto, tendo a correspondência sem valor declarado para dentro do país crescido de 2 088 milhões para 2 233 milhões; entretanto, o número de telegramas transmitidos baixou de 31 milhões para 29 milhões. Essas cifras, colhidas no "Anuário Estatístico do Brasil", edição de 1955, mostram que nos setores de comunicações onde há concorrência de entidades privadas o serviço público está perdendo terreno

Apesar da diminuição do número de despachos, a receita de taxas telegráficas subiu de 251 milhões para 285 milhões de cruzeiros e, naturalmente, com a intensificação do tráfego postal houve também aumento do produto das vendas de selos, de 371 para 397 milhões de cruzeiros. Somando-se as rendas de todas as espécies, tem-se para o conjunto dos serviços postais e telegráficos a receita global de 712 milhões, em 1953, e de 700 milhões, em 1954 verificando-se uma diminuição de 1,7%. Em consequência, o déficit elevou-se de 1 297 milhões para 1 330 milhões de cruzeiros, no período mencionado

Nosso movimento postal e telegráfico é o maior da América Latina e um dos maiores do mundo. Nas estatísticas internacionais da ONU, com 30 milhões de telegramas expedidos, o Brasil coloca-se logo depois dos Estados Unidos (151,7 milhões), Japão (91,5 milhões) e Reino Unido (36,4 milhões); relativamente ao volume de correspondência (2 bilhões de cartas), ficamos em oitavo lugar, precedidos dos Estados Unidos (50,9 bilhões) Reino Unido (8,7), Alemanha (5,3), Japão (3,5), França (3,4), Canadá (2,9) e Índia (2,7 bilhões de cartas)

FISCALIZAÇÃO DAS FINANÇAS COMUNAIS E AUTONOMIA MUNICIPAL

FERNANDES TÁVORA

ASSUNTO de magna importância, a fiscalização das rendas municipais suscita dúvidas e mesmo oposições sobre a competência do Estado para legislar a tal respeito.

Assistirá razão aos que assim pensam, firmando-se na autonomia municipal?

Na Constituinte de 34, a Comissão Constitucional adotou, no seu Substitutivo, a emenda 703 da autoria do Deputado Macedo Soares, que tinha o seguinte teor: "Os Estados poderão criar órgãos de assistência técnica aos municípios, e de verificação das suas finanças"

O representante de São Paulo justificou a sua emenda, analisando-a sob o ponto de vista teórico ou doutrinário, e o da experiência paulista no Departamento de Administração Municipal.

Diz Macedo Soares: "O termo *autonomia* foi primitivamente empregado no regime administrativo das cidades gregas, que, em verdade, "não eram municipalidades no sentido moderno" segundo o ensinamento de Munro, (*The Government of American Cities* pg. 74) — Hoje, a noção essencial de autonomia municipal afasta-se da noção de liberdade e se avizinha da de competência

Assim, quando se fala de autonomia municipal, não se quer dizer que o Município seja livre para resolver sobre tudo quando lhe diga respeito, mas sim que lhe compete prover em assunto que a lei reputa de seu particular interesse.

A noção de autonomia municipal é esta: "Governo próprio no que lhe fôr próprio a juízo de outro", ou, na linguagem popular: "O poder próprio de ação dentro dos limites que outro poder mais alto lhe trace". Mas autonomia não se confunde com soberania que é: "O poder próprio de ação no que lhe fôr próprio", segundo doutrina o professor Sampaio Dória.

Acima do Município autônomo, existe o Estado, poder que lhe traça a esfera de ação

QUAIS os elementos constituintes da autonomia municipal? — 1.º) o poder próprio de organização e de ação; 2.º) esfera de ação determinada por outro poder

Só é autônomo o Município que organiza livremente o governo isto é, que elege o seu prefeito e Câmara Municipal.

Esse Município assim constituído pode agir livremente em tudo que diga respeito ao seu peculiar interesse. Mas qual o juiz do peculiar in-

teresse dos Municípios? Em parte, êles mesmos, em parte o Estado, pois o interesse geral dêste e da União coincide, muitas vezes, com o interesse dos Municípios

A ordem pública, por exemplo, é interesse peculiar do Município, mas também, o é do Estado. A desordem nas finanças municipais prejudica o crédito do Estado e da União. Daí, caber ao Estado fixar a esfera de ação dos Municípios

Meras jurisdições administrativas, devem os Municípios observar a lei orgânica que os rege, emanada do Estado, assim como êste observa a Constituição Federal

Autônomos dentro da organização do Estado, como autônomo êste na estrutura nacional.

Não há, porém, identidade entre estas autonomias, visto como cada qual colima séries diversas de interesses coletivos.

Na autonomia municipal, atende-se à organização da administração. Na autonomia dos Estados, atende-se à organização política, ou, na frase de Durand, (*Les États Fédéraux*) "a formação da vontade nacional"

A falsa noção de autonomia municipal, diz Macedo Soares, tem, no Brasil, uma explicação de origem histórica.

As antigas municipalidades portuguesas não eram corporações meramente administrativas; cabia-lhes também grande parte de influência nos negócios gerais do Estado.

As Câmaras Municipais brasileiras, ou melhor, as Câmaras do Conselho ou os Senados da Câmara, como se dizia então, eram, no regime colonial, corporações do tipo das municipalidades portuguesas e chegaram a arrogar-se atribuições que de modo algum, segundo nota Cortines Laxe, se podiam conciliar com a natureza e índole do poder municipal.

E tão ciosas eram de sua independência as municipalidades brasileiras, no tempo da Colônia, que a Câmara de São Paulo arrancou do governo reinol a Provisão de 23 de julho de 1745, que lhe assegurava o direito de só aceitar oficiais nascidos na capitania.

NA justificação da sua emenda diz ainda aquêlê deputado paulista: "Há um êrro muito entranhado entre nós, mesmo entre os escritores, que consiste em confundir a idéia da federação com a descentralização administrativa".

A federação é uma descentralização, não administrativa, mas política. Autonomia municipal diz com a organização administrativa; autonomia estadual é conceito fundamental da organização política.

O fato de possuírem os Municípios ampla autonomia não significa melhor fundamento para a Federação, ou que seja esta mais bem caracterizada. Basta olhar para o panorama do mundo civilizado e ver-se-ão Municípios autônomos em estados unitários. O burgo inglês, explica Munro, possui administração autônoma. Ainda que desprovida de qualquer salvaguarda legislativa, goza a cidade inglesa de acentuada independência administrativa e o parlamento da Inglaterra jamais intervém nos negócios privados dos burgos, contra a vontade dos respectivos habitantes.

Na França unitária, segundo o ensinamento de Hauriou, a personalidade moral das comunas remonta longe e a comuna pode, em princípio, organizar toda a espécie de serviço público local útil aos habitantes.

No Chile, na Colômbia e na Bolívia, tôdas repúblicas unitárias, as constituições respectivas demonstram igualmente que não é característica da federação a autonomia municipal.

E penetrando mais fundamente na matéria comunal, esclarece Macedo Soares: "Três são os problemas que se agitam na órbita da administração municipal: 1.º) o da autonomia; 2.º) o da centralização ou descentralização; 3.º) o da fiscalização. Os respectivos conceitos se confundem, por vezes, na linguagem popular.

Mas são inconfundíveis na técnica do Direito Público. Autonomia é simplesmente a faculdade que compete aos Municípios de livremente proverem os cargos de direção da comuna, e de agirem livremente dentro dos limites traçados pelo Estado. Se os Municípios elegerem o Prefeito e os vereadores, é autônoma a comuna; se o Prefeito é nomeado pelo chefe do Estado, desaparece a autonomia. Esta é a noção clássica da autonomia, exposta por Orlando (*Principi di Diritto Amministrativo*).

O problema da centralização ou descentralização administrativa concerne a maior ou menor amplitude na atividade reservada aos Municípios, relativamente ao Estado. Por ela, órgãos do Estado cooperam com o município para melhor exercício na atividade destes. Entre nós, afirma o ilustre autor da emenda 703, no regime da Constituição de 24 de fevereiro, que assegurava a autonomia municipal, sempre se praticou, em larga escala, a fiscalização.

EM São Paulo, por exemplo, os objetivos para os quais os Municípios podiam associar-se no interesse comum não entravam em execução antes de aprovados pelo Congresso (Constituição Estadual, art. 60); os Municípios não podiam contrair empréstimos externos sem autorização do Congresso (Lei Estadual n.º 1344 de 1912, art. 2.º); dos atos e deliberações das municipalidades cabia recurso para o Senado Estadual, que os podia anular (Constituição Estadual, art. 22 e art. 58).

A fiscalização independe portanto da autonomia dos Municípios. O município pode ser autônomo e intensamente fiscalizado, assim como pode não ser autônomo e ficar completamente isento de fiscalização. O órgão de assistência técnica aos municípios e de fiscalização de suas finanças poderá, entre outros, realizar os seguintes objetivos:

1.º) — Prestar assistência técnica, como por exemplo, na solução dos problemas de urbanismo, de água e esgoto, luz, instrução pública, rodovias, mercados, matadouros, etc.

2.º) — Fiscalizar a execução dos orçamentos organizados pelas Câmaras Municipais.

3.º) — Fiscalizar o serviço de juros e amortização das dívidas e autorizar a realização de empréstimos.

4.º) — Prestar assistência legal às municipalidades, em segunda instância, ou em pareceres sobre consultas que lhes façam o Prefeito ou as Câmaras Municipais.

Para evitar um possível conflito entre a Municipalidade e o órgão fiscalizador, cabe aos Estados, na organização da lei orgânica dos Municípios, estabelecer regras para dirimir tais conflitos, como por exemplo o plebiscito realizado entre os municípios eleitores.

Demonstrada a inanidade da objeção levantada contra a criação de órgãos que, nos Estados, fiscalizem a administração municipal, tudo aconselha aquela criação, da qual só se podem esperar os ótimos resultados obtidos em São Paulo na prática revolucionária.

PARA comprovar a eficiência desse órgão fiscalizador, apresentou Macedo Soares números comparativos das finanças municipais de São Paulo em 1930 e 1934. Em 1930 a dívida dos Municípios de São Paulo atingia a soma de 225 330 224\$712, sendo a consolidada de 173 480 242\$254 e a flutuante de 51 840 402\$530. Em 1934, mercê da ação vigilante do Departamento de Administração Municipal, a dívida total dos Municípios paulistas fixou-se em 1 742 920 304\$552, sendo a consolidada de 157 590 208\$514 e a flutuante 17 240 554\$108.

Nesse mesmo período mantiveram eles em dia o serviço de juros de suas dívidas na importância de 66 062 727\$762. Quer isso dizer que de 1931 a 1934, os municípios de São Paulo empregaram no serviço de suas dívidas a respeitável importância de 116 811 757\$501.

O saneamento das finanças municipais operado pelo Departamento de Administração Municipal ressalta com maior clareza ao verificar-se que, havendo em dezembro de 1930 apenas 76 Municípios que não tinham dívida consolidada, esse número subiu a 93 em 1934.

Mais interessantes ainda são os dados relativos à dívida flutuante. Em dezembro de 1930, apenas 23 Municípios paulistas não tinham dívida flutuante; em 1934, estavam nas mesmas condições 136.

A ação benfazeja do Departamento de Administração Municipal não se fez sentir somente na melhoria das finanças municipais.

O Código de Contabilidade e as numerosas circulares, notadamente a de n.º 187, que traçou normas uniformes para a elaboração do orçamento, beneficiaram notavelmente a técnica orçamentária e de contabilidade municipal. É fato notável que a aplicação mais cuidadosa dos dinheiros públicos permitiu aos municípios empregarem algumas verbas em serviços que antes de 1930 estavam a cargo exclusivo do Estado, tais como a instrução pública, higiene, segurança pública e auxílio a manutenção de serviços estaduais, como leprosários, hospícios, etc.

Convém salientar ainda que tal aparelho de tão eficiente funcionamento em nada pesa sobre o Tesouro do Estado, pois suas despesas são cober-

tas por contribuições das Prefeituras, variando de Cr\$ 250 000 a Cr\$ 4 200 anuais, de acordo com as respectivas receitas, fortemente recompensadas pelos serviços de assistência técnica, especialmente para obras públicas de engenharia, de contabilidade e de assistência pública.

Não se precisa dizer mais para justificar a criação de um órgão de fiscalização das finanças municipais.

É pela sua ausência na administração das comunas que predomina a péssima aplicação das rendas municipais e sobretudo a dilapidação das quotas federais absorvidas pela cobiça de mandatários desonestos, sem dignidade e sem civismo.

MOVIMENTO FERROVIÁRIO — *Ao contrário do que se está acostumado a admitir, na vida das estradas de ferro brasileiras a fase deficitária remonta a relativamente pouco tempo, pois se inicia em 1946. Se tomarmos para exemplo uma longa série estatística, abrangendo quase quatro décadas, desde 1916 a 1953, verificaremos que durante trinta anos nossas ferrovias produziram saldos positivos e há somente oito anos elas se transformaram em fatores negativos. O primeiro déficit, em 1946, foi de 240 milhões de cruzeiros, tendo aumentado progressivamente, daí por diante, até atingir quase 3 bilhões de cruzeiros em 1953.*

A passagem para a fase deficitária coincide com a queda ininterrupta do transporte efetivo de mercadorias que, depois de se ter elevado a 36,6 milhões de toneladas, no ano de 1942 (quando o transporte marítimo se reduziu em virtude da segunda guerra mundial), não mais alcançou aquele nível nos exercícios seguintes. O movimento de bagagens também entrou em declínio na mesma época, assim como o número de animais transportados; apenas o volume de passageiros aumentou, entre 1942 e 1953, de cerca de 100 mil.

Depois de 1946, a receita de nossas vias férreas não cessou de melhorar, subindo de 3,6 bilhões a 5,2 bilhões de cruzeiros, em 1953. Entretanto, a despesa elevou-se em velocidade muito maior e, nesse último ano de referência, já havia ultrapassado 8 bilhões de cruzeiros. Apesar da extensão da rede em tráfego haver crescido, no período mencionado, de 34 438 para 37 032 quilômetros, o material rodante existente apresenta a tendência a reduzir sua capacidade de utilização. Segundo se pode concluir dos dados divulgados no último "Anuário Estatístico do Brasil" (1955), no decorrer de 37 anos, o número de carros e vagões pouco mais que duplicou, enquanto a tonalagem de carga cresceu cerca de três vezes e meia e o número de passageiros mais de seis vezes.

CONCEITUAÇÃO DE LATIFÚNDIO NAS DIVERSAS REGIÕES DO PAÍS

PEDRO CONDE

O ESTUDO da projetada reforma agrária não pode ser feito somente nos gabinetes e ao redor das mesas de convenções. Tal assunto afeta a economia da população rural brasileira, que atinge a nada menos de 80% dos habitantes do nosso país.

É verdade que em muitas nações esse problema já foi estudado e solucionado e que isso já nos serve de roteiro. Entretanto, o que precisamos ter em conta é que determinados problemas brasileiros não podem ser resolvidos com soluções dadas ao assunto no estrangeiro, pois, devido à vastidão do nosso território, nem sequer uniformidade poderemos assentar na aplicação de normas para as diversas regiões do Brasil. Falamos a mesma língua, mas não temos as mesmas necessidades, podendo acontecer que uma solução eficaz no sul seja prejudicial, se aplicada na região nordestina. O clima e o modo de vida a que éle obriga devem ser olhados.

Ninguém contesta que a existência de grandes latifúndios inexplorados prejudica aos que desejam trabalhar e não possuem terra. Entretanto, a própria limitação do que seja um latifúndio encontra embaraço, para ser aplicada com uniformidade a todo o país e até mesmo a todo um Estado da Federação, pois a base de reconhecimento da necessidade de uma determinada extensão territorial em uma só mão só pode ser bem estipulada, tendo-se em vista o meio de utilização da terra. Em uma região agrícola, o latifúndio pode ter uma limitação menor do que em uma região pastoril. Na primeira, a quantidade de terra que um homem precisa para plantar é bem menor do que a extensão que um fazendeiro necessita para o seu gado pastar. Deve-se pois determinar que a área de terra não cultivada além da base tomada para a conceituação do latifúndio agrícola poderá ser desapropriada, para utilização dos que nela queiram cultivar. Mas a extensão territorial do criador só deverá encontrar embaraço em um outro criador. Que prejuízo poderá ter um homem que não cria gado, para poder reclamar terra em uma região pastoril? Em tal região, éle é um deslocado, e deverá sair para a região destinada ao plantio.

Daí devemos tirar a conclusão de que antes da limitação da área dos latifúndios, devemos em primeiro lugar dividir a terra, em regiões agrícolas e pastoris, para depois podermos estabelecer a limitação da área dos latifúndios nessas diferentes regiões, de diferentes serventias.

Na região reconhecida como pastoril, a criação deverá ser sôlta, atendendo-se à extensão que ela precisa para o seu natural deslocamento, à procura do pasto.

Na região agrícola, a plantação é que poderá ser feita sem cercados, atendendo-se, já agora, à categoria das cercas de arame. Então, se alguém quiser plantar pequena área na região pastoril, deverá cercar o seu plantio; enquanto se alguém quiser fazer alguma criação na região agrícola, deverá fazê-lo em cercados, uma vez que nela não há pasto em abundância para o gado procurar.

No Piauí, pelo menos, essa distinção não está feita, nem em outros Estados da Federação, precisando, por isso, que uma bem organizada lei agrária faça em cada Estado a divisão das suas regiões agrícola e pastoril.

Depois desse problema básico, um outro aparecerá, consistente em saber-se se o limite do latifúndio no norte despovoado deverá ser na mesma extensão do sul já bastante habitado. Se a limitação encontra base racional na necessidade de cada um, fugirá a esse critério a limitação que fixar a mesma área para o latifúndio no Amazonas e no Rio Grande do Sul, em São Paulo ou na Paraíba.

As próprias condições do pasto devem influenciar tal limitação, pois enquanto em alguns Estados o pasto é plantado e cuidado, em outros éle nasce à lei da natureza. É evidente que o pasto plantado e cuidado é mais abundante em uma pequena área, do que o nascido à lei da natureza, nos intervalos de árvores sem serventia para o gado. E não se argumente que ao criador descuidado cabe a culpa da necessidade de maior extensão para o pasto do seu gado. Não levantaria tal argumento, quem conhecesse a situação de pobreza do criador pobre do norte, que cria o seu gado ajudado apenas por Deus Nosso Senhor no inverno, pois na seca nem essa ajuda lhe aparece e quando a falta d'água perdura morrem sem água e sem comida a criação e o criador. Não se pode deixar de ter em conta as realidades da vida em cada região, para adaptarmos a cada uma delas as soluções que mais se ajustem à maneira de vida dos seus habitantes, pois as leis são normas votadas pelos homens, para serem aplicadas aos homens, e portanto só humanamente devem e podem ser exe-

cutadas. E se elas exprimem as necessidades do povo, deverão ter em atenção a mudança dessas necessidades de uma para outra região, do contrário, ao invés de impor respeito às necessidades sociais, virão infringi-las, e não serão dignas de acatamento.

Diferem, pois, as condições para limitar-se a área de um latifúndio na região pobre do norte, das condições básicas para tal limitação, no seio da população sulista, que vive em um padrão bem diferente, em melhores condições sociais e assistida mais de perto pelos recursos oficiais e técnicos que lhe permitem tirar da terra maior proveito em menor extensão. Por essas ligeiras diferenças verifica-se a complexidade do problema da reforma agrária no Brasil, onde o próprio instinto do colonizador dividiu as regiões pela escolha dos melhores locais, indicados pela natureza. Se a região sulina foi a escolhida pela colonização, é claro que apresentava melhores proveitos. A região norte foi desprezada por ser inferior. Recordem-se que até os africanos trazidos como escravos para Recife eram vendidos sob escolha aos donos de engenho dos Estados de Pernambuco e Bahia e só o rebutalho era remetido para os Estados mais do norte, conforme o testemunho de Henry Koster no seu livro *Através do Brasil*, em que relata demorada excursão pela região nordestina em 1810. E devemos reconhecer que os portugueses que vinham cruzar aqui no norte, com esse péssimo elemento não deixariam de ser também, um rebutalho, empurrado pela polícia ou pela necessidade, para o pior local.

Como produto de tal gente e em tal terra, não podemos competir com a população mais civilizada do sul, nem sermos, por isso mesmo, tratados no mesmo nível de necessidade ou limitações. A influência da colonização italiana e alemã nos estados sulinos evidentemente melhorou o povo e a região, com métodos de plantio e criação diferentes dos usados pelos nortistas. Tal situação não poderá passar despercebida a quem tiver de aferir as bases de limitação dos latifúndios nas diferentes regiões do Brasil.

OUTRA circunstância que não poderá ser obscurecida é a da situação do colono estrangeiro na região sulina, e a do agregado nas regiões nortista e nordestina, pois enquanto o trabalhador rural sulista tem um padrão de vida melhor assegurado, os agregados nortistas vegetam ao lado dos proprietários, assistidos pelos sentimentos cristãos dos donos da terra e incapazes de uma iniciativa própria. Se o govêrno limitar de muito a propriedade agrícola ou pastoril na região norte, o desastre será certo, porque ou os agregados na pequena área empobrecerão a terra com os seus rotineiros métodos de trabalho, ou ficarão ao largo, perdidos na chapada, sem o amparo de um orientador, e em breve abandonarão a terra que lhe foi dada ficando esta ainda mais desabitada do que antes.

A reforma agrária terá de ser feita em nosso país tendo-se em vista as necessidades de cada região e de maneira experimental, de forma a não causar choques, como o que ocorreu na agricultura brasileira em 1888, baseada no braço escravo e que com a brusca extinção da escravatura ficou desmantelada por muito tempo, com engenhos desmoronados e o povo empobrecido. A pressa é inimiga da perfeição.

Entretanto, isso não quer dizer que se cruzem os braços, mas simplesmente que a iniciativa oficial seja aplicada aos poucos e sempre em caráter experimental, fazendo-se em primeiro lugar a delimitação das regiões agrícolas e das pastoris, e depois a necessidade da maior ou menor extensão territorial conforme os métodos de plantio e criação usados no sul e no norte do país, — para em último lugar estabelecer-se a quantidade de hectares de terra que deverá ser tomada para a conceituação do que seja um latifúndio em cada região.

Fora daí, é fazer castelos na areia e expor os proprietários de terra, suas famílias e os próprios agregados que vivem à sua sombra, a um choque que não será reparado por nenhum teórico de gabinete ministerial desejoso de sensacionalismo.

Façamos a reforma agrária; mas, comecemos do comêço

DEZ MIL PROFESSÔRES — *As aulas de 1955, nos 344 estabelecimentos de ensino superior em funcionamento no país, foram abertas por um corpo docente formado de 10 276 professores, responsáveis por 12 768 cadeiras. Como se vê, o número destas ultrapassava de 2 492 o daqueles, sendo este excesso compensado pela pluralidade de funções magisteriais entre os lentos. Os efetivos do corpo docente nos educandários de nível superior podem parecer modestos em relação à população brasileira. Não, porém, em relação ao número de matrículas nesses cursos, que em 1955 foi de 72 652, ou seja, em termos absolutos, na proporção de menos de seis alunos para cada mestre.*

De acôrdo com os elementos do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, vários cursos ocupavam mais de mil professores. Assim os de Filosofia, Ciências e Letras (1 945), Engenharia (1 165), Enfermagem (1 067) e Medicina e Saúde Pública (1 006). O Direito vinha em quinto lugar, com 898 docentes, embora contasse com o discipulado mais numeroso: 20 282 inscritos. Cêrca de 70% dos lentos se distribuíam por apenas cinco Unidades, nas quais, de resto, se concentravam 64,5% dos nossos estabelecimentos de ensino superior: Distrito Federal (2 216), São Paulo (1 993), Minas Gerais (1 271), Rio Grande do Sul (1 053) e Pernambuco (701).

Das 12 768 cadeiras ocupadas, 5 556 dependiam da administração federal, 1 536 da estadual, 186 da municipal e 5 490 da iniciativa privada. Era absoluto o predomínio dos docentes de sexo masculino: 11 219 (88%). Entre estes, a parcela mais numerosa (5 001) vinculava-se a educandários federais, ao passo que quase metade das professoras (756, ou seja 49%) lecionava em cursos mantidos por estabelecimentos particulares.

CADASTRO DAS FAVELAS DE BELO HORIZONTE

AFIM de colhêr dados que permitissem planejamentos de natureza administrativa, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte solicitou ao IBGE, através de sua Inspeção Regional em Minas Gerais, a colaboração com a Comissão de Desfavelamento na realização de um cadastro das favelas da capital mineira.

O formulário utilizado nessa pesquisa incluiu dados sobre o tipo de construção, o regime de ocupação da casa e do terreno, número de habitações, número de cômodos e número de pessoas residentes em cada barraco.

O trabalho de coleta foi realizado no prazo de vinte dias em novembro de 1955, e dêle participaram alunas da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte.

Divulgando os resultados dêsse inquérito, a REVISTA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS proporciona aos estudiosos do problema os dados numéricos indispensáveis para o conhecimento objetivo da questão, num dos centros mais populosos do país.

1. Número de habitações, segundo os tipos de construção e as condições higiênicas

FAVELAS	NÚMERO DE HABITAÇÕES								
	Total	Segundo os tipos de construção				Segundo as condições higiênicas			
		Casebres	Casas	Casas de Cômodos	Outros	Boas	Sofríveis	Más	Sem classificação (1)
Morro do Querosene	282	250	19	13	—	79	126	68	9
Pendura Saia	599	529	51	19	—	134	245	217	3
Vila Estrela Mendonça	800	755	44	1	—	437	243	82	38
Vila São Jorge	464	449	15	—	—	16	409	35	4
Vila São Domingos	321	245	74	1	1	110	196	14	1
Pau Comeu	604	437	154	13	—	404	114	75	11
Pombal ou Copacabana	158	118	40	—	—	40	76	42	—
Cabeça de Porco	121	119	1	—	1	60	57	4	—
Vem Quem Quer	369	336	19	9	5	96	154	107	12
Pedreira Prado Lopes e Buraco Quente	1 700	1 042	521	136	1	463	617	602	18
Ilha dos Urubus	360	296	61	1	2	80	133	147	—
Vila Edgard Werneck	446	151	290	1	4	353	76	6	11
Barroca de Santa Teresa	222	143	34	45	—	18	66	133	5
Alfredo Pinto e Cardoso	250	112	136	1	1	50	128	67	5
Vila dos Marmiteiros	1 008	845	162	—	1	318	259	397	34
Raul Soares e Cardoso	197	176	15	6	—	128	55	14	—
Estação Horto Florestal	225	166	59	—	—	80	133	—	12
Universidade de Minas Gerais	257	225	31	1	—	40	118	98	1
Buraco Quente dos SS CC	77	43	34	—	—	13	28	32	4
Parque São João Batista	58	49	9	—	—	13	23	—	22
Cidade Universitária Pampulha	56	53	3	—	—	13	28	15	—
Vila Operária Matadouro	697	401	291	1	4	339	188	94	76
Gamela Teresa Cristina	72	67	1	4	—	6	52	14	—
TOTAL	9 343	7 007	2 064	252	20	3 290	3 524	2 263	266

(1) Condições higiênicas de moradias desabitadas, moradores ausentes e inclusive habitações ainda em fase de construção.

2. Número de habitações, segundo o material de construção das paredes externas e o material de cobertura

FAVELAS	NÚMERO DE HABITAÇÕES											
	Total	Segundo o material de construção das paredes externas					Segundo o material de cobertura					Ignorado (1)
		Tijolo	Madeira	Taipa	Adobe	Outros	Telha	Madeira	Zinco	Sapé	Outros	
Morro do Querosene	282	47	3	2	230	—	257	1	1	1	22	—
Pendura Saia	599	129	1	1	465	3	566	—	1	—	32	—
Vila Estrela Mendonça	800	177	5	9	598	11	701	—	7	10	81	1
Vila São Jorge	464	54	1	5	403	1	399	—	19	3	43	—
Vila São Domingos	321	108	1	—	211	1	307	1	2	1	10	—
Vila do Pau Comeu	604	153	6	9	431	5	586	—	2	—	15	1
Pombal ou Copacabana	158	64	—	—	94	—	158	—	—	—	—	—
Cabeça de Porco	121	25	—	11	85	—	114	—	6	—	1	—
Vem Quem Quer	369	105	2	27	235	—	328	—	29	10	2	—
Pedreira Prado Lopes e Buraco Quente	1 700	194	3	2	1 497	4	1 482	—	19	—	198	1
Iha dos Urubus	360	61	11	—	285	3	339	1	—	—	20	—
Vila Edgard Werneck	446	178	1	1	266	—	442	—	—	1	3	—
Barroca de Santa Teresa	222	44	—	—	178	—	211	1	—	—	10	—
Alfredo Pinto e Cardoso	250	31	—	—	219	—	244	—	2	—	4	—
Vila dos Marmiteiros	1 008	105	4	7	892	—	956	1	2	19	30	—
Raul Soares e Cardoso	197	42	3	9	143	—	193	1	—	—	3	—
Estação Horto Florestal	225	36	1	5	183	—	220	1	4	—	—	—
Universidade de Minas Gerais	257	14	11	2	228	2	242	—	9	—	6	—
Buraco Quente dos SS CC	77	11	—	—	66	—	77	—	—	—	—	—
Parque São João Batista	58	8	2	—	47	1	36	—	—	—	3	19
Cidade Universitária Pampulha	56	4	—	1	50	1	15	—	1	36	4	—
Vila Operária Matadouro	697	323	2	6	360	6	566	—	1	14	14	3
Gamaleira Teresa Cristina	71	4	1	3	63	1	58	—	8	6	—	—
TOTAL	9 343	1 917	58	100	7 229	39	8 596	7	113	101	501	25

(1) Habitações em fase de construção ainda não cobertas

3. Número de habitações, segundo o regime de ocupação

FAVELAS	NÚMERO DE HABITAÇÕES SEGUNDO O REGIME DE OCUPAÇÃO									
	Total	Da casa				Do terreno				Ignorado (1)
		Própria	Alugada	Outros	Ignorado (1)	Próprio	Alugado	Outros	Ignorado (1)	
Morro do Querosene	282	210	49	11	12	23	32	217	10	
Pendura Saia	599	508	49	34	8	10	13	575	1	
Vila Estrela Mendonça	800	609	85	68	38	34	46	695	25	
Vila São Jorge	464	364	83	12	5	8	2	453	1	
Vila São Domingos	321	226	81	8	6	9	9	216	6	
Vila do Pau Comeu	604	444	131	17	12	49	1	543	11	
Pombal ou Copacabana	158	152	6	—	—	—	1	157	—	
Cabeça de Porco	121	117	3	1	—	1	1	119	—	
Vem Quem Quer	369	326	30	5	8	54	—	315	—	
Pedreira Prado Lopes e Buraco Quente	1 700	844	770	76	10	53	97	1 535	5	
Iha dos Urubus	360	307	30	23	—	1	—	359	—	
Vila Edgard Werneck	446	403	25	3	15	10	1	422	13	
Barroca de Santa Teresa	222	73	132	13	4	37	2	180	3	
Alfredo Pinto e Cardoso	250	187	49	11	3	12	—	234	4	
Vila dos Marmiteiros	1 008	806	119	41	42	17	4	949	38	
Raul Soares e Cardoso	197	141	44	11	1	16	—	180	1	
Estação Horto Florestal	225	160	52	1	12	14	4	195	12	
Universidade de Minas Gerais	257	159	77	18	3	2	5	248	2	
Buraco Quente dos SS CC	77	18	49	5	5	48	2	22	5	
Parque São João Batista	58	57	1	—	—	2	—	56	—	
Cidade Universitária Pampulha	56	52	1	3	—	—	—	56	—	
Vila Operária do Matadouro	697	588	36	24	49	44	4	616	33	
Gamaleira Teresa Cristina	72	55	13	4	—	5	—	67	—	
TOTAL	9 343	6 806	1 915	389	233	540	224	8 409	170	

(1) Inclusive casas em construção e abandonadas.

4. Número de habitações, segundo o número de cômodos

FAVELAS	NÚMERO DE HABITAÇÕES												
	Total	Segundo o número de cômodos										10 e mais	Ignorado (1)
		1	2	3	4	5	6	7	8	9			
Morro do Querosene	282	72	79	59	35	9	8	4	3	—	1	12	
Pendura Saia	599	115	162	142	86	42	19	11	55	4	2	11	
Vila Estrela Mendonça	800	241	242	168	71	26	9	1	—	—	1	41	
Vila São Jorge	464	47	107	136	102	32	18	1	3	—	1	17	
Vila São Domingos	321	32	58	96	76	18	9	3	2	1	2	24	
Pau Comeu	604	148	144	142	74	22	16	6	5	2	3	42	
Pombal ou Copacabana	158	23	43	48	25	10	4	—	1	1	1	2	
Cabeça de Porco	121	23	36	35	19	5	1	—	1	—	—	1	
Vem Quem Quer	369	109	101	74	40	19	7	—	1	—	1	17	
Pedreira Prado Lopes e Buraco Quente	1 700	599	329	300	216	78	67	22	23	11	13	42	
Ilha dos Urubus	360	144	93	62	31	13	11	3	—	—	1	12	
Vila Edgard Werneck	446	14	36	90	104	82	66	22	8	4	1	19	
Barroca de Santa Teresa	222	93	54	27	24	6	6	1	3	—	2	6	
Alfredo Pinto e Cardoso	250	45	89	61	33	9	5	3	—	—	—	5	
Vila dos Marmiteiros	1 008	185	245	261	164	74	24	2	4	1	1	47	
Raul Soares e Cardoso	197	74	51	33	15	3	5	2	2	1	1	10	
Estação Horto Florestal	225	41	52	67	32	9	10	—	1	—	—	13	
Universidade de Minas Gerais	257	123	56	34	25	9	4	—	—	—	—	6	
Buraco Quente dos SS CC	77	26	22	13	5	2	—	—	—	—	—	9	
Parque São João Batista	58	25	8	2	—	1	—	—	—	—	—	22	
Cidade Universitária Pampulha	56	15	24	11	5	1	—	—	—	—	—	—	
Vila Operária Matadouro	697	132	191	175	86	24	7	2	—	1	—	79	
Gameleira Teresa Cristina	72	27	25	10	6	—	3	—	—	—	—	1	
TOTAL	9 343	2 353	2 247	2 046	1 274	494	289	83	62	26	31	438	

(1) Inclusive casas em construção.

5. Número de favelados, distribuídos segundo o número de cômodos de suas residências

FAVELAS	NÚMERO DE FAVELADOS SEGUNDO O NÚMERO DE CÔMODOS											Número de residências ocupadas
	Total	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 e mais	
Morro do Querosene	1 179	222	303	250	189	74	68	31	35	—	7	270
Pendura Saia	2 411	282	532	583	457	247	136	87	31	39	17	588
Vila Estrela Mendonça	3 076	687	918	771	413	178	64	14	—	—	31	759
Vila São Jorge	1 826	121	354	540	471	189	126	3	16	—	6	447
Vila São Domingos	1 149	79	171	375	328	102	60	11	10	5	8	297
Pau Comeu	2 102	297	473	594	374	125	114	53	31	12	29	562
Pombal ou Copacabana	629	51	133	101	130	75	24	—	7	2	6	156
Cabeça de Porco	547	94	135	260	110	34	6	—	8	—	—	120
Vem Quem Quer	1 501	293	433	353	225	124	56	—	7	—	10	352
Pedreira Prado Lopes e Buraco Quente	6 469	1 315	1 095	1 290	1 137	443	498	181	221	118	171	1 658
Ilha dos Urubus	1 153	317	330	244	155	79	4	19	—	—	5	348
Vila Edgard Werneck	2 362	46	151	391	533	532	439	157	68	41	4	427
Barroca de Santa Teresa	792	213	175	119	140	42	50	5	25	—	23	216
Alfredo Pinto e Cardoso	995	109	321	280	169	50	47	19	—	—	—	245
Vila dos Marmiteiros	4 215	503	898	1 132	922	522	166	14	38	11	9	961
Raul Soares e Cardoso	652	168	169	138	69	21	35	20	6	6	20	187
Estação Horto Florestal	865	96	174	312	177	50	50	—	6	—	—	212
Universidade de Minas Gerais	797	248	209	148	119	50	23	—	—	—	—	251
Buraco Quente dos SS CC	258	67	85	65	30	11	—	—	—	—	—	68
Parque São João Batista	172	105	55	7	—	5	—	—	—	—	—	36
Cidade Universitária Pampulha	236	53	103	53	24	3	—	—	—	—	—	56
Vila Operária Matadouro	2 799	414	859	838	487	134	55	9	—	3	—	618
Gameleira Teresa Cristina	247	68	78	41	39	—	21	—	—	—	—	71
TOTAL	36 432	5 848	8 154	8 885	6 698	3 090	2 042	623	509	237	346	8 905

6. Densidade de favelados por habitação e cômodo

HABITAÇÕES	NÚMEROS ABSOLUTOS			MÉDIA DE FAVELADOS	
	Favelados	Habitações	Cômodos	Por habitação	Por cômodo
De 1 cômodo	5 848	2 353	2 353	2,49	2,49
De 2 cômodos	8 154	2 247	4 494	3,63	1,81
De 3 cômodos	8 885	2 046	6 138	4,34	1,45
De 4 cômodos	6 698	1 274	5 096	5,26	1,31
De 5 cômodos	3 090	494	2 470	6,26	1,25
De 6 cômodos	2 042	289	1 734	7,07	1,18
De 7 cômodos	623	83	581	7,50	1,07
De 8 cômodos	509	62	496	8,21	1,03
De 9 cômodos	237	26	234	9,11	1,01
TOTAL (1)	36 086	8 874	23 596	4,07	1,53

(1) Não incluídos os favelados residentes em habitações de 10 e mais cômodos

7. Número de construções não habitadas, segundo os fins a que se destinam

DESIGNAÇÃO DA FAVELA		CONSTRUÇÕES NÃO HABITADAS, SEGUNDO OS FINS A QUE SE DESTINAM												
N.º	NOME	Colé- gio	Escola	Igreja	Capela	Centro Espí- rita	Pôsto de saúde	Salão de reu- niões	Clube	Bote- quim	Bar- bearia	Co- mércio indis- crimi- nado	Outros	Total
3	Pendura Saia	—	—	—	1	1	—	1	—	—	—	2	(1) 1	6
4	Vila Estrela Mendonça	—	—	—	1	1	—	1	—	1	—	1	—	5
5	Vila São Jorge	—	1	—	1	—	1	—	—	1	—	1	—	5
6	Vila São Domingos	—	1	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	3
7	Vila Pau Comeu	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	(2) 4	6
8	Pombal ou Copacabana	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
9	Cabeça de Porco	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1
10	Vem Quem Quer	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
11	Pedreira Prado Lopes e B. Quente	(3) 1	1	—	(4) 2	1	—	—	—	4	—	2	(5) 2	13
12	Ilha dos Urubus	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	1
13	Vila Edgard Werneck	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	(6) 1	2
14	Barroca de Santa Teresa	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	2
15	Alfredo Pinto e Cardoso	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1
16	Vila dos Marmiteiros	—	1	—	1	2	—	2	—	2	1	6	(7) 1	16
17	Raul Soares e Cardoso	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1
18	Estação do Horto Florestal	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1
19	Universidade de Minas Gerais	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	2	4
20	Buraco Quente dos SS CC	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
21	Vila Parque S João Batista	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
22	Cidade Universitária (Pam- pulha)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
23	Vila Operária (Matadouro)	—	1	—	—	—	—	—	—	7	2	14	—	24
24	Gameleira — Leito Av. Te- resa Cristina — lado esquer- do da ponte.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	TOTAL	1	6	—	7	8	1	6	1	15	3	31	12	91

(1) Caixa d'água da P.B.H. — (2) 1 caixa d'água — (3) Pôsto de Educação Religiosa mantido pela Paróquia. — (4) 1 capela do Culto Católico e 1 do Culto Batista. — (5) 1 caixa d'água da P.B.H. — (6) Sociedade Filarmônica 1.º de Maio — (7) Pôsto Policial.

FINANÇAS SETECENTISTAS DA PEQUENA CIDADE HOJE METRÓPOLE TRIMILHONAR

O leitor de nossos dias fará sorrir o orçamento de há um século e das obras inadiáveis que a Câmara de São Paulo solicitava fôsem atacadas e a enumeração das que se não podiam atacar por absoluta falta de recursos. Muitas estavam programadas havia dois, três, quatro e cinco anos!, e constantemente adiadas!

“Onde não havia, a Cidade o perdia!”, era a variante imperial do velho prolóquio reinol de “onde não há, El Rei o perde”.

Pretendia apenas poder despendar 3:701\$420 e mais um refôrço de três contos (emprestados, aliás) para o melhoramento do canal dos chafarizes públicos, verba que a Assembléia Provincial votara mas não fôra ainda entregue.

Entretanto já a Municipalidade gastara, 2:029\$519 por se tratar de imprescindível serviço.

O pretexto do adiamento fôra que o Governô pretendia mandar fazer rigoroso exame da água do ribeirão do Ipiranga, a fim de se saber se era rigorosamente potável. Tal pretensão de se utilizar o riacho de 7 de Setembro para o abastecimento urbano constituía velha preocupação das edilidades, como em diferentes pontos de nossa obra sôbre a cidade paulistana temos deixado dito.

Havia reparos urgentes a se executarem em diversos chafarizes; no do Quartel, do Bexiga, do Piques e de S. Francisco, reclamados desde dezembro de 1840, tudo na importância de 37\$320, sendo que os de Bexiga e Quartel eram os mais vultosos, orçados em 22\$400. No tanque do Zúnega (largo de Paissandu) reclamava-se muito, desde 1838, chafariz novo, orçado em sessenta mil réis. O encanamento das sobras de água do Convento das Carmelitas precisava ser consertado sob pena de provocar novas corridas de terra no famoso e velhíssimo Buracão de Sta. Teresa Estudar-se-lhe-ia o orçamento.

Até no principal pôsto público da Cidade, o do Largo da Misericórdia havia obra a fazer premente, pois estava sua bacia estragada.

Aterrados alguns se encontravam muito danificados como o do Padre Manuel, no Caminho de Sant’Ana, calculadas as obras em 274\$960. Já os interessados santanenses haviam subscrito 67\$440 para tal fim.

Desde 1837 que se desejava nova casa de mercado, mas onde arranjar-se o volumoso “quantum” de 547\$580, quando o imperioso reboque e branqueamento das paredes da Cadeia orçado em 109\$040, não pudera ainda ser feito, nem os muros, em certo ponto, do ariimo da Ladeira do Carmo na importância de 60\$200?

No matadouro havia obras a realizar no valor de 349\$600 e no seu vizinho, o Bêco dos Cornos, outras num total de 98\$400.

Já em 1836 pretendia-se calçar a rua do Ouvidor, (José Bonifácio) no centro urbano, com pedregulho; o que custaria 461\$600. Pensara-se depois em calçá-la de pedra. Mas isto importaria em 1:005\$120.

Em 1837 cogitara-se da colocação de guias de pedra na rua Alegre (Brigadeiro Tobias) o que custaria 153\$640. Dêste mesmo ano era o projeto de renovamento da pavimentação do Largo de S. Francisco, obra orçada em 719\$280. A estrada da Mooca reclamava consertos avaliados em 410\$000, etc., etc. Mas, se não havia dinheiro!

E quanta obra existia por se fazer, urgentemente! O consêrto do chiqueiro no mercado das Casinhas, o dos calçamentos nas ruas do Comércio, de Sta. Teresa, das Casinhas, ladeira de Tabatingueira, a abertura de rua na antiga chácara dos Franciscanos, etc., etc.

E isto sem contar que em grande área do centro urbano havia muito que melhorar, que fazer de novo em matéria de pavimentação.

Em 1831, o Conselho Geral da Província reclamou da Câmara Municipal paulistana rigoroso balancete da receita e da despesa da Cidade, no ano financeiro de primeiro de outubro de 1830 a 30 de setembro de 1831.

Respondendo, a 5 de dezembro dêste mesmo milésimo, declarou a Câmara que no período em questão arrecadara 4:899\$300 de receitas previstas e mais 1:659\$982 de receita eventual, portanto um total de 5:599\$682. Mas, como em cofre, a 1.º de outubro, havia 2:923\$200, dispunha, em dinheiro, de 8:592\$886.

Interessante é discriminar os itens de tal receita. Uma das principais verbas provinha da taxa de abate do gado, à razão de pataca (320 rs.) por cabeça de rês. Haviã rendimento os matadouros:

Da Cidade	1:237\$000
De São Bernardo	20\$050
De Santo Amaro	40\$000
De outros distritos, freguesias e aldeias	26\$400

Em Cotia, Penha, S. Miguel, Itapeperica, os Guarulhos, a taxa percebida era de um cruzado (400 rs.) o mesmo que na cidade se percebia dos donos das reses mortas fora do Matadouro. Cobravam-se também uns atrasados, de modo que o rendimento do abate atingia 1:472\$730

Durante os doze meses haviam sido mortos no matadouro de S. Paulo, 4 057 bois ou sejam

onze diários em média, sobrando 50 bovinos na conta do bom escrivão. A pequena matança apontada para as freguesias suburbanas justificava-se pelo fato de que constituídas por fazendas e sítios era nestes estabelecimentos rurais que se tiravam os bois, pouco restando para as sedes distritais.

A segunda grande fonte de receita municipal vinha a ser o imposto sobre a aguardente (160 rs. por canada ou 1 litro e 4 decilitros).

Provinha essa taxa da cachaça produzida fora dos limites do Município, pois nas freguesias e aldeias municipais fôra o estanco arrendado para S. Bernardo, Sto. Amaro, Cotia, Penha, Juqueri, O', Guarulhos e as aldeias de M. boy e Itapeçerica.

A aguardente de fora do município pagava de direitos de barreira 1:145\$440 correspondentes a 7 159 canadas ou fôsem 10 022,6 litros; o estanco das freguesias e aldeias rendera apenas 119\$830.

A terceira grande parcela da receita vinha a ser a das avenças dos armazéns, tabernas e botecoquins cuja arrecadação atingira 1:261\$360.

O rendimento dos mercados alcançava 576\$500; a saber 390\$350 nas Casinhas e 186\$160.

O cercado dos porcos, também na Ladeira do Carmo, produzira 102\$460.

Em resumo, assim se discriminava a receita líquida cobrada em espécie:

Imposto sobre o consumo de carne	1:472\$730
Idem sobre a aguardente	1:265\$270
Renda das avenças	1:261\$360
Renda dos mercados	576\$500
Renda do cercado dos porcos	102\$460
Aluguéis de oito prédios municipais na Ladeira do Carmo	174\$000
Pedágio na Ponte de Pinheiros	47\$130
<hr/>	
Total	4:899\$300

Produzira a receita eventual (rendimento dos espetáculos públicos 16\$000) multa por contravenção às posturas e juros de dívidas, custas, etc., 700\$382. E com o saldo, em cofre, a 1.º de outubro de 1830 (2:923\$204) tinha a Câmara em caixa 8:522\$886.

A despesa, toda ela justificada com a maior pormenorização apresenta como maiores parcelas:

Ordenados e gratificações ao funcionalismo	851\$623
Despesas com a Cadeia	589\$800
Despesas de calçamento, com pontes, aterrados, e reparos de prédios	3:426\$100
Idem com o abastecimento de água	1:162\$360

Assim dispendera a Municipalidade em obras públicas 4:588\$460, ou fôsem 53,8 de sua arrecadação.

As dívidas ativas da Câmara atingiam a 7:217\$648 e as passivas a 8:756\$417, donde um "deficit" de 1:538\$769.

Tal minúcia das contas prestadas ao Conselho Geral da Província que, em aditamento, avisava a Câmara, a 5 de dezembro de 1831, ao remeter a especificação da receita e da despesa, que convinha lembrar haver o seu Procurador recebido cinco velhas facas de ponta e uma espada

velha sem bainha! — material entregue por ordem do Juiz de Paz da Freguesia da Sé e por êle apreendido de conformidade com o artigo 297 do Código Criminal. A tal propósito solicitava uma resolução do Conselho Geral acerca do destino a dar-se a tal ferramenta bélica e enferrujada (Reg. Ger. 21, 268-283).

O imposto predial ou, como no tempo se dizia, imposto da décima, era arrecadado pela Província mas cabia às Câmaras fazer-lhes o lançamento.

A 24 de janeiro de 1832 a área paulistana sujeita a esta taxação está descrita em ata, mas tão indeterminadamente que se torna impossível traçar-lhe os limites, atualmente.

Vejamos como se indicam os vértices dos alinhamentos do polígono irregular sujeito a lançamento:

1.º Para o lado do Carmo a ponte de pedra além da chácara do Brigadeiro Joaquim Mariano Galvão, com exclusão das chácaras ainda sem arreamento;

3.º Lado do cemitério: a casa edificada por Cândido Gonçalves Gomide;

5.º Bexiga: a casa de herança de Rafael do Vale;

6.º Piques: a dita do dito do alferes José Antônio Abranches, próximo ao portão do padre Inácio.

As melhores pormenorizações ainda vêm a ser Rua da Palha esquina do Carmo (1.º de abril), esquina da (Praça da República) casa do Sargento-Mor Luís Antônio de Assunção, n.º 7, Rua da Alegria (mais tarde Ipiranga).

Mencionam-se as ruas Triste (Conceição) de Sta. Ifigênia, Alegre (Brigadeiro Tobias), S. João, Constituição (Florêncio de Abreu) o Tanque do Zúnega (Largo do Paissandu), o Pôrto de S. Bento (Pôrto Geral), etc.

Três anos mais tarde, a área submetida à taxação das décimas era quase a mesma. Especificava-se, contudo, que abrangia agora "as ruas da Cidade Nova até sair no Campo Redondo".

E para evitar dúvidas dizia-se, por exemplo, que do lado do Cemitério, a casa limite era a mesma que Cândido Gomide vendera ao Cônego-Cura Manuel da Costa e Almeida.

Na sessão de 18 de janeiro de 1833 tratou-se em Câmara de melhorar a contabilidade municipal.

Propôs-se a criação de um Livro do Cofre "para nêle se lançarem as quantias que entrassem neste mesmo cofre e pertencentes às diversas repartições, a cargo da Câmara, em forma de receita e rubricadas pelas pessoas encarregadas do cofre como preceituava a lei de 1.º de outubro de 1828, e as quantias que saíssem por ordem da Câmara para habilitar o Procurador a fazer as despesas a seu cargo, devendo assinar as contas para em qualquer tempo constar.

No fim de cada trimestre se confrontaria a despesa recebida pelo procurador com as quantias recebidas, balanceando-se a conta "a fim de aparecer somente o saldo então existente no cofre". — *Afonso de E. Taunay.*

(Publicado no "Jornal do Comércio", do Rio, a 26/II/56.

DESCENTRALIZAR A EDUCAÇÃO, UMA REFORMA QUE SE IMPÕE

“NENHUM país vive de um mandarinato de letras, das ciências e das técnicas, ainda que fôsse êle realmente capaz, o que não é o caso brasileiro, mas dos quadros numerosos e eficazes do trabalhador comum, formado na escola primária, dos quadros do trabalhador qualificado, treinado diretamente pela indústria e pelos cursos de continuação, dos quadros de especialistas de nível médio, preparados nos cursos médios, múltiplos e variados, e dos quadros de especialistas de nível alto, formados pela Universidade e pelas escolas superiores” — disse, em entrevista a “O Globo”, o técnico Anísio Teixeira, autoridade no assunto e autor das bases de uma reforma de ensino.

Paternalismo já Superado — “Nenhum programa de Governo” — prosseguiu — “pode dar-se ao luxo de deixar o problema envolto em generalidades de um paternalismo já superado, anunciando-lhe a solução por meio de campanhas de caridade educacional, do mesmo modo por que já não se pode com a “sopa dos conventos” resolver o problema social. O processo de unificação do povo brasileiro vem-lhe dando plena consciência dos seus direitos e já sabe êle buscar na escola a justiça social que lhe era antes negada, em face dos privilégios educacionais. Não há necessidade de apóstolos para convencer o povo dos bens da educação. Há necessidade de políticos para arrancar os recursos de onde possam êles ser tirados e de organizadores para planejar e distribuir o mais complexo dos serviços sociais de uma democracia. O nosso atraso histórico em resolver o problema escolar brasileiro trouxe-nos, pelo menos, essa vantagem de nos dispensar do imenso esforço que as nações civilizadas tiveram que empregar para “antecipar” a necessidade da escola.

O dever do Governo — “A consciência da necessidade da escola, tão difícil de criar em outras épocas, chegou-nos, assim, de imprevisto, total e sôfrega, a exigir, a impor a ampliação das facilidades escolares. Não podemos ludibriar essa consciência. O dever do Governo — dever democrático, dever constitucional, dever imprescritível — é o de oferecer ao brasileiro uma escola primária capaz de lhe dar a formação fundamental indispensável ao seu trabalho comum, uma escola média capaz de atender à variedade de suas aptidões e das ocupações diversificadas de nível médio e uma escola superior capaz de lhe dar a mais alta cultura e, ao mesmo tempo, a mais delicada especialização. Todos sabemos quanto estamos longe dessa meta, mas o desafio do desenvolvimento brasileiro é o de atingi-la, no mais curto prazo possível, sob pena de perecermos na convulsão provocada pelo nosso próprio e acelerado progresso econômico . .

A educação primária — “A educação primária já se distribui no país para mais de 70 000 unidades, com cerca de 15 000 professores, abrigando cerca de 4 milhões de crianças e custando à Nação cifra que não é inferior a 3 bilhões de cruzeiros — lembrou o entrevistado.

“Êstes os números que, em si, parecerão significativos. Mas, por trás dos números esconde-se uma realidade bem pouco animadora. Êsses alunos não se conservam na escola, em média, mais de 2 anos e pouco. Em todo o País, apenas 15% dêles chegam à quarta série primária. Com a matrícula em número muito superior à sua capacidade, a escola se divide em turnos, oferecendo ao aluno meio dia escolar e, em muitos casos, um terço de dia escolar.

Escola de tempo integral — “A escola elementar não irá dar aos brasileiros êsse mínimo fundamental de educação. Não é, primariamente, uma escola preparatória para os estudos ulteriores. A sua finalidade é, como diz o seu próprio nome, ministrar uma educação de base, capaz de habilitar o homem ao trabalho nas suas formas mais comuns. Ela é que forma o trabalhador nacional em sua grande massa. É, pois, uma escola que só indireta e secundariamente prepara para o prosseguimento da educação ulterior à primária. Por isto mesmo, não pode ser uma escola de tempo parcial, nem uma escola sômente de letras, nem uma escola de iniciação intelectual, mas uma escola prática, de iniciação ao trabalho, de formação de hábitos de pensar, hábitos de fazer, hábitos de trabalhar e hábitos de conviver e participar em uma sociedade democrática, cujo soberano é o próprio cidadão. Não se pode conseguir essa formação em uma escola por sessões, nem no curto período que passa o brasileiro pela atual escola primária. Devemos restituir-lhe o dia integral, enriquecer-lhe o programa com atividades práticas, dar-lhe amplas oportunidades de formação de hábitos de vida real, com a organização da escola como miniatura da comunidade, com tôda a gama de suas atividades de trabalho, de estudo, de recreação e de arte.

Instituição Regional — “A escola primária, por êste motivo, tem de ser instituição essencialmente regional, enraizada no meio local, dirigida e servida por professores da região, identificados com os seus costumes e hábitos. A regionalização da escola que, entre nós, se terá de caracterizar pela sua municipalização, com administração local, programa local e professor local, concorrerá em muito para dissipar os aspectos abstratos e irrealis da escola imposta pelo centro, com programas determinados por autoridades remotas e distantes e servida por professores impacientes e estranhos ao meio, sonhando perpétuamente com redentoras remoções.

A Descentralização Educacional — “Não pensamos em reformar a escola brasileira com a imposição de modelos *a priori* formulados pelo centro, mas, antes, libertar as forças locais de iniciativa e responsabilidade e confiar-lhes a tarefa de construir a escola nacional, sob os auspícios de uma inteligente assistência técnica dos Estados e da União. Não somos nação a ser moldada napoleonicamente do centro para a periferia, mas um grande e diversificado império a ser assistido e, quando muito, coordenado pelo centro,

a fim de poder prosseguir no seu destino de criar, nos trópicos, uma grande cultura, diversificada nas suas características regionais e uma nos seus propósitos e aspirações democráticas e cristãs. A grande reforma da educação é, assim, uma reforma política permanentemente descentralizante, pela qual se criem nos municípios os órgãos próprios para gerir os fundos municipais de educação e os seus modestos mas vigorosos, no sentido de implantação local, sistemas educacionais Assim, teria o "município", com os seus sistemas de escolas locais, primárias e médias, enraizadas no solo físico e cultural do Brasil, — o "Estado", com suas escolas médias, superiores e profissionais, exercendo e sofrendo a influência das escolas locais e detendo o poder de formar o magistério primário, — e a "União", com o sistema federal supletivo de escolas superiores, escolas médias de demonstração, órgãos de pesquisa educacional e o poder de regulamentar as profissões, atuando em diferentes ordens, independentes mas articuladas

Sistemas Escolares Autônomos — "Primeiro que tudo teremos criado com o novo plano cerca de 3 mil sistemas escolares autônomos em todo o País, que tantos são os municípios, com os seus conselhos de administração escolar, representativos da comunidade, paralelos aos conselhos municipais, com poderes reais e não fictícios de gestão do fundo escolar municipal e direção das escolas locais. Esses conselhos disporão não somente dos recursos locais, equivalentes a dez por cento dos recursos tributários dos municípios, mas, também, dos recursos estaduais e federais, que forem atribuídos ao município na proporção de sua população escolarizável. O total das três contribuições será administrado pelo conselho municipal escolar, obedecendo a dispositivos orgânicos, pelos quais se estabelecerá que esse dinheiro pertence às crianças da respectiva comuna, não abstratamente consideradas, mas, a cada uma das crianças, segundo a cota-parte que lhes couber na divisão do monte por todas elas

As Escolas médias — "Acima da educação fundamental e comum, a mais importante sem dúvida, se erguerá o sistema de escolas médias, destinadas a continuar a cultura geral da escola primária e iniciar a especialização nos trabalhos

práticos e industriais ou nos trabalhos intelectuais, todos eles equivalentes cultural e socialmente, pois os alunos se distribuirão, segundo os interesses e aptidões, para a constituição dos quadros do trabalho e nível médio, sejam as ocupações de natureza intelectual ou de natureza prática. Todas essas escolas médias, que se organizarão com uma alta dose de liberdade, serão consideradas equivalentes e objeto não de "equiparação" a modelos legais, mas de "classificação" pelos órgãos técnicos do Governo, segundo o grau em que atinjam os objetivos a que se propõem.

O Ensino Superior — "E chegamos ao ensino superior, também ele em expansão insofrida em face do desenvolvimento brasileiro. Sobem hoje a mais de 350 os estabelecimentos de ensino superior, com cerca de 700 cursos diferentes e mais de 60 000 alunos. Não parece fácil deter-lhe a expansão. A legislação deverá, antes, buscar controlar-lhe os efeitos, substituindo os processos de "equiparação" por processos de "classificação" das escolas, organizando um sistema paralelo de "exames de estado" de nível superior, para aprovação nas séries finais dos seus cursos básicos e profissionais, permitindo e estimulando a variedade de currículos e de cursos profissionais, com o objetivo de permitir à escola superior o mais amplo uso de seus recursos humanos e materiais, na formação dos quadros variados em nível e em especialização do seu trabalho de teor mais alto

Autêntico Sistema Nacional — "Com a divisão de atribuições proposta entre as três ordens de poderes públicos, teremos criado as condições, por meio das quais a Nação irá manter um autêntico sistema escolar nacional, geral e público, para a infância, a juventude e os adultos brasileiros, sistema que, no seu jôvo de forças e controles múltiplos e indiretos, poderá indefinidamente desenvolver-se

E concluiu:

"Além disto, a educação ajustada às condições culturais brasileiras se fará autêntica e verdadeira, identificando-se com o País e ajudando a melhor descobri-lo, para cooperar, como lhe cabe, na grande tarefa de construção da cultura brasileira"

Publicado em "O Globo", edição de 7-2-56.

PERNAMBUCO E OS CEM MUNICÍPIOS MAIS IMPORTANTES

RECENTE divulgação do Conselho Nacional de Estatística dá-nos conta da relação dos 100 municípios brasileiros mais importantes, servindo de base à classificação do movimento do comércio atacadista de cada um deles.

Na dianteira de todos destaca-se São Paulo, com 22 municípios, inclusive a capital. Em ordem decrescente seguem-se: Rio Grande do Sul, com 18; Minas Gerais, com 11, o Estado do Rio, com 8; Espírito Santo, com 7; Bahia, com 5; Paraná, com 4; e, finalmente, Pernambuco e Ceará, com 3. Os demais Estados, com dois ou um, e nem sempre a capital, como Piauí, Mato Grosso e Goiás, representados, respectivamente, pelos municípios de Parnaíba, Campo Grande e Anápolis.

O movimento comercial pode, certamente, ser tomado como índice de progresso, até vertiginoso, como em Londrina, no Paraná. O caso do município de Campina Grande, na Paraíba, com seu movimento comercial superior ao da capital, é outro exemplo a ser anotado. E se assim é, fácil também será inferir que os Estados de melhor colocação, no tocante ao número de municípios importantes, na realidade detêm cobertura econômica garantidora de seu desenvolvimento e de sua grandeza futura. É o que se dá, agora, e sempre se deu com São Paulo, circunstância que originou, há trinta anos passados, a famosa comparação de Artur Neiva, com a tal história da locomotiva e dos vinte vagões vazios.

Não me surpreendeu a posição em que se situa o Rio Grande do Sul, colocado logo depois de São Paulo. Quando, em 1954, uma delegação de deputados pernambucanos visitou o Rio Grande do Sul, senti de perto quanto é intenso o progresso no interior gaúcho. Estivemos em inúmeros municípios, alguns dos quais figuram na relação do IBGE, como sejam Santana do Livramento, Uruguaiana, Pelotas e Caxias do Sul. Em todos êles, a exuberância de uma vida econômica sem maiores problemas, ou dificuldades angustiantes para o povo, salta à vista. Não há naquelas paragens fome, miséria nem pauperismo. Isto, quer nos municípios onde a civilização agropastoril atinge índices de elevado aprimoramento; quer nos industriais, como Caxias do Sul, que é bem um exemplo de profícua operosidade realizadora e de labor bem conduzido tão do agrado do homem das pampas.

Quanto a Minas Gerais, com suas riquezas naturais imensas, muito embora, não decepçiona que apenas relacione onze entre os cem classificados.

O que se registra, porém, em referência a Pernambuco é que se me afigura acabrunhante. Aparecem, na lista, depois do Recife, exclusivamente Garanhuns e Caruaru. O primeiro com um movimento de 57 milhões, e o segundo com 54, em números redondos. E vale acentuar que, na

lista, coube a Garanhuns o 92.º lugar, e a Caruaru o 99.º, não ficando no último de todos, por ter cedido a palma a Três Rios, obscuro município fluminense. O Recife aparece em 5.º lugar, com um movimento de 4 bilhões, suplantado pelo Distrito Federal, com 31; o município de São Paulo, com 27; Santos, com 12; e Pôrto Alegre, com 6.

Avulta do exposto, quanto o progresso econômico, no interior de Pernambuco, se arrasta a passos de tardigrado, vegetativamente. Do ponto de vista industrial, salvam-se Pesqueira e os municípios da zona açucareira. No plano das atividades agrícolas e pastoris, o Agreste e o Sertão exibem municípios semidesertos, desajudados e desajustados, com uma capacidade de produção que mal atende às necessidades imediatas de suas populações.

Entretanto, enquanto afloramos assim inexpressivamente ao serem medidos os quadros da prosperidade nacional, no Estado uma política malsã, calcada em apetites e ambições pessoais mesquinhos, empolga e divide os homens, em uma dispersão de esforços, trabalho e inteligência, que bem poderiam ser aproveitados em benefício da terra comum — êste pobre e desprestigiado Pernambuco — DIOCLECIANO PEREIRA LIMA

(Publicado no "Jornal do Comércio", do Recife, edição do dia 27 de março de 1956)

MORRENDO E APRENDENDO

NUNCA é tarde para se aprender, dizia não só a minha, mas tôdas as avós dignas do título. É o que constato sempre, principalmente quando recebo uma publicação do IBGE como êste folheto número dois "Flagrantes Brasileiros". Arregalo os olhos: "prevê-se que no início de 1955 a população do Brasil terá alcançado 57,8 milhões de habitantes", "o nosso País como o mais populoso entre todos os de cultura latina", "o forte excedente dos nascimentos sôbre os óbitos constitui o fator primordial do desenvolvimento da população do Brasil, cabendo à imigração exterior um papel insignificante". Antes devemos lembrar que o Conselho Nacional de Estatística apresenta nos referidos "Flagrantes" uma série de comunicados distribuídos à imprensa em 1950, o que não impede que pensemos: então nascemos muito mais do que morremos neste mal amado País? E como estamos cada vez mais pobres, creio que devemos cantar como um hino, aquela canção carnavalesca que diz: "o pobre vive de teimoso que é". Vive e procria, o que é dupla teimosia e demasiada coragem.

Aprendo muito: isto e aquilo deram como resultado uma casa construída em cada vinte minutos nesta cidade; cinqüenta e duas casas em média por dia. "Infelizmente, de 18 481 novos prédios computados no Distrito Federal pelo último levantamento, 10 841 seriam "clandestinos" predominando entre êstes, possivelmente os casebres de favelados". A alegria inicial de saber do nascimento de tantos prédios, de tantas moradias, cai por terra quando se imagina que algumas delas se ergueram nos morros e que é impossível

chamar de casa um barraco daqueles, quatro paredes quando muito unidas por telhas vãs, em lugares cheios de lama ou pedra. Como se pode chamar aquilo de casa?

Estamos consumindo mais do que nunca água mineral — ensinaram os "Flagrantes", o que considero compreensível tanto nos falta a água natural para nossos banhos; cresceram os leitos hospitalares (felizmente, pois há tantas doenças nesta cidade), São Gonçalo pode ser chamado a "Manchester fluminense", Aracaju celebrou em 1955 seu primeiro centenário, Sergipe floresce, há 2 172 sindicatos em todo o Brasil sendo que o Distrito Federal possui 216, o que é pouco. A imensa simpatia que me merecem os sindicatos de trabalhadores não impede eu julgue que, neste momento, êles não realizem o verdadeiro papel que devem representar numa sociedade.

Aprendo muito sôbre vários Estados, inclusive o que me viu nascer e sei portanto que a população do Pará é de um milhão e duzentos mil habitantes e que a produção extrativa vegetal continua sendo a principal fonte de seus recursos econômicos o que é muito triste, pois com isso a miséria cresce e cresce, comendo de rijo a carne morena dos meus conterrâneos.

Agradeço ao meu amigo Valdemar Cavalcanti a remessa do material ibgeano onde tanto tenho aprendido e cuja leitura robustece minha convicção de que se deve morrer aprendendo — ENEIDA

(Publicado no "Diário de Notícias", do Rio, edição de 28 de março de 1956).

VERBETES PARA UM DICIONÁRIO DOS MUNICÍPIOS

1. O MUNICÍPIO de Lajes ocupa em Santa Catarina o primeiro lugar entre os centros criadores de gado. Seus efetivos bovinos são estimados em 300 mil cabeças, os suínos em mais de 100 mil e os eqüinos em mais de 50 mil. Embora bastante menores, os rebanhos ovino e muar não deixam de ter importância. Em seus 10.353 km² de superfície, Lajes abrigava em 1950 uma população de 77.234 habitantes, a segunda do Estado. Mais de três quartos residiam no quadro rural, o que explica, em parte, sua baixa taxa de alfabetização na população de 10 anos e mais (53%).

A agricultura encontra-se apreciavelmente desenvolvida. O valor conjunto da produção agrícola alcançou em 1953 mais de 100 milhões de cruzeiros, figurando o milho, o trigo, o feijão e a alfafa com valores acima de 10 milhões. Dentre as culturas subsidiárias, aparecem com algum relêvo o fumo e a mandioca; a fruticultura tem sido incrementada. Merece registro o aumento havido na produção de alfafa, que passou de 120 toneladas em 1949 a 8.320 em 1953.

A produção florestal situa-se destacadamente na economia municipal (65 milhões de cruzeiros em 1951). A indústria da madeira já no último Censo ocupava lugar de relêvo no quadro industrial de Lajes, com uma produção superior a 30 milhões de cruzeiros. Como praça comercial, a posição do município ainda é relativamente modesta; o movimento do comércio varejista e atacadista, no Censo de 1950, não chegava a 90 milhões de cruzeiros.

2. COM exceção dos alagoanos e dos habitantes das zonas circunvizinhas, poucos são os que a Pão de Açúcar associam o longínquo município de igual nome no Estado de Alagoas. Trata-se, no entanto, de uma das localidades mais antigas da região do São Francisco, datando seu povoamento de inícios do século XVII. O topônimo procede de um morro próximo, cuja aparência lhe daria designação idêntica à de seu homônimo carioca, designação essa mais tarde aplicada ao povoado.

Em seus 1.524 km² de superfície, Pão de Açúcar possuía, no último Censo, uma população de 30.775 habitantes, dos quais apenas 15% residiam na cidade (3.221 hab.) e nas vilas. Em tôda a zona do Sertão do São Francisco se verifica a mesma predominância rural, parcialmente responsável por um elevado índice de analfabetismo. Em 1950, apenas 17,59% dos habitantes de 10 anos e mais sabiam ler e escrever: na população de 5 anos e mais, a taxa decrescia para 14,71% no conjunto municipal e para 10,17% no quadro rural. Cerca de 90% de sua população ativa se emprega em trabalhos do campo.

A economia do município acha-se estreitamente ligada ao cultivo do algodão. A safra tem sido bastante irregular, e no triênio 1951/1953 foi sempre inferior a mil toneladas. Afóra diminuta produção de agave e mamona, o restante da lavoura é de subsistência, aparecendo o feijão em primeiro lugar. O valor total da produção agrícola em 1953 atingiu 12 milhões de cruzeiros. As atividades industriais são de escassa expressão e a vida comercial ainda não alcançou maior desenvolvimento. O movimento global de seu comércio atacadista e varejista, no recenseamento de 1950, era de menos de 10 milhões de cruzeiros.

3. COM uma população bastante inferior à de Teresina, Parnaíba é a verdadeira capital econômica do Piauí. Seu comércio atacadista, que em 1950 já movimentava acima de 360 milhões de cruzeiros, centralizava 64% das transações do gênero em todo o Estado e oferecia resultados mais de 5 vezes superiores aos de Teresina. Embora o movimento varejista fôsse menor que o da Capital, no conjunto das vendas mercantis o Município de Parnaíba superava de 2,5 vezes o de Teresina; na sua praça comercial se realizavam 50% das operações estaduais.

Essa posição privilegiada é devida, em grande parte, à localização de Parnaíba perto da foz do rio de igual nome e ao fato de ser, ao mesmo tempo, o principal pórtio do Piauí e das zonas circunvizinhas. Serve, assim, de escoamento à produção do interior do Estado e, pelo rio Parnaíba, também à do norte de Goiás. De população preponderantemente urbana, 61% de seus 49.369 habitantes residiam na cidade, em vivo contraste com o que se verifica no conjunto da Unidade, onde apenas 16% moram no quadro urbano. O predomínio demográfico da cidade sobre o campo reflete-se num melhor índice de alfabetização: 48% dos habitantes de 10 anos e mais, em 1950, sabiam ler e escrever, num Estado cuja quota era de somente 26%.

A produção agrícola do município é escassa; o valor total, em 1953, não ia além de 4 bilhões de cruzeiros. A cana-de-açúcar é, dentre as culturas, a única de alguma expressão local. As indústrias extrativas exploram o sal e a cêra de carnaúba, ambos em pequena escala. Num Estado de baixo nível industrial (70 milhões de cruzeiros em 1950), o Município de Parnaíba, com 29,5 milhões, tem posição de destaque. Os óleos vegetais, especialmente os de babaçu e caroço de algodão (38 milhões de cruzeiros em 1953), constituem os principais itens de sua indústria.

4. O MUNICÍPIO de Muriaé funciona como em-
4. troncamento das vias de escoamento que servem às zonas de produção do norte fluminense, leste mineiro e Nordeste, através da rodovia Rio-Bahia.

Nas fronteiras de 1950, que incluíam o hoje Município de Patrocínio do Muriaé, apresentava-se uma área de 1.140 km² e uma população de 48.164 habitantes, dois terços da qual residindo no quadro rural.

A produção agrícola da comuna alcançou, em 1953, cerca de 90 milhões de cruzeiros — 54 milhões devidos ao café. No quinquênio 1949/1953, a safra cafeeira manteve-se superior a 3 mil toneladas anuais, tendo em 1950/1951 e 1953 ficado próxima das 4 mil. A segunda cultura local é o arroz (13.500 mil cruzeiros em 1953), aparecendo o milho, o feijão, a mandioca e a cana-de-açúcar como lavoura subsidiária.

No último Censo Industrial, a produção manufatureira do Município ia além de 100 milhões de cruzeiros anuais; a indústria de produtos alimentares (em especial, beneficiamento do café) contribua com 93% do valor conjunto da produção nesse ano (1949). Como praça comercial, a posição de Muriaé apresentava-se ainda modesta; no Censo de 1950, seu movimento atacadista e varejista, no total das transações, não atingia 90 milhões de cruzeiros. As atividades pecuárias concentram-se preferentemente na criação de bovinos (22 mil cabeças) e de suínos (14 mil).

5. O MUNICÍPIO de Passo Fundo, de 4 906 km² ocupava em 1950 o 6.º lugar em população entre os municípios gaúchos, com 101.887 habitantes. Predominantemente rural, apenas 24% de seus habitantes residiam no quadro urbano; 62% de sua população ativa entregava-se aos misteres do campo. A alfabetização, embora inferior à quota estadual (66%), correspondia a 60% dos habitantes de 10 anos e mais. Na cidade e nas vilas, o índice era consideravelmente mais elevado, sendo superior a 70% na população de 5 anos e mais.

O trigo é a principal cultura do município. No quinquênio 1949/1953, a produção anual subiu de 10.500 a 25.200 toneladas, incremento que se fez sentir notadamente a partir de 1952. No mesmo período, o milho estacionou em perto de 40 mil toneladas anuais, exceto em 1953, quando caiu a 28.800 toneladas. O arroz e a uva são, dentre as demais culturas, as mais assinaláveis. A produção agrícola da comuna, em 1953, somou 154 milhões de cruzeiros, cabendo ao trigo 88 milhões.

Conquanto não se incluía entre os grandes centros criadores do Rio Grande do Sul, Passo Fundo possui uma pecuária desenvolvida, com efetivos bovinos e suínos da ordem das 100 mil cabeças. No ano referido, a produção de origem animal montou a 156 milhões de cruzeiros, dos quais 65 milhões devidos à banha refinada. É ainda, um centro madeireiro de importância (o 2.º do Estado, em 1951). A indústria da madeira era a segunda em valor de produção, por ocasião do Censo Industrial de 1950; cabia o primeiro lugar à de produtos alimentares, e o terceiro à de bebidas. Sua produção manufatureira, em 1950, já se mostrava superior a 200 milhões de cruzeiros.

6. EM 1950, o Município de Jequié, na Bahia, figurava com uma população de 90.155 habitantes, a sétima do Estado. A cidade de Jequié, com 20.652 almas, colocava-se em sexto lugar. Duas terças partes da população ativa entregavam-se aos labores do campo, residindo no quadro rural 70% do total dos habitantes. O índice de alfabetização, no Recenseamento de 1950, era mais baixo que o Estado (32%); apenas 27% da população de 10

anos e mais sabiam ler e escrever. No quadro urbano, a quota era bastante melhor, chegando a 50%; mas no campo descia a menos de 20%.

O cacau e o café são as principais culturas do Município; em 1953, produziram 66 milhões (83%) dos 80 milhões de cruzeiros registrados no total da pauta agrícola de Jequié. Todavia, ambas as safras têm-se mantido estacionárias desde 1949, o cacau em 3 mil toneladas anuais e o café em 1800 toneladas, revelando o primeiro, nos últimos anos, ligeira tendência ascendente. Na pecuária, o gado vacum aparece com certo relêvo (65 mil cabeças). A vida industrial da comuna é ainda rudimentar; no último Censo, ficava aquém de 10 milhões de cruzeiros a produção manufatureira. Também o giro comercial da praça de Jequié, de 75 milhões de cruzeiros no mesmo Censo, era relativamente modesto, cabendo ao comércio varejista (48 milhões) o movimento mais expressivo.

7. O MUNICÍPIO de Piracicaba é, atualmente, depois de Campos, o maior produtor brasileiro de cana-de-açúcar. A produção anual, no período de 1946 a 1953, manteve-se ao nível de um milhão de toneladas anuais, quantidade que em 1953 subiu a 1,5 milhões. Dos 43.200 hectares que constituíam, nesse ano, a área de plantio, 29 mil estavam recobertos de canaviais. Nas últimas quatro safras, a produção de açúcar de usina foi superior a um milhão de sacos por ano; em 1953/54, atingiu 1.492 500 sacos. No mesmo exercício, a produção de álcool somou 20 milhões de litros.

A produção industrial de Piracicaba, no Censo de 1950, era pouco inferior a meio bilhão de cruzeiros; em 1953, já se aproximava de um bilhão. Os produtos alimentares (notadamente o açúcar), as indústrias mecânicas, têxtil e de bebidas se destacam nitidamente na economia piracicabana. Além de cana-de-açúcar, são cultivados arroz, algodão, milho, mandioca e café; o valor conjunto da produção agrícola em 1953 foi de 290 milhões de cruzeiros. O da produção de origem animal, de 61 milhões.

Do ponto de vista demográfico, Piracicaba é um dos mais importantes municípios de São Paulo, situando-se entre os sete mais populosos. Em seus 1 421 km² possuía, em 1950, uma população de 87.835 habitantes, dos quais 45.782 residindo na cidade. Digno de nota é o excelente índice de alfabetização dos piracicabanos: 77% dos habitantes de 10 anos e mais sabiam ler e escrever. No conjunto do Estado, essa quota era de apenas 65%.

8. SÃO muito elucidativas, principalmente para os estudiosos da vida municipal brasileira, as monografias que vêm sendo divulgadas pelo CNE. Duas delas focalizam pequenas comunidades do serto, cujo desbravamento se iniciou no século 17. Sua situação não difere muito da maioria dos 2 400 municípios existentes no Brasil, onde os escassos recursos materiais, a lavoura rudimentar e um moroso processo de industrialização respondem pelo atraso econômico e cultural em que vivem.

Um deles, Maracanã, situa-se na chamada zona do Salgado, no litoral nordeste do Pará. Com uma população de 16.351 habitantes (Censo de 1950) e uma área de 1.048 km², Maracanã possui terras adequadas à lavoura e à pecuária. Ambas, porém, se encontram em fase primária; o arroz (10 mil sacos por ano) é uma das culturas que têm alguma expressão. Últimamente, a extração da guaxima trouxe algum alento à economia local. As atividades in-

dustriais são restritas e o comércio, de pouco movimento.

Semelhante é a posição do município de Portalegre (área 546 km²), no Rio Grande do Norte. Dos 10.454 habitantes, apenas 775 residiam na cidade; o grosso disseminava-se pelo quadro rural. A pecuária está em relativo desenvolvimento (30 mil cabeças de gado menor). As principais culturas são o algodão e a mandioca. Tanto esta como aquela vêm sofrendo decréscimo desde 1950, quando caíram de 630 e 13 200 para 380 e 5.700 toneladas, respectivamente. As transações no comércio varejista, no último recenseamento, eram ainda inferiores a um milhão de cruzeiros. Nos dois municípios, o índice de analfabetismo era superior a 50%.

9. ALÉM de figurar nos quadros da indústria extrativa mineral como produtor de cristal de rocha, o município de Montes Claros é centro pecuário de primeira grandeza em Minas Gerais. O rebanho vacum, estimado em 185 mil cabeças, é o segundo do Estado. Os efetivos suínos vão a perto de 50 mil cabeças. A produção agrícola prende-se especialmente à mandioca (31 mil toneladas em 1953), milho (5 700 toneladas) e algodão (1.900 toneladas). Em 1951 a safra de milho havia alcançado cifra mais expressiva: 8 mil toneladas. Entre as culturas suplementares se acham o feijão, o arroz, a mamona e a cana-de-açúcar. O valor da produção agrícola, em 1953, foi de 76 milhões de cruzeiros.

Situado no norte de Minas (zona do Médio São Francisco), Montes Claros é um ponto de confluência e distribuição das zonas produtoras circunvizinhas, estendendo seu raio de ação a municípios de Goiás e da Bahia. Embora o seu movimento comercial (120 milhões de cruzeiros no Censo de 1950) não parecesse expressar ostensivamente essa posição, é de se observar que êle correspondia a 1,1% do total estadual, numa Unidade de quase 400 municípios. A produção industrial, ainda modesta em 1950 (25 milhões de cruzeiros), acelerou-se nos últimos anos.

Numa área de 5 218 quilômetros quadrados vive uma comunidade de 71 736 habitantes. A população localiza-se em grande maioria (66%) no quadro rural, cabendo à cidade, ainda assim 20 370 habitantes. Quanto à alfabetização, a situação do município deixa muito a desejar; num Estado onde a quota de alfabetizados era de apenas 44%, Montes Claros apresentava 30%. Isso na população de 10 anos e mais. Na população de 5 anos e mais, o índice do quadro urbano era de 54,4% de alfabetizados, e o do quadro rural, de somente 12,5%.

10. LONDRINA foi elevada à categoria de município em 1934, dez anos depois de sua fundação. Em 1950, a cidade (33 095 habitantes) era a terceira do Paraná e o município (71 412 habitantes) o 72.º do país. O movimento comercial, de meio bilhão de cruzeiros, superava largamente o de várias capitais brasileiras, o mesmo podendo dizer-se de sua produção industrial. As chamadas "terras roxas" do norte do Paraná, sumamente propícias à lavoura e em particular à cafeicultura, transformaram-se num ponto de confluência de imigrantes nacionais e estrangeiros, constituindo-se hoje numa das zonas mais prósperas do Brasil.

A produção de café tem sido prejudicada pelas geadas; vem-se mantendo, no entanto, acima de 10 mil toneladas anuais. A safra 1955/56 é estimada em 287 mil sacas de café beneficiado. Exis-

tiam, em 1954, 17.240 mil cafeeiros em produção e 6 900 mil novos. Também o milho é cultivado em ampla escala, proporcionando colheitas anuais superiores a 60 mil toneladas. O feijão, o arroz, a mandioca e o algodão possuem expressão dentro do município. O valor conjunto da produção agrícola em 1953 ascendeu a 650 milhões de cruzeiros. A pecuária tem seus maiores efetivos na criação de gado de corte (bovino e suíno).

No setor industrial, Londrina dá mostras de um desenvolvimento incomum. Segundo resultados do Registro Industrial de 1952, o valor da sua produção, de 414 milhões de cruzeiros, correspondia a 7% do total estadual. Esses resultados abrangiam apenas os estabelecimentos de 5 ou mais pessoas. As indústrias de transformação são as de maior importância e, dentro delas, as de produtos alimentares. Índice expressivo, entre outros, é o do movimento do aeroporto local: 6.963 pousos e 143 862 passageiros embarcados e desembarcados em 1953.

11. O MUNICÍPIO de Penedo deve boa parte de seu desenvolvimento ao pôrto fluvial, acessível pelo mar por navios de pequeno calado e procurado pelas embarcações que navegam o Baixo São Francisco. Surge como uma das praças comerciais mais importantes dessa zona e seus filhos deram-lhe, orgulhosamente, o cognome de "Princesa do São Francisco". Penedo foi a primeira povoação fundada no hoje território de Alagoas, remontando a 1560 a penetração inicial.

A cidade, com 14 222 habitantes, era em 1950 a segunda do Estado, logo abaixo de Maceió; nela residiam 68,5% dos municípios. Da população de 20 762 pessoas, apenas 31% ocupavam o quadro rural, numa Unidade onde esta última percentagem sobe a 79%. Em dada época, Penedo foi centro de irradiação cultural em Alagoas. É, no presente, uma cidade de agradável aspecto, denotando evolução lenta mas constante.

A lavoura tem no arroz a principal cultura (42 mil sacos em 1953). Os resultados mais expressivos para a economia do município são fornecidos por seus estabelecimentos industriais no ramo dos produtos alimentares e, em plano quase igual, pela fiação e tecelagem de algodão. O Registro Industrial pesquisou em 1952 cerca de 20 estabelecimentos, cujo valor conjunto de produção ultrapassava 50 milhões de cruzeiros. O movimento de negócios, de 40 milhões de cruzeiros no último Censo, correspondia a 3,23% do total estadual — parcela sugestiva, quando se sabe que o município de Maceió centraliza fortemente as operações comerciais em Alagoas.

12. SITUADO no planalto dos Campos Gerais, destaca-se Ponta Grossa entre os mais prósperos municípios do Estado do Paraná. Já no Censo de 1950, sua produção manufatureira alcançava resultados superiores a 200 milhões de cruzeiros anuais (melhores que os do Amazonas e do Piauí na mesma ocasião). Dois anos depois, consoante apurações do Registro Industrial, duplicava esse valor. Não menos ativa é sua praça comercial, que movimentava 7% do total paranaense, com transações, em 1950, da ordem de 355 milhões de cruzeiros anuais.

Em sua demografia, ostenta Ponta Grossa absoluta predominância urbana. Enquanto no conjunto do Estado apenas 22% dos habitantes residem nas cidades, o quadro urbano pontagrossense abrange

80% da população municipal. Em 1950, com suas 42 875 almas, a cidade de Ponta Grossa era a segunda do Paraná, logo abaixo de Curitiba. O município (1 741 km²) estava entre os dez mais populosos, com 53 578 habitantes. Boa parte dessa concentração urbana decorre do desenvolvimento da indústria local, principalmente nos ramos de madeira, produtos alimentares e bebidas. A lavoura é quase nula, restringindo-se ao cultivo de milho e feijão em pequena escala; 25 mil bovinos e 13 mil suínos constituem os maiores efetivos de sua pecuária.

Paralelamente ao progresso econômico, Ponta Grossa desfruta de apreciável adiantamento social e cultural. Apresenta uma taxa de analfabetismo inferior a 23% — contra 51% no conjunto estadual. O município dispõe de 80 unidades de ensino, sendo duas Faculdades; e também de 5 hospitais, 15 bibliotecas, 11 periódicos (2 diários), 8 livrarias, 3 cinemas e 2 radiodifusoras. O número de hotéis sobe a 20. O tráfego diário é estimado em 38 trens, 1 400 automóveis e caminhões e 5 aviões.

13. NÃO tardará Salvador a entrar na casa dos 500 mil habitantes. Em 1950, foram ali recenseadas 417 235 pessoas, número que recente estimativa do IBGE, para 1955, eleva a 488 143. Distribuídos numa área de apenas 760 km², essa população alcança uma densidade superior a 600 habitantes por quilômetro quadrado, e corresponde a pouco menos de um décimo do total estadual. Colocada entre as cinco maiores cidades brasileiras, Salvador funciona como o verdadeiro coração econômico da Bahia. Pelo seu pórtico se escoa a quase totalidade das exportações do Estado. A indústria e o comércio têm no município da Capital suas mais poderosas representações, o mesmo acontecendo com os estabelecimentos de crédito.

Rica de tradições históricas e com um folclore caldeado pelos séculos, a Bahia de Todos os Santos não se condenou a permanecer como um monumento do passado. O parque industrial de Salvador é um dos mais operosos do Brasil. No Censo de 1950, sua produção manufatureira aproximava-se de um bilhão de cruzeiros, sobressaindo as indústrias alimentares e têxteis. Dados mais recentes, colhidos pelos Inquéritos Econômicos, indicaram para 1954 uma atividade fabril com resultados superiores a 2,5 bilhões de cruzeiros.

Sensível é o desenvolvimento de seus quadros econômicos. É de salientar-se a vitalidade do comércio baiano, cujo movimento anual ascendeu de 4 bilhões de cruzeiros em 1950 a mais de 10 bilhões em 1954. Pelo pórtico de Salvador, um dos mais ativos do país, entram anualmente mais de mil navios. O valor das exportações excede de um bilhão de cruzeiros, destacando-se o cacau e o fumo entre as mercadorias de maior peso.

14. CAROLINA, município maranhense de 10 237 km², situado no extremo sul do Estado, na fronteira com o de Goiás, surge nos mapas aeronáuticos por seu campo de pouso, escala fixa de algumas companhias de aviação que servem as linhas de São Luís, Belém e Manaus. A cidade, ligada aos grandes centros econômicos do país, vem progredindo com lentidão. No último Censo, estava ainda aquém de 5 mil habitantes, enquanto o município, no seu todo, ia pouco acima de 20 mil pessoas.

As atividades industriais são restritas. O movimento comercial, até 1950 (ano do Recenseamento), somava 15 milhões de cruzeiros. Com regulares efetivos bovinos (38 mil cabeças) e suínos (40 mil), a pecuária forma entre os itens mais visíveis da economia carolinense. A lavoura permanece confinada a pequenas plantações de mandioca, milho e arroz. Em 1953, o valor conjunto da produção agrícola foi inferior a 10 milhões de cruzeiros.

Possuindo terras abundantemente irrigadas, que se beneficiam dos cursos do Tocantins, Manuel Alves, Farinha e outros, e com uma área terrestre que corresponde quase à metade do Estado de Sergipe, as possibilidades do cultivo do solo no município estão apenas afloradas.

O analfabetismo é ainda, como de resto na maior parte do Nordeste, muito difundido: em 1950, apenas 28% dos habitantes de 10 anos e mais sabiam ler e escrever. O aeroporto de Carolina tem significativo movimento: mais de mil pousos anuais e um trânsito de passageiros da ordem de 10 mil por ano.

15. EM fins do século 18, a vila de Santa Cruz do Aracati era um dos núcleos mais florescentes da então Capitania do Ceará. Dominava economicamente uma vasta região e praticava comércio direto com o Reino. Sua principal riqueza era o gado bovino, criado nas várzeas do baixo Jaguaribe. Exportava carne e seus artefatos de couro eram famosos. Esse progresso continuou pelo século 19 e dentro. No entanto, motivos de vária ordem começaram a influir adversamente no desenvolvimento da localidade. Sêcas sucessivas dizimaram-lhe os rebanhos. Hoje, os efetivos bovinos de Aracati não chegam a 10 mil cabeças e a lavoura é insuficiente para cobrir as necessidades internas.

Todavia, encontrou Aracati nas salinas um novo fator de revigoração econômica. É atualmente um dos maiores produtores de sal do país. Em 1953, exportou cerca de 46 mil toneladas. Além do sal, explora-se a cera de carnaúba. Esses dois produtos constituem a base das indústrias extrativas aracatienses e alimentam grande parte de seu comércio atacadista. Dados do último Censo mostraram que no atacado se realizavam cerca de 90% de todas as transações comerciais do município, então da ordem de 60 milhões de cruzeiros anuais.

Em 1950, foram recenseados no Município 36 842 habitantes, dos quais 8 952 na cidade de Aracati, a sexta do Estado em população. As atividades industriais estão representadas na fabricação de tecidos e fios de algodão, artefatos de palha e, em segundo plano, de produtos alimentares.

16. REVELOU o Censo de 1950 que o município mais populoso de Santa Catarina era o de Chapecó, então com 96 624 habitantes. Isso numa área bastante extensa para um Estado pequeno: 14 071 quilômetros quadrados, ou seja, aproximadamente 15% da superfície estadual. A formação política de Chapecó atravessou várias fases movimentadas. Entre 1943 e 1946, desligado de Santa Catarina, ficou integrando o extinto Território do Iguacu. Em 1953 sofreu diversos desmembramentos; no presente, sua área e população correspondem a pouco mais ou menos um terço das de 1950. Situado na bacia do Uruguai, possui terras abundantemente irrigadas, boa parte das quais ainda recobertas de florestas.

Os elementos estatísticos disponíveis sobre Chapecó nas suas fronteiras atuais são ainda escassos. Em 1953, a produção agrícola alcançou 226 milhões de cruzeiros. O trigo, o fumo e o milho são os principais produtos da lavoura grandemente diversificada dessa fértil comuna do oeste catarinense. Os trigais ocupavam 23 mil hectares e a safra de 1953 totalizou 21 mil toneladas. No mesmo ano, a produção de fumo somou 850 mil arrôbas e a de milho, 880 mil sacos. Esses quantitativos representam 15%, 63% e 12%, respectivamente, dos totais estaduais de 1953. Outras culturas são a de cana-de-açúcar, feijão, mandioca, banana, laranja e batata inglesa.

Chapecó localiza-se numa zona, a de Joaçaba, onde a criação de suínos é feita em larga escala; as estimativas de 1953 para o conjunto da zona eram da ordem de um milhão de cabeças, sendo que 250 mil no município de Chapecó. No setor industrial, o último Recenseamento registrou, além da preparação de carnes e beneficiamento de produtos agrícolas, uma florescente indústria da madeira. A população em sua quase totalidade (90%) disseminava-se pelo campo, o que em parte se refletia num movimento comercial pouco expressivo (menos de 50 milhões de cruzeiros em 1950).

17. O MUNICÍPIO de Ceará-Mirim, no Rio Grande do Norte, vem produzindo acima de 100 mil toneladas de cana-de-açúcar por ano. Embora não se coloque entre os grandes centros canavieiros do País, goza de particular significação dentro do Estado. Sua indústria básica é a fabricação de açúcar; em 1954, dos 45 milhões de cruzeiros a que montou o valor da produção manufatureira do município, 80% foram devidos ao açúcar. Seus canais estendem-se por mais de 20 quilômetros, apanhando as terras ubertosas do vale do Ceará-Mirim.

Outra cultura de importância é a da banana: 3 milhões de cachos em 1953. Comuna litorânea, Ceará-Mirim aparece ainda como bom produtor de côco-da-baía. As culturas de subsistência (feijão, milho, mandioca), conquanto figurem no seu quadro de plantio, carecem de expressão econômica. Em 1953, o valor da produção agrícola (inclusive a cana-de-açúcar) alcançou 50 milhões de cruzeiros. A pecuária é pobre.

Nesse município, com 862 km² de superfície, viviam, no ano do último Censo, 25 739 habitantes. A população era caracterizadamente rural, residindo na cidade apenas 5 092 pessoas. Ceará-Mirim, no tocante à alfabetização, via-se em posição desfavorável: 78,3% de analfabetos, quando no conjunto do Estado essa quota não ia além de 68%. O movimento comercial era fraco, principalmente no setor atacadista, que se ressentia da absorção dos negócios pelo município de Natal, situado a menos de 50 quilômetros.

18. No Piauí, a extração de cêra de carnaúba distribui-se por uns 40 municípios, situados em diferentes zonas. A produção desse Estado, que se mantinha em primeiro lugar no país, baixou verticalmente em 1953, quando marcou a quantidade mais baixa desde 1926, a saber, 2 244 toneladas. Nesse ano, enquanto a produção de alguns centros carnaubeiros, notadamente Oeiras, Luzilândia, Picos, São Miguel do Tapuio, se conservava ao nível de 100 toneladas para cima, noutros caía a menos de

100, como foi o caso de Batalha, que de 110 e 104 toneladas em 1951 e 1952, respectivamente, desceu a 45 toneladas em 1953.

São Miguel do Tapuio, município localizado na zona do Agreste piauiense, tem sua economia ligada visceralmente à cêra de carnaúba, e apresenta uma agricultura insignificante, ao passo que Batalha afere do plantio do arroz e da mandioca resultados não menores que os obtidos nos palmeirais. Permanecendo dentro dos quadros de 1953, vemos que a produção agrícola batalhense somou 12,7 milhões de cruzeiros e a de São Miguel do Tapuio, 447 mil cruzeiros. Neste, a extração de cêra de carnaúba per fez 119 toneladas, no valor de 3,5 milhões de cruzeiros, e naquele, 45 toneladas, no valor de 1 400 mil cruzeiros. Nos anos anteriores, no entanto, a cêra da "copernicia" foi o principal item da economia de Batalha.

Em 1950, tanto um como o outro possuíam uma população da ordem de 12 mil habitantes, sendo que Batalha, com apenas 1 610 km², apresentava uma densidade demográfica (8 h/km²) quatro vezes maior que a de São Miguel do Tapuio, cuja área é de 5 842 km². Era absoluta a preponderância do elemento rural na distribuição de ambas as populações; a participação urbana via-se inferior a um oitavo. O movimento comercial dessas duas comunidades carece de expressão, e as atividades industriais limitam-se à fabricação rotineira de aguardente, farinha, rapadura, etc. O analfabetismo sobe a 85%.

19. GRANDE parte do comércio e da indústria amazenses está concentrada no município de Manaus. Em 1950, com um montante de 882 milhões de cruzeiros, a Capital centralizava 76% do total estadual de vendas mercantis, e o seu movimento bancário, nalgumas contas, ficava a pouco menos de 100%. Na mesma ocasião, 27% da população do Amazonas se encontravam nesse município, então com 139 620 habitantes. Na cidade de Manaus viviam 89 712 pessoas, enquanto Itacoatiara, a segunda do Estado, possuía apenas 5 867. Indica recente estimativa do IBGE que a população da Capital amazônica deve ser atualmente de 158 mil habitantes.

Apesar de sua enorme extensão territorial (74 503 km²), superior à de seis Estados brasileiros, a produção agrícola de Manaus é escassa. A lavoura de subsistência, quase nula. Os produtos mais representativos de sua pauta comercial são a castanha-do-pará, a juta, o cacau e a borracha. O valor global da produção agrícola, em 1953, resumiu-se em 6 404 mil cruzeiros. Os efetivos pecuários são meramente simbólicos. Atividade de certo vulto é a da pesca, com particular menção do pirarucu. O pórtico de Manaus, bastante concorrido, apresentou em 1954 um movimento de 1 157 entradas, exportando mercadorias no valor de 212 252 mil cruzeiros.

O parque industrial abrangia 156 estabelecimentos, em 1953, com um valor conjunto de produção que ultrapassava os 400 milhões de cruzeiros. Ressaltam entre as indústrias as de produtos alimentícios, têxtil, química e farmacêutica (notadamente a essência de pau-rosa), couros e peles, madeira e bebidas (guaraná). Em 1954, o giro comercial de Manaus atingiu 1 392 milhões de cruzeiros, ou seja, 87% da soma estadual.

A expansão de Manaus prossegue em ritmo ascendente. O número de construções civis em 1954 (271) foi mais de três vezes maior que o de 1949 (82). A quota de alfabetização do município é apreciável (67%).

20. Picos, segundo município do Piauí em população (54 713 habitantes em 1950), é também um dos principais centros agropecuários do Estado. Em sua produção agrícola, bastante diversificada, reflete-se no entanto o mesmo baixo rendimento que tem caracterizado a agricultura piauiense em geral. Dados recentes assinalam para 1953 um valor de produção inferior a 20 milhões de cruzeiros. Deve-se, porém, ressaltar que esse ano foi particularmente ingrato para a lavoura picoinense. A safra de algodão baixou de 2 mil para 900 toneladas e a de feijão, de 5 mil para 1 100 toneladas.

Dois outras culturas de considerável importância para a economia do município são as de alho e

cebola. Também estas, em 1953, apresentaram resultados muito inferiores à média dos anos precedentes, notadamente a do alho, cuja produção se reduziu de mais de dois terços. A indústria extrativa é representada pela cêra de carnaúba, de que Picos produziu, em 1953, 116 toneladas, no valor de 4 milhões de cruzeiros.

A criação de gado menor tem sido uma atividade de superior significação na vida do município. Avultam os efetivos suínos, estimados em 80 mil cabeças. Os rebanhos caprinos vão a 70 mil cabeças e os ovinos a 55 mil. No gado maior os efetivos bovinos (44 mil cabeças) são os mais numerosos. O desenvolvimento industrial de Picos ainda se acha em fase embrionária. Sua população, predominantemente rural (apenas 4 568 pessoas residiam no quadro urbano), está vinculada aos mistérios do campo e à exploração dos carnaubais. O movimento da praça comercial é modesto.

NÍVEL CULTURAL EM PERNAMBUCO — No quadro da alfabetização nacional o Estado de Pernambuco se reserva o 14.º lugar, em contraste com sua posição de relêvo nos diversos setores da vida econômica do país. O progresso obtido no último período intercensitário foi pouco expressivo: a percentagem de alfabetizados na população de 5 anos e mais aumentou de 25,07% para 27,50% — menos de 2,50% no espaço de quase dez anos. O número de alfabetizados somava 780 663, para um total de 3,4 milhões de habitantes. Vale dizer que, mesmo excluindo os habitantes de idade inferior a 5 anos, existiam em Pernambuco nada menos de 2 057 645 analfabetos. Das 883 240 crianças em idade escolar, 751 625, ou seja, 85%, ainda não estavam alfabetizadas.

Em nenhuma parte do Estado a taxa de alfabetização subia acima de 65%. Nas cidades de Olinda e do Recife, que ofereciam as quotas mais altas, reduzia-se, respectivamente, a 64,94% e 60,66%. Também só nesses dois municípios havia predominância de alfabetizados. Em todos os outros, os analfabetos formavam compacta maioria, traduzida em percentagens nunca inferiores a 60% e em quinze deles superiores a 85%. Como em toda a região nordestina, as taxas no quadro rural eram extremamente baixas; em 74 dos noventa municípios pernambucanos a percentagem de iletrados era sempre de mais de 80%.

Mostrou-nos ainda o Recenseamento de 1950 que menos de 14% da população presente no Estado, a saber, 460 856 pessoas, freqüentavam ou haviam freqüentado algum curso, e dessas unicamente 217 961 possuíam curso completo. A maioria das que haviam completado curso se limitava ao primário (176 409). Essas 217 961 pessoas empregavam suas duas maiores parcelas ativas no comércio (20 527) e nas indústrias de transformação (18 534), dentro de onde representavam, modestamente, 33% e 15% do pessoal ocupado.

AMAZONAS

Barreirinha — Em funcionamento a Escola Paroquial N. S. do Bom Socorro * Iniciada a construção do prédio destinado à instalação de um posto de saúde, mediante acôrdo entre a Prefeitura e o SESP

Canutama — A Prefeitura reiniciou as obras de ampliação da rêde elétrica municipal, que abrangerá a área suburbana

Careiro — Inaugurados os serviços de luz elétrica

Humaitá — Fundada uma cooperativa com a denominação de Alimentamazon, destinada a incrementar a criação de gado nos campos naturais do Município

MANAUS — Em via de organização uma sociedade anônima que instalará neste Estado uma fábrica de celulose, com o capital inicial de 500 milhões de cruzeiros, utilizando matéria prima local.

PARÁ

BELÊM — Inaugurado o Cinema Paraíso, no bairro da Pedreira, com capacidade para 1 500 espectadores

Curuçá — Reincorporada ao Município a vila de Boa Vista de Iririteua, que havia sido elevada à categoria de Município.

Mocajuba — Instalada a Associação Rural.

São Caetano de Odivelas — Inaugurado o prédio da escola rural da povoação de São João dos Ramos.

MARANHÃO

Amarante do Maranhão — Iniciada a abertura da rodovia que ligará a sede municipal à de Imperatriz * Em construção o campo de pouso.

Brejo — Inaugurada a estação de passageiros do campo de pouso, situado na localidade de Zé Gomes.

Duque Bacelar — Instalado um posto de correio

São Vicente Ferrer — Aprovado crédito para instalação do serviço de abastecimento d'água.

PIAUI

Barras — Criadas as escolas de S. Francisco, Unha de Gato e Formosa.

Floriano — Tiveram início as obras de instalação da usina de Maria Bonita * Criada a Biblioteca Municipal.

Jerumenha — Inaugurados um serviço de saúde e as Escolas Paroquiais de Jerumenha.

Luís Correia — Inaugurou-se a Escola Noturna Francisco das Chagas Rodrigues, da Colônia de Pescadores Z-1.

Oeiras — Inaugurado o Parque Infantil.

Parnaíba — Fundado o Instituto Batista Norte-Piauí, gratuito.

CEARÁ

Acaraú — Inaugurada uma linha do correio aéreo intermunicipal, promovida pela Base Aérea de Fortaleza em cooperação com o govêrno estadual

Aracati — Assinado contrato para construção de uma ponte sôbre o rio Jaguaribe

Capistrano — Inaugurada a luz elétrica da cidade

Cascavel — O Correio Aéreo Militar inaugurou sua escala nesta cidade

Caucaia — Inaugurado o Posto de Puericultura e Maternidade Paulo Sarasate, da Associação de Proteção à Saúde, à Maternidade e à Infância de Caucaia

Crato — Iniciadas as atividades do Liceu Diocesano de Artes e Ofícios.

FORTALEZA — Lançada a pedra fundamental da Maternidade Popular Modelo de Fortaleza * Inaugurado o edifício-sede do IAPC. * Instalada a Escola de Engenharia do Ceará.

Frecheirinha — Instalada a Agência Municipal de Estatística. * Em construção o prédio da Prefeitura.

Ibiapina — Em circulação o jornal *Tribuna da Ibiapina*

Iguatu — Inaugurados o prédio da Coletoria Estadual e a Casa de Saúde e Maternidade Sta. Teresinha * Lançada a primeira pedra da sede do Clube de Caça e Pesca. * Lançado o jornal *Tribuna de Iguatu*.

Ipu — Inaugurado o Hospital Infantil Dr. Francisco Araújo

Iracema — Instaladas a Paróquia de N. S. da Conceição de Iracema e a Agência Municipal de Estatística

Itapagé — Inaugurados o Patronato São José e um ramal telefônico que liga esta cidade a Soledade * Instalada a Cooperativa Mista da Serra da Uruburetama.

Itapipoca — Lançada a pedra fundamental da Casa Rural Governador Paulo Sarasate. * Inaugurada uma agência do Banco do Brasil

Itatira — Realizados estudos topográficos para a construção das rodovias Canindé-Itatira, partindo da rodovia-tronco Fortaleza-Campos Sales, na localidade de São Luís, e a que ligará a vila de Catunda, no Município de Santa Quitéria, a Canindé, passando por êste Município. * Instalada a Agência Municipal de Estatística.

Jaguaribe — Inaugurado o serviço do correio militar.

Jati — Inaugurados os serviços de luz elétrica do distrito de Pena Forte.

Juazeiro do Norte — Inaugurados os edifícios da Sociedade Padre Cícero, no qual funcionarão o Grupo 24 de Março e o Ambulatório Oswaldo Cruz, do Grupo Escolar Paulo Sarasate e da Escola Técnica de Comércio * Em circulação *O Arauto*, do Centro Cultural Juazeirense, e a revista *O Jovem*, do Centro Cultural José de Alencar.

Limoeiro do Norte — Instaladas, pela Paróquia local, duas escolas primárias localizadas, respectivamente, na vila de Tabuleiro do Norte e no lugar Poço das Pedras, distrito da sede

Massapé — Instalado o Ginásio Massapeense.

Meruoca — Instalada a Agência Municipal de Estatística

Monsenhor Tabosa — Instalada a Agência Municipal de Estatística

Mucambo — Instalada a Agência Municipal de Estatística.

Nova Russas — Inaugurado um escritório do Banco do Nordeste do Brasil

Paracuru — Assinado contrato para construção do prédio destinado ao Grupo Escolar.

Quixeramobim — Lançado o *O Quixeramobim*, do Grêmio Dom Quintino

São Gonçalo do Amarante — Em funcionamento a Escola Normal Rural

Sobral — Assentadas as bases de ampliação do serviço telefônico do Município * Inaugurado o Ginásio Municipal Caiçara, de ensino gratuito, situado na sede municipal * Fundada a Cooperativa Agrícola Mista de Sobral * Em circulação o quinzenário *O Município*, mantido pela administração municipal

Tauá — Inaugurado um serviço de correio aéreo semanal

Uruburetama — Em construção um posto de saúde estadual * Doado ao Estado, pela municipalidade, um terreno para construção de um posto de saúde

RIO GRANDE DO NORTE

Coronel Ezequiel — Inaugurado o prédio de uma escola municipal no sítio Gurjáú

Goiânia — Criada uma escola isolada na localidade de Jundiá de Baixo.

Itaú — Em construção o prédio destinado à sede da Prefeitura.

Jardim de Piranhas — Instalada a Escola Municipal de Piedade, no sítio do mesmo nome.

Monte Alegre — Instaladas a Agência Municipal de Estatística e as escolas municipais de Cobé, Timbaúba, São Miguel, Lagoa do Mato, Ôlhod'Água dos Bentos, Castanha, Língua de Vaca, Lagoa do Sobrado, e Xixique

Santa Cruz — Inaugurada uma agência postal-telegráfica no povoado de São Bento

PARAÍBA

Caiçara — Instalada uma agência da ANCAR.

Campina Grande — Em tráfego o trecho ferroviário Campina Grande-Soledade. * Instalada a

Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico (COMUDE).

Malta — Em construção o posto de saúde da sede municipal.

Pilões — Inaugurada a cadeia pública da cidade

São Mamede — Instaladas a Cooperativa Rural Mista São Mamede Ltda. e a Associação Rural

Sousa — A Nacional Transportes Aéreos inaugurou uma linha Recife-Fortaleza, tocando nesta cidade. * Instalada a Escola de Comércio C José Viana, da Associação Comercial

PERNAMBUCO

Afogados da Ingazeira — Em funcionamento a Escola Normal Rural

Bonito — Inaugurado o serviço de abastecimento d'água da sede municipal

Brejo da Madre de Deus — Lançada a pedra fundamental do posto de saúde da sede do Município. * Em construção um grupo escolar estadual na vila de Fazenda Nova * Inaugurados o Instituto Rui Barbosa e a Escola Paroquial São José.

Canhotinho — Inaugurado o Posto de Puericultura, da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância

Caruaru — Criado um curso preparatório aos vestibulares de odontologia, medicina e engenharia, denominado Dr José Holmes * Inaugurada a Cooperativa Banco de Caruaru

Escada — Instalado o Ginásio Nossa Senhora da Escada

Garanhuns — Realizou-se a 1.^a Exposição de Café do Município * Inaugurados o Ginásio do Arraial, o serviço de energia elétrica, pública e domiciliar, da vila de Brejão, e uma colônia de férias do SESC.

Gravatá — Em tráfego a rodovia Uruçu-Mirim — Mandacaru

Olinda — Servido o Município, pela CHESF, da energia elétrica de Paulo Afonso, através de uma rede de 13 800 w, corrente de 200 kw

Palmares — Reconstruído o grupo Escolar José Bezerra.

Parnamirim — Em construção o prédio do Grupo Escolar.

Paudalho — Inaugurados a ponte sobre o rio Capibaribe, ligando os extremos da estrada pavimentada Paudalho-Carpina, e o prédio do Grupo Escolar.

Pesqueira — Em construção a rodovia Pesqueira-Alagoinha

RECIFE — Criada a Fundação do Ensino Primário Gratuito.

Santa Cruz do Capibaribe — Inaugurados os serviços de luz elétrica da cidade

Sertânia — Em construção o edifício destinado à Escola Normal Rural Imaculada Conceição.

També — Inaugurado o Cine Moderno, com capacidade para 500 espectadores.

ALAGOAS

Colônia Leopoldina — Criados cursos supletivos para alfabetização de adultos, localizados nas Escolas Municipais Anastácio Cavalcanti e Emílio de Sousa e Grupo Escolar Aristeu de Andrade.

Maragógi — Inaugurado o serviço de luz elétrica do povoado de São Bento.

Palmeira dos Índios — O DNOCS autorizou recursos para instalação dos serviços de captação de águas para o Município.

Passo de Camaragibe — Criada a Escola Comercial N. S. da Conceição.

Viçosa — Inaugurada a Escola Técnica de Comércio. * Em construção a Casa do Agricultor, da Associação Rural.

SERGIPE

Brejo Grande — Instalada, no arraial Cajuípe, a Escola Municipal Deputado Pereira Filho.

Cumbe — Em construção o prédio da sede da Prefeitura.

Gararu — Iniciadas as obras da rodovia federal em continuação ao trecho Gararu-Pôrto da Fôlha.

Itabi — Criadas escolas primárias localizadas em Araiaís, Mão Esquerda, Matinha, Frutuoso e Lagoa Redonda.

Muribeca — Criada uma escola municipal situada na praça Dr. Getúlio Vargas.

Siriri — Realizados estudos pelo DNOCS para a construção de um açude a 3 km da sede, na localidade de Barro Alto.

BAHIA

Camaçari — Instalada a Coletoria Federal

Gentio do Ouro — Inaugurado o serviço de luz elétrica da vila de Ibipeba

Ilhéus — Fundado o Lions Clube de Ilhéus.

Ipirá — Transcorrido o centenário de fundação do Município.

Jequié — Instalado o Lions Clube de Jequié.

Laje — Inaugurado o prédio do Grupo Escolar, no qual se acham agrupadas as diversas escolas estaduais com sede nesta cidade

Paratingá — Inaugurada a linha do Correio Aéreo Militar

Remanso — Instalada uma agência do Banco da Bahia S/A.

Ribeira do Pombal — Em construção um prédio escolar no povoado de Marcação, distrito de Mirandela

São Félix — Inaugurada a ponte Mutum, localizada no distrito de Outeiro Redondo.

Saúde — Em funcionamento a Cooperativa Mista dos Agricultores.

Seabra — Inaugurada a iluminação pública e domiciliar da cidade.

Serrinha — Inaugurada a Escola Normal de Serrinha.

MINAS GERAIS

Alenas — Em funcionamento os Grupos Escolares Cel. José Bento e Levindo Lemberg.

Alvinópolis — Fundada a Cooperativa Agropecuária de Alvinópolis.

BELO HORIZONTE — Em construção uma avenida de ligação entre a Cidade Industrial e o Barreiro. * Organizada uma comissão de técnicos das classes produtoras mineiras com a finalidade de projetar a instalação de uma usina siderúrgica no Estado nos moldes de Volta Redonda. * Em construção uma rede telegráfica entre esta Capital e Uberaba.

Buenópolis — Instalada a Associação Rural.

Caldas — Em construção a praça de esportes localizada na sede municipal, de propriedade do governo do Estado.

Cambuquira — Restabelecida a linha de ônibus Rio-Cambuquira.

Campina Verde — Em construção o prédio destinado à sede da Prefeitura.

Carai — Instalada uma agência dos correios no distrito de Padre Paraíso. * Em funcionamento o serviço de abastecimento d'água da sede municipal.

Carmo do Paranaíba — Autorizado o funcionamento do Ginásio Alto Paranaíba.

Coimbra — Criada a Associação Beneficente de Coimbra.

Comendador Gomes — Criadas as Escolas Euvaldo Lodi e Lúcio Bittencourt, nas localidades de Rio do Feio de Baixo e Pedra Branca.

Conceição das Alagoas — Fundada a Sociedade dos Amigos de Conceição das Alagoas.

Congonhas — Criada uma escola rural mista no povoado de Santa Quitéria.

Corinto — Em construção um trecho de estrada que ligará a sede municipal a Três Marias.

Faria Lemos — Inaugurados os serviços postais-telegráficos

Ibitá — Instalado o Posto de Higiene da sede municipal * Fundou-se o Ginásio Bias Fortes, da Fundação Alonso Ribeiro de Paiva

Itamarandiba — Dotada de luz elétrica a vila de Carbonita.

Jeceaba — Criadas as Escolas Municipais João Ribeiro Machado e Adriano Machado Ribeiro, localizadas nos povoados de Sesmária e dos Machados, distrito de Bituri.

Lagoa da Prata — Instalada a Coletoria Federal.

Lagoa Santa — Inauguradas a Escola Normal Pio X e a Escola Agrícola Profissional Artur Bernardes

Liberdade — Aprovado um projeto de lei que autoriza o poder executivo a construir uma estrada de rodagem que ligará o Município ao de Andre-lândia, passando pela região denominada Mata e Estiva.

Lima Duarte — Em construção uma escola rural na estação de Orvalho.

Monte Santo de Minas — Inaugurada a Casa da Criança Desamparada, dirigida pela Associação Feminina de Assistência Social.

Ouro Preto — Inauguradas as obras de restauração da Igreja Matriz, efetuadas pela Diretoria Distrital do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Passos — Instalados os Grupos Escolares Luiz de Melo Viana Sobrinho, no bairro do Cangeranus, e Geraldo Starling, no bairro de São Francisco.

Patos de Minas — Fundada a Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra. * Instalada a Escola Técnica de Comércio Pio XII.

Poços de Caldas — Fundada a seção regional do Colégio Internacional de Cirurgiões.

Ponte Nova — Inaugurado o Grupo Escolar Senador Miguel Lana, localizado em Vila Cruzeiro, bairro de Palmeiras.

Presidente Olegário — Inaugurado o Grupo Escolar de Lagamar.

Ribeirão Vermelho — Entregue ao tráfego a ponte metálica da Rêde Mineira de Viação, que liga este Município ao de Lavras.

Rio do Prado — Em construção o campo de pouso, em terreno de doação particular.

Santa Bárbara — Inaugurado o Curso Pré-Primário São Tarcísio

Santa Maria do Suaçuí — Inaugurado o campo de aviação, que recebeu a denominação de Dr. Aimoré Dutra Filho, e criadas as linhas de transportes aéreos das empresas Imperial e Seta.

Santa Rita de Caldas — Servido o Município pela força elétrica da Cia. Caldense de Eletricidade.

São Domingos do Prata — Inaugurado o prédio destinado ao Ginásio Estadual.

São Gotardo — Iniciados os trabalhos preliminares de instalação do sistema de abastecimento d'água da sede municipal

Sete Lagoas — Entregue ao tráfego a rodovia pavimentada que liga esta cidade a Belo Horizonte.

Uberaba — Em comemoração ao centenário de fundação do Município foi realizada uma exposição agropecuária promovida pela Sociedade Rural do Triângulo Mineiro. * Realizados entendimentos entre a Congregação Salesiana e a municipalidade para a construção do Ginásio São Francisco de Sales.

Viçosa — Inaugurados o Cine Brasil, com capacidade para mil espectadores, e uma linha de ônibus que liga esta cidade a Belo Horizonte. * Instalada a Escola Técnica de Comércio.

ESPIRITO SANTO

Alegre — Inaugurado o Ginásio Celinense, localizado no distrito de Celina. * Reiniciadas as obras de construção da estrada que liga a sede municipal ao distrito de Rive.

Aracruz — Fundado o ginásio municipal, que recebeu a denominação de Ginásio Sauaçu.

Barra de São Francisco — Inaugurados o campo de pouso para pequenos aviões, o serviço de abastecimento d'água e a Coletoria Federal.

Espírito Santo — Inaugurado o novo sistema de água encanada que atenderá, inclusive, ao Município da Capital.

Guaçuí — Criadas as Escolas Municipais de Piedade, no distrito de Imbuí, Santa Marta, no dis-

trito de São Pedro de Rates, e Fazenda do Cêrro, no distrito de Divisa. * Instalada a Comarca do Espírito Santo.

Itaguaçu — Instalado na vila de Itarana o Ginásio Itarana, mantido pela Sociedade Amigos de Itarana.

Itapemirim — Inaugurado o Ambulatório da Policlínica dos Pescadores da Colônia Z-8, em Barra do Itapemirim.

Mucurici — Instalada a Comarca do Município.

Muniz Freire — Descoberta uma jazida de manganês com um teor de 70% de ferro, em terrenos da fazenda de Santa Cruz, distrito de Itaiçai, avaliada em 22 milhões de cruzeiros.

Nova Venécia — Instalada a Comarca do Município.

Santa Leopoldina — Inaugurado um trecho de estrada municipal que liga Rio Bonito a Santa Maria

Viana — Em construção um viaduto sobre o leito da E. F. Leopoldina, na estrada Vitória-Belo Horizonte.

RIO DE JANEIRO

Barra do Pirai — Inaugurado o Estádio Mário Tamborindeguy.

Barra Mansa — Em funcionamento o Ginásio Estadual.

Cambuci — Instalado o Curso Comercial do Ginásio de Cambuci.

Campos — Inaugurada uma agência telefônica em Santa Bárbara. * A Associação Fluminense de Plantadores de Cana inaugurou ambulatórios médicos nos distritos de Morro do Côco, Travessão, São Joaquim e Mussurepe e localidade de Tocos. * Instalada a Escola Agro-Técnica de Campos. * Inaugurado pelo Departamento de Divulgação o serviço de informações oficiais para esta cidade

Cordeiro — Em circulação o jornal *Cidade de Cordeiro*. * Inaugurado o edifício do Cinema Madrid, com capacidade para 700 pessoas.

Duque de Caxias — Inaugurado o Ginásio Municipal Expedicionário Aquino de Araújo.

Itaguaí — Instalado em Paracambi o Ginásio Othon Bezerra de Melo.

Itaperuna — Em funcionamento o Ginásio Estadual de Itaperuna, de ensino gratuito.

Macaé — Inaugurados o Colégio Estadual Luiz Reid, doado à Prefeitura, e o serviço de abastecimento d'água.

Maricá — Inaugurado o prédio do Grupo Escolar Elizário Mata, situado na sede municipal. * Concluídas as obras do serviço de esgotos sanitários, onde serão executadas experiências econômicas de gás e adubo.

NITERÓI — Inaugurados o serviço internacional radiotelegráfico, as novas instalações do Teatro Municipal João Caetano e o Grupo Escolar Joaquim Távara. * Em funcionamento, no Liceu Nilo Peçanha, o curso ginasial noturno.

Petrópolis — Inaugurado o Grupo Escolar Princesa Isabel.

São Fidélis — Sancionada a lei municipal que autoriza a construção da rede de água e esgotos, * Em construção o mercado municipal.

São João de Meriti — Inaugurado o serviço telefônico.

Terópoli — Inaugurados a Usina Termo-Elétrica Prof. Miguel Couto e o Lactário de Vidigueiras. * Lançada a revista *Serrana*.

Volta Redonda — Concluídos os entendimentos necessários ao reaparelhamento da Rede Mineira de Viação, a fim de facilitar o transporte do carvão nacional para Volta Redonda através do porto de Angra dos Reis.

SÃO PAULO

Americana — Assinado contrato para pavimentação da rodovia Americana-Piracicaba e obras complementares

Araras — Inaugurado o prédio do Colégio Estadual e Escola Normal Cesário Coimbra

Bauri — Em construção a rodovia oficial que liga esta cidade à de Jaú * Inaugurado o primeiro grupo escolar municipal, que recebeu o nome de João Maringoni. * Iniciados os trabalhos preliminares de construção de telescópios para as secções de Astronomia e Astronáutica do aeroclube local.

Boituva — Instalado o Ginásio Estadual de Boituva.

Botucatu — Realizada uma reunião de prefeitos, na qual foram assentadas as bases para o asfaltamento da rodovia Itu-Botucatu-Bauri * Em tráfego a rodovia que liga o centro da cidade ao aeroporto.

Bragança Paulista — Transcorrido o primeiro centenário de fundação do Município.

Campinas — Inaugurada a Pontifícia Universidade Católica de Campinas. * Em construção a cadeia pública * Lançada a pedra fundamental da Cidade dos Menores, situada na fazenda Itaguaçu, divisa com o Município de Indaiatuba

Campos do Jordão — Iniciada a pavimentação da rodovia Campos do Jordão-São José dos Campos.

Capivari — Autorizada a Prefeitura a instalar uma usina termo-elétrica.

Franca — Transcorrido o primeiro centenário de fundação da cidade

Guararema — Criada a Casa da Lavoura

Guaratinguetá — Aberto crédito para conclusão dos serviços de abastecimento d'água do Município.

Guarulhos — Instalada a Comarca do Município.

Leme — Criadas escolas primárias localizadas na zona urbana e nas fazendas de Palmital e São Manoel e bairros de Taquari e da República.

Pedreira — Instalado um posto pluviométrico.

Piracicaba — Instalada a Escola Normal Rural. * Entregue ao tráfego a rodovia Piracicaba-Rio Claro. * Transcorrido o centenário de fundação do Município. * Em funcionamento o curso ginasial noturno do Instituto de Educação Sud Mennucci.

Piraju — Realizados os estudos preliminares para reforma do sistema de abastecimento d'água da cidade.

Poá — Aprovado o projeto para execução do serviço de águas e esgotos.

Presidente Prudente — Realizado o Congresso de Defesa do Algodão da Alta Sorocabana.

Presidente Venceslau — Inaugurada a Penitenciária do Estado

Santa Bárbara d'Oeste — Organizado o Teatro Amador.

Santa Mercedes — Inaugurado o posto de correios

Santo Anastácio — Instalada a COMAP.

Santos — Inaugurado o prédio do Colégio Santista.

São Caetano do Sul — Realizados os estudos topográficos do Município para a realização dos serviços de água encanada

São José do Rio Preto — Inaugurado o prédio da agência do Banco do Estado * Entregue ao público o Cine Ipiranga * Instalado o Corpo de Bombeiros da sede municipal.

SÃO PAULO — Criado, na Secretaria da Agricultura, o Fundo Florestal, que se destina, principalmente, aos serviços de florestamento e reflorestamento * Instalada a Casa de Sorocaba, localizada à rua da Consolação. * Inaugurados os postos de puericultura da vila dos Remédios e Vila Industrial, subdistrito de Vila Prudente * Assinado um convênio entre o governo do Estado e o do Paraná para o aproveitamento conjunto do potencial hidrelétrico do Paranapanema. * Instalado, na Faculdade de Direito, o Instituto de Energia Atômica da Universidade de São Paulo. * Em construção as instalações para o funcionamento de uma usina de fertilizantes à base de hidrogênio, que funcionará anexa à Refinaria de Cubatão, com o aproveitamento de gases residuais. * Autorizado pelo governo do Estado o financiamento a longo prazo, num total de quinhentos milhões de cruzeiros, para a mecanização da pequena lavoura, cujo plano beneficiará cerca de 10 000 pequenos agricultores.

São Pedro — Inaugurado o Posto de Puericultura

Tatuí — Em funcionamento o serviço de água encanada da cidade

Taubaté — Inaugurado o monumento a Cristo Redentor, que mede 23 metros de altura, situado no Jardim Imaculada Conceição.

Vargem Grande do Sul — Instalada a Casa da Lavoura

PARANÁ

Cambará — Em circulação o jornal *Cidade de Cambará*

Campo Mourão — Iniciadas as obras de construção da Igreja Matriz. * Em funcionamento o Ginásio de Campo Mourão.

Cascavel — Inauguradas a Escola Técnica de Comércio e uma filial do Banco Mercantil Industrial do Paraná S/A.

Cornélio Procópio — Fundada a Sociedade S. Vicente de Paulo de Cornélio Procópio, deno-

minada Conferência de Cristo Rei, e a Associação Comercial de Cornélio Procópio

Foz do Iguaçu — Inaugurado o edifício do Forum.

Irati — Entregue ao tráfego a rodovia Irati-Relógio, bifurcação situada no Município de Prudentópolis

Londrina — A SADIA Transportes Aéreos inaugurou uma linha que toca nesta cidade. * Inaugurada, no aeroporto local, a pista pavimentada que mede 1 600 metros de extensão e se destina a operações de grandes aeronaves.

Mandaguçu — Doado pela Prefeitura ao Estado o Ginásio Municipal de Mandaguçu

Pato Branco — Instalada a Inspetoria Técnica.

Peabiru — Criado o Curso Normal Regional.

Ponta Grossa — Lançadas as pedras fundamentais do Abrigo de Menores e do Ginásio Esportivo de Ponta Grossa

Rebouças — Entregues ao tráfego uma ponte na estrada geral, à altura da sede, construída pela municipalidade, ligando o Município de Irati à Capital do Estado.

Santo Inácio — Criada uma agência do Departamento de Correios e Telégrafos

São Jerônimo da Serra — Inaugurado o Jardim da Infância D. Sara Kubitschek, no Grupo Escolar São Jerônimo da Serra.

São Mateus do Sul — Instalada a Escola Normal Secundária (formação de professores)

SANTA CATARINA

Araranguá — Instalado o Curso Normal N. S. Mãe dos Homens, em funcionamento no Hospital Bom Pastor.

Camboriú — Criada uma escola municipal em Alto Limeira

Chapecó — Fundado um ginásio que funcionará anexo ao Colégio Bom Pastor

Ibirama — Criada uma escola primária estadual na localidade de Rio Wiegand, distrito de José Boiteux.

Ituporanga — Instalada a Coletoria Federal.

Jaguaruna — Instalada a Coletoria Federal. * Inaugurado o prédio da Prefeitura, que reunirá diversas repartições públicas.

Laguna — Realizada a ligação da rede elétrica de Capivari para esta cidade.

Pôrto União — Inaugurados os Grupos Escolares Prof. Clementino Brito e Dom Daniel Hostim, localizados, respectivamente, nos distritos de Santa Cruz do Timbó e Matos Costa, construídos pelo governo estadual.

Taió — Instalada a Coletoria Federal.

Timbó — Inaugurada a Escola Técnica de Comércio Dr. Leoberto Leal, anexa ao Ginásio Ruy Barbosa.

RIO GRANDE DO SUL

Gangüçu — Inaugurada a ponte sobre o arroio Grande ligando o distrito de Armada ao 2.º distrito do Município de São Lourenço do Sul.

Casca — Inaugurado, no distrito de Evangelista, o fornecimento de energia elétrica da Comissão Estadual de Energia Elétrica

Caxias do Sul — Fundado o Centro Cultural Brasileiro Hispano-Americano.

Criciúma — Instalada a Agência Municipal de Estatística.

Frederico Westphalen — Instalada a Agência Municipal de Estatística

Gaurama — Tiveram início os trabalhos de ligação da rede telefônica Erechim-Gaurama-Marcélio Ramos

Gramado — Inaugurado o Ginásio São Pedro, da Congregação Imaculada Coração de Maria

Guaporé — Em construção a ponte sobre o rio Guaporé, que ligará este Município aos de Encantado e Soledade

Ijuí — Instalados os distritos de Coronel Barros e Ramada, desmembrados, respectivamente, de área do distrito da sede e de Ajuricaba

Lagoa Vermelha — Inaugurada a Igreja Matriz da Paróquia de São Paulo Apóstolo.

Palmeira das Missões — Instalada a Escola Normal, em funcionamento no prédio do Ginásio Estadual.

Passo Fundo — Instalado o curso ginásial noturno, anexo à Escola Normal Oswaldo Cruz.

Pelotas — Realizou-se, no Parque Dr. Ildefonso Simões Lopes, a 1.ª Festa do Péssego

Santiago — Em construção o aeroporto da sede municipal

São Leopoldo — Inaugurado o serviço de luz elétrica da sede do Município

São Lourenço do Sul — Instalado um escritório da Associação Sulina de Crédito Agrícola (ASCAR)

São Luís Gonzaga — Criadas escolas municipais nas localidades de Rincão dos Schmitz, distrito de Bossoroca, e Cristal do Tchuá, distrito de Rolador

São Pedro do Sul — Fundada uma associação rural desmembrada da Associação Comercial, Industrial e Rural

São Sepé — Em funcionamento o Ginásio de São Sepé, sob a direção do Colégio Beata Júlia.

Tapera — Efetuados estudos preliminares para a instalação do serviço de água encanada. * Instalada a Agência Municipal de Estatística.

Taquari — Em circulação o semanário *A Voz do Povo*. * Iniciada a construção do Abrigo Cristo Redentor, destinado à velhice desamparada, em terreno de doação particular.

Vacaria — Inaugurada a Igreja Matriz da Paróquia de São João Batista, localizada no distrito de Esmeralda

Venâncio Aires — Em construção, pela Comunidade Evangélica, um prédio destinado ao funcionamento de cursos de ensino primário e secundário. * Servida a sede municipal pela energia elétrica da Central Termo-Elétrica de São Jerônimo.

MATO GROSSO

Campo Grande — A Real Transportes Aéreos inaugurou uma escala que toca neste Município, em sua linha São Paulo-Manaus.

Cuiabá — Servido o Município pela linha da Real Transportes Aéreos São Paulo-Manaus, com escala nesta cidade.

Itaporã — Abertas rodovias municipais da sede ao povoado Montesi e dêste último à zona de Itaquiri

Várzea Grande — Inaugurada uma escala da Real Transportes Aéreos, que toca nesta cidade, e um pôsto do SAPS.

GOIÁS

Anápolis — Fundado o Centro de Indústrias do Estado de Goiás. * Iniciados os trabalhos de instalação dos telefones automáticos.

Araguacema — Doadá pela municipalidade uma área de terras, na zona suburbana, à Missão aos Índios do Vale da Amazônia (Igreja Menonita), destinada à construção de hospital, igreja e outros serviços de assistência social.

Caçu — Criada uma escola isolada na fazenda de Varjão.

Catalão — Iniciados os trabalhos de construção da rêde telefônica interurbana, de uma ponte sôbre o rio Verde e de uma rodovia que, partindo da vila de Santo Antônio do Rio Verde vai em direção à vila de Unai, Estado de Minas * Inaugurado o prédio da escola isolada da fazenda Mata Preta

Firminópolis — Inaugurada a iluminação pública e domiciliar da sede municipal.

Formosa — Criado o Ginásio São José, anexo à Escola Normal São José.

Goiás — Inaugurado o aeroporto.

Itarumã — Em construção uma rodovia em direção a Cachoeira Alta.

Leopoldo de Bulhões — Iniciados os trabalhos de construção da usina hidrelétrica.

Luziânia — Instalada a Comissão Municipal de Cooperação com a Mudança da Capital da República.

Mineiros — Inaugurado o Ginásio Santo Agostinho.

Mossâmedes — Iniciadas as obras do serviço de abastecimento d'água.

Piaca — Entregues ao trânsito duas pontes sôbre os ribeirões do Salto e do Susto.

Piracanjuba — Em construção o Hospital da Conferência São Vicente de Paulo

Planaltina — Iniciadas as obras de construção de uma variante da rodovia Anápolis-Planaltina, dentro do Município.

Quirinópolis — Em construção o prédio que se destina ao grupo escolar.

Rialma — Inaugurado o prédio do Grupo Escolar.

Rubiataba — Inaugurados o campo de aviação, a Agência Municipal de Estatística e um pôsto de correio. * Lançada a pedra fundamental do Grupo Escolar.

Trindade — Instalado um pôsto de correio.

Vianópolis — Instalada a Coletoria Federal.

ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR — 1954

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR										
	Total	Segundo a entidade mantenedora		Número de leitos					Pessoal em atividade		
		Oficial	Particular	Total	Segundo a finalidade				Médicos	Enfermeiros	Auxiliares de enfermagem
					Geral	Especializada (1)	Maternidade	Outras finalidades			
GUAPORÉ											
Pôrto Velho	5	4	1	255	122	117	16	—	12	11	6
<i>TERRITÓRIO</i>	5	4	1	255	122	117	16	—	12	11	6
ACRE											
Brasília	1	—	1	18	18	—	—	—	1	1	—
Feijó	3	1	2	228	67	161	—	—	3	4	1
Rio Branco	4	1	3	143	122	21	—	—	8	8	18
Tarauacá	1	—	1	25	15	5	5	—	1	3	1
Xapuri	1	—	1	24	20	2	2	—	1	2	—
<i>TERRITÓRIO</i>	10	2	8	438	242	189	7	—	14	18	20
AMAZONAS											
Barcelos	1	—	1	45	41	2	2	—	1	4	—
Barreirinha	1	—	1	—	—	—	—	—	1	2	—
Coari	1	—	1	8	8	—	—	—	1	2	2
Codajás	1	—	1	—	—	—	—	—	1	2	1
Humaitá	1	—	1	28	20	6	2	—	1	4	—
Manacapuru	1	1	—	2	—	1	—	1	1	2	—
Manaus	21	6	15	2 854	495	2 297	62	1	122	92	70
Parintins	1	—	1	10	10	—	—	—	1	—	4
Tefé	1	—	1	6	6	—	—	—	1	2	—
Uaupés	2	—	2	64	60	—	4	—	2	5	2
<i>ESTADO</i>	31	7	24	3 017	640	2 306	70	1	132	115	79
RIO BRANCO											
Boa Vista	2	1	1	80	60	—	20	—	6	6	17
<i>TERRITÓRIO</i>	2	1	1	80	60	—	20	—	6	6	17
PARÁ											
Ananindeua	1	1	—	700	—	700	—	—	5	15	3
Belém	28	13	15	2 390	990	1 132	212	56	344	216	96
Bragança	1	—	1	19	—	—	19	—	1	3	4
Breves	1	1	—	12	9	—	3	—	2	1	6
Cametá	1	1	—	—	—	—	—	—	1	1	—
Igarapé-Açu	1	1	—	750	—	750	—	—	3	5	2
Itaituba	1	1	—	66	60	—	6	—	1	13	8
Óbidos	1	—	1	30	25	—	5	—	1	1	3
Santarém	2	2	—	152	70	35	19	28	6	27	35
Tucuruí	1	1	—	12	10	—	2	—	2	1	7
<i>ESTADO</i>	38	21	17	4 131	1 164	2 617	266	84	366	283	164
AMAPÁ											
Macapá	6	1	5	184	117	41	26	—	20	25	29
Oiapoque	1	—	1	—	—	—	—	—	1	—	—
<i>TERRITÓRIO</i>	7	1	6	184	117	41	26	—	21	25	29

ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR — 1954

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR										
	Total	Segundo a entidade mantenedora		Número de leitos				Pessoal em atividade			
		Oficial	Particular	Total	Segundo a finalidade				Médicos	Enfermeiros	Auxiliares de enfermagem
					Geral	Especializada (1)	Maternidade	Outras finalidades			
MARANHÃO											
Bacabal	1	—	1	—	—	—	—	—	1	2	—
Caxias	3	—	3	—	—	—	—	—	4	3	2
Codó	2	1	1	—	—	—	—	—	2	1	—
Cururupu	2	1	1	54	—	16	10	28	2	7	1
Ipixuna	1	—	1	—	—	—	—	—	1	1	—
Morros	1	—	1	—	—	—	—	—	—	3	—
Pedreiras	1	—	1	—	—	—	—	—	1	3	—
Ribamar	1	—	1	—	—	—	—	—	1	3	—
São Luís	39	21	18	1 141	191	778	64	108	4	1	1
Timon ...	1	—	1	—	—	—	—	—	164	132	70
<i>ESTADO</i>	52	23	29	1 195	191	794	74	136	181	154	74
PIAUI											
Barras	1	1	—	—	—	—	—	—	1	1	1
Florianópolis	2	1	1	56	42	8	6	—	5	15	3
José de Freitas	1	1	—	8	8	—	—	—	1	—	3
Oeiras	1	—	1	—	—	—	—	—	1	3	—
Parnaíba	10	6	4	462	155	240	65	2	27	18	44
Piracuruca	1	—	1	—	—	—	—	—	2	—	2
Piripiri	2	—	2	—	—	—	—	—	3	—	4
Teresina	16	7	9	660	194	429	37	—	82	33	135
<i>ESTADO</i>	34	16	18	1 186	399	677	108	2	122	70	192
CEARÁ											
Acaraú...	1	—	1	19	4	—	15	—	1	—	3
Acopiara	1	—	1	—	—	—	—	—	1	2	1
Aquirás	1	1	—	—	—	—	—	—	1	1	—
Aracati	4	3	1	—	—	—	—	—	4	3	1
Aurora	1	—	1	—	—	—	—	—	1	1	—
Barbalha	1	1	—	—	—	—	—	—	1	—	2
Baturité	2	—	2	19	—	—	19	—	3	3	—
Boa Viagem	1	—	1	—	—	—	—	—	1	1	1
Camocim	1	1	—	—	—	—	—	—	1	3	—
Canindé	2	1	1	10	—	—	10	—	2	1	—
Cascavel	2	—	2	29	—	1	28	—	2	4	1
Cratêus	2	1	1	15	—	—	15	—	2	2	—
Crato	10	2	8	154	114	9	31	—	20	25	9
Fortaleza	69	16	53	1 551	281	999	237	34	342	248	136
Iguatu	1	—	1	36	—	10	10	16	3	—	9
Ipu	2	—	2	14	—	—	14	—	2	5	—
Ipeúras	1	1	—	7	—	—	7	—	1	1	—
Itapipoca	2	—	2	21	—	—	21	—	4	8	—
Jaguaribe	2	1	1	23	9	2	12	—	2	4	1
Juazeiro do Norte	1	—	1	—	—	—	—	—	1	2	1
Limoeiro do Norte	3	—	3	34	10	—	24	—	4	3	4
Maranguape	7	3	4	1 112	430	652	30	—	27	35	36
Morada Nova	2	—	2	8	—	—	8	—	3	3	1
Pacajus	1	—	1	—	—	—	—	—	1	1	—
Pacatuba	2	—	2	—	—	—	—	—	2	1	1
Petencoste	1	1	—	12	12	—	—	—	1	2	3
Quixadá	1	—	1	18	—	4	14	—	3	5	—
Quixeramobim	1	1	—	—	—	—	—	—	1	—	—
Redenção	3	1	2	310	—	310	—	—	5	2	15
Russas	2	1	1	44	44	—	—	—	4	4	6
São Benedito	1	—	1	—	—	—	—	—	1	4	—
Sobral	12	5	7	200	166	12	22	—	29	25	14
Uruburetama	1	1	—	—	—	—	—	—	1	—	1
<i>ESTADO</i>	144	41	103	3 636	1 070	1 999	517	50	477	399	252
RIO GRANDE DO NORTE											
Acari	2	—	2	17	—	—	17	—	2	3	3
Açu	1	—	1	—	—	—	—	—	1	—	—
Areia Branca	4	3	1	—	—	—	—	—	4	5	—
Caicó	3	—	3	56	40	—	16	—	6	5	4
Currais Novos	—	1	3	52	32	—	20	—	6	6	4
Florânia	1	—	1	5	—	—	5	—	1	1	—
Jardim do Seridó ...	1	—	1	11	—	—	11	—	1	1	2
Lajes	1	1	—	—	—	—	—	—	1	—	—

ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR — 1954

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS DE ASSISTENCIA HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR										
	Total	Segundo a entidade mantenedora		Número de leitos				Pessoal em atividade			
		Oficial	Particular	Total	Segundo a finalidade				Médicos	Enfermeiros	Auxiliares de enfermagem
					Geral	Especializada (1)	Maternidade	Outras finalidades			
RIO GRANDE DO NORTE (conclusão)											
Macaíba	1	—	1	21	8	—	7	6	1	2	1
Macau	2	1	1	17	—	1	16	—	2	3	1
Martins ..	1	—	1	18	—	—	18	—	1	3	—
Mossoró	7	1	6	107	67	—	40	—	18	18	2
Natal ..	27	11	16	1 335	473	603	190	69	204	41	107
Nísia Floresta	1	1	—	7	6	—	1	—	1	2	—
Parelhas	1	—	1	20	—	—	20	—	1	4	—
Santa Cruz ..	1	—	1	39	16	—	23	—	1	2	2
Santana do Matos	1	—	1	160	—	—	160	—	1	1	1
São Bento do Norte	1	1	—	—	—	—	—	—	1	3	—
Serra Negra do Norte	2	—	2	14	—	—	14	—	2	2	1
Touros	1	1	—	—	—	—	—	—	1	1	—
ESTADO	63	21	42	1 879	642	604	558	75	256	103	128
PARAÍBA											
Alagoa Grande	1	1	—	41	—	16	11	14	2	2	10
Arcia ..	2	—	1	7	7	—	—	—	1	1	1
Bananeiras	1	1	1	40	10	1	29	—	3	5	5
Brejo da Cruz	1	—	1	—	—	—	—	—	1	—	1
Caçara ..	1	—	1	—	—	—	—	—	1	3	—
Cajazeiras ..	2	1	1	75	26	21	20	8	4	21	7
Campina Grande	12	6	6	285	175	7	103	—	78	53	36
Coremas	1	1	—	20	6	2	12	—	1	8	—
João Pessoa	32	20	12	1 356	536	554	191	75	221	126	168
Mamanguape	2	—	2	36	36	—	—	—	2	17	5
Patos	1	—	1	22	9	2	10	—	3	—	5
Pocinhos ..	1	1	—	30	—	30	—	—	3	4	—
Pombal	1	—	1	—	—	—	—	—	1	8	—
Princesa Isabel	1	—	1	—	—	—	—	—	1	3	—
Santa Luzia	1	—	1	10	—	—	10	—	1	1	3
Santa Rita	5	1	4	214	76	138	—	—	8	4	10
Sapé	2	2	—	56	35	7	11	3	4	7	7
Sousa	1	1	—	15	9	—	6	—	1	3	3
Umbuzeiro	1	—	1	—	—	—	—	—	1	—	2
ESTADO	69	35	34	2 207	925	779	403	100	337	266	263
PERNAMBUCO											
Água Preta	2	—	2	18	18	—	—	—	2	2	1
Alagoins	1	—	1	—	—	—	—	—	1	1	—
Arcoverde ..	1	1	—	40	18	12	10	—	3	2	—
Barreiros ..	5	2	3	272	46	220	6	—	9	7	13
Belo Jardim	1	1	—	32	32	—	—	—	2	2	—
Caruaru	1	1	—	103	—	48	23	32	6	2	2
Catende	2	—	2	14	14	—	—	—	4	13	—
Escada	6	1	5	108	56	32	16	4	13	10	5
Flores ..	1	1	—	—	—	—	—	—	1	1	3
Floresta	1	1	—	80	36	24	20	—	1	4	1
Guaranhuns	1	1	—	100	52	32	16	—	5	5	6
Goiana	1	1	—	68	28	8	32	—	3	1	1
Gravatá	1	—	1	18	10	2	6	—	3	2	2
Igarapé ..	1	1	—	200	—	200	—	—	3	—	2
Jaboatão	3	1	2	26	6	—	20	—	10	7	4
Limoeiro	1	1	—	94	33	41	12	8	2	4	—
Moreno	1	—	1	—	—	—	—	—	2	3	2
Nazaré da Mata	1	1	—	70	29	18	19	4	2	4	2
Olinda	1	1	—	31	10	10	8	3	4	4	—
Orobó	1	1	—	—	—	—	—	—	1	1	—
Palmares	4	3	1	89	54	30	5	—	6	5	2
Paudalho	2	—	2	40	37	3	—	—	2	2	2
Paulista	3	2	1	470	17	45	24	384	22	15	17
Pedra	1	—	1	20	12	4	4	—	1	4	—
Pesqueira	2	2	—	90	37	26	17	10	7	4	5
Petrolândia	1	1	—	22	16	—	6	—	1	2	4
Petrolina	2	1	1	30	20	—	10	—	3	1	16
Recife	49	18	31	4 459	711	2 193	530	1 025	676	431	341
Ribeirão ..	4	—	4	4	4	—	—	—	9	9	2
Rio Formoso ..	1	—	1	—	—	—	—	—	1	5	—
São José do Belmonte	1	1	—	—	—	—	—	—	1	1	1
São Lourenço da Mata	4	—	4	—	—	—	—	—	9	6	4
Serra Talhada	1	1	—	100	50	31	19	—	3	5	4
Sertânia	1	1	—	50	32	14	4	—	2	4	2

ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR — 1954

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR										
	Total	Segundo a entidade mantenedora		Número de leitos				Pessoal em atividade			
		Oficial	Particular	Total	Segundo a finalidade				Médicos	Enfermeiros	Auxiliares de enfermagem
					Geral	Especializada (1)	Maternidade	Outras finalidades			
PERNAMBUCO (conclusão)											
Sirinhaém	2	—	2	—	—	—	—	—	2	2	4
Surubim	1	—	1	66	39	12	15	—	2	5	2
Tabira	1	—	1	—	—	—	—	—	1	1	—
També	2	2	—	61	23	—	38	—	4	4	—
Timbaúba	1	—	1	77	62	—	15	—	3	10	—
Vicência	1	—	1	8	6	—	2	—	1	1	1
Vitória de Santo Antão	1	—	1	18	10	—	8	—	5	5	2
<i>ESTADO</i>	<i>118</i>	<i>48</i>	<i>70</i>	<i>6 878</i>	<i>1 518</i>	<i>3 005</i>	<i>885</i>	<i>1 470</i>	<i>838</i>	<i>597</i>	<i>453</i>
ALAGOAS											
Atalaia	1	—	1	—	—	—	—	—	2	3	—
Capela	1	—	1	—	—	—	—	—	1	1	1
Colônia Leopoldina	4	—	4	4	2	—	2	—	4	—	5
Coruripe	1	1	—	6	6	—	—	—	1	1	1
Maceió	35	8	27	1 210	225	725	90	170	168	79	176
Marechal Deodoro	1	1	—	—	—	—	—	—	1	1	—
Murici	2	1	1	—	—	—	—	—	2	1	1
Palmeira dos Índios	2	—	2	26	9	6	6	5	3	2	2
Pão de Açúcar	1	—	1	—	—	—	—	—	1	—	1
Penedo	4	1	3	114	56	30	28	—	15	7	14
Pilar	2	—	2	80	40	—	40	—	2	4	1
Pôrto Calvo	1	—	1	—	—	—	—	—	1	1	—
Rio Largo	3	1	2	35	30	—	5	—	8	8	6
São José da Laje	2	—	2	29	29	—	—	—	3	8	1
São Luís do Quitunde	2	—	2	—	—	—	—	—	2	2	—
São Miguel dos Campos	2	—	2	46	46	—	—	—	2	2	3
União dos Palmares	2	—	2	30	—	—	30	—	2	3	1
Viçosa	2	—	2	97	82	5	10	—	3	2	—
<i>ESTADO</i>	<i>68</i>	<i>13</i>	<i>55</i>	<i>1 677</i>	<i>525</i>	<i>766</i>	<i>211</i>	<i>175</i>	<i>221</i>	<i>125</i>	<i>213</i>
SERGIPE											
Aracaju	33	18	15	674	92	466	56	60	140	23	126
Buquim	1	—	1	82	12	5	3	62	1	—	3
Capela	2	1	1	35	25	—	10	—	2	2	2
Carmópolis	1	—	1	14	14	—	—	—	1	—	—
Estância	6	1	5	70	33	11	26	—	13	12	10
Itabaiana	1	—	1	26	26	—	—	—	1	1	1
Itabaianinha	1	—	1	11	11	—	—	—	1	—	1
Itaporanga D'Ajuda	2	—	2	12	—	—	12	—	2	3	1
Japarutaba	3	—	3	35	26	2	7	—	3	3	1
Lagarto	3	—	3	24	17	—	7	—	3	3	—
Laranjeiras	2	—	2	22	22	—	—	—	2	—	3
Marumim	1	—	1	37	23	2	8	4	3	2	1
Neópolis	4	—	4	—	—	—	—	—	7	9	7
N. S. do Socorro	2	2	—	101	25	76	—	—	2	3	2
Pacatuba	1	—	1	40	20	12	—	8	1	2	2
Propriá	3	1	2	84	44	6	28	6	6	6	8
Riachão do Dantas	1	—	1	—	—	—	—	—	1	1	1
Riachuelo	1	—	1	36	22	—	14	—	2	6	—
Rosário do Catete	1	—	1	14	14	—	—	—	1	2	1
Salgado	1	—	1	—	—	—	—	—	1	1	—
São Cristóvão	7	1	6	17	10	4	3	—	8	—	12
Simão Dias	1	—	1	40	40	—	—	—	2	1	3
Tobias Barreto	1	—	1	22	20	2	—	—	2	3	1
<i>ESTADO</i>	<i>79</i>	<i>24</i>	<i>55</i>	<i>1 396</i>	<i>496</i>	<i>586</i>	<i>174</i>	<i>140</i>	<i>205</i>	<i>83</i>	<i>186</i>
BAHIA											
Alagoinhas	6	4	2	105	50	28	22	5	10	6	14
Amargosa	2	—	2	30	25	5	—	—	6	4	3
Barra	1	1	—	20	12	4	4	—	1	2	14
Belmonte	4	1	3	50	40	—	10	—	5	3	8
Bom Jesus da Lapa	2	1	1	85	79	—	6	—	2	10	10
Cachoeira	4	1	3	93	83	10	—	—	5	8	5
Campo Formoso	1	—	1	—	—	—	—	—	1	—	3
Canavieiras	2	1	1	99	70	18	11	—	6	10	3
Caravelas	2	2	—	—	—	—	—	—	3	1	2
Castro Alves	2	—	2	22	—	—	22	—	2	6	1
Cipó	1	—	1	—	—	—	—	—	1	1	—
Conceição do Almeida	1	1	—	—	—	—	—	—	1	1	—

ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR — 1954

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR										
	Total	Segundo a entidade mantenedora		Número de leitos				Pessoal em atividade			
		Oficial	Particular	Total	Segundo a finalidade				Médicos	Enfermeiros	Auxiliares de enfermagem
					Geral	Especializada (1)	Maternidade	Outras finalidades			

BAHIA (conclusão)

Correntina	1	—	1	9	—	—	9	—	1	1	—
Cruz das Almas	1	—	1	60	60	—	—	—	3	4	1
Eplanada	2	—	2	94	52	25	3	14	3	4	1
Euclides da Cunha	1	1	—	—	—	—	—	—	1	1	3
Feira de Santana	6	1	5	110	73	11	20	6	26	10	6
Glória	1	—	1	72	12	38	22	—	3	12	17
Ilhéus	9	2	7	203	151	—	52	—	23	17	32
Ipirá	2	—	2	10	5	3	2	—	3	10	2
Itabuna	1	—	1	4	—	—	4	—	1	3	1
Itabuna	4	—	4	142	65	49	28	—	17	16	26
Jacobina	2	—	2	27	27	—	—	—	7	2	—
Jequié	8	2	6	153	67	60	26	—	20	15	25
Juazeiro	5	1	4	103	60	13	30	—	16	20	29
Lençóis	1	—	1	55	30	20	3	2	2	18	1
Livramento do Brumado	1	1	—	—	—	—	—	—	1	1	—
Maragogipe	3	—	3	45	40	—	1	4	6	5	3
Mutuípe	1	1	—	—	—	—	—	—	1	2	1
Nazaré	3	1	2	110	78	2	8	22	5	3	2
Poções	1	1	—	—	—	—	—	—	1	1	1
Ruy Barbosa	3	1	2	53	47	3	3	—	3	5	2
Salvador	55	24	31	4 644	2 452	1 958	134	100	937	315	612
Santa Inês	1	—	1	—	—	—	—	—	1	1	1
Santo Amaro	13	2	11	141	89	22	30	—	18	24	11
Santo Antônio de Jesus	3	1	2	98	94	2	2	—	6	4	4
São Félix	3	2	1	25	25	—	—	—	4	6	—
São Francisco do Conde	7	1	6	15	—	5	5	5	9	15	5
São Gonçalo dos Campos	1	—	1	40	32	3	5	—	2	3	2
São Miguel das Matas	1	1	—	—	—	—	—	—	1	—	—
São Sebastião do Passé	1	—	1	—	—	—	—	—	1	1	—
Saúde	1	1	—	28	5	15	8	—	3	—	5
Senhor do Bonfim	3	1	2	33	33	—	—	—	6	4	2
Serrinha	2	1	1	8	6	2	—	—	3	3	—
Valença	2	—	2	92	86	—	6	—	4	5	3
Vitória da Conquista	8	—	8	185	162	—	23	—	58	20	10
Xique-Xique	1	—	1	3	2	1	—	—	1	1	—
ESTADO	186	58	128	7 066	4 112	2 297	499	158	1 240	604	871

MINAS GERAIS

Abacté	1	—	1	38	36	2	—	—	6	3	—
Abre Campo	1	—	1	60	40	10	—	10	2	—	—
Aimorés	2	—	2	112	104	—	8	—	10	11	12
Aiuruoca	2	—	2	30	20	8	2	—	3	1	2
Além Paraíba	2	—	2	167	163	4	—	—	10	10	9
Alfenas	1	—	1	110	53	24	24	—	7	6	3
Almenara	1	—	1	60	30	—	—	30	1	1	1
Alto Rio Doce	2	—	2	32	26	—	6	—	2	3	—
Alvinópolis	1	—	1	28	25	—	3	—	1	2	1
Andradas	1	—	1	37	30	5	2	—	4	3	1
Andrelândia	1	—	1	60	30	18	12	—	4	3	1
Antônio Carlos	1	—	1	42	—	42	—	—	2	2	1
Araçuaí	1	—	1	50	35	4	11	—	1	3	—
Araguari	5	—	5	146	88	54	4	—	31	8	7
Araxá	2	—	2	70	60	—	10	—	8	8	6
Areão	1	—	1	38	22	3	5	8	2	—	1
Baependi	1	—	1	45	43	2	—	—	1	2	1
Bambuí	3	—	3	1 034	28	1 000	—	6	9	3	14
Barão de Cocais	2	—	2	—	—	—	—	—	3	2	10
Barbacena	13	4	9	3 779	128	3 521	48	82	65	68	44
Belo Horizonte	89	45	44	4 365	1 360	2 349	313	343	1 115	417	468
Betim	1	—	1	238	238	—	—	—	1	—	—
Bias Fortes	1	—	1	20	16	1	—	3	2	—	1
Bicas	1	—	1	33	33	—	—	—	5	1	1
Boa Esperança	1	—	1	35	31	4	—	—	5	2	1
Bocaiuva	2	1	1	46	39	4	3	—	2	1	12
Bom Despacho	2	—	2	64	47	11	6	—	7	2	—
Bom Jesus do Galho	1	—	1	8	8	—	—	—	2	—	1
Bom Sucesso	1	—	1	37	23	6	8	—	2	—	2
Borda da Mata	1	—	1	40	34	4	2	—	3	—	2
Botelhos	1	—	1	25	19	3	3	—	1	2	—
Brasópolis	2	—	2	106	102	2	2	—	3	1	2
Braúmas	1	—	1	40	25	5	10	—	4	12	4
Brumadinho	1	—	1	—	—	—	—	—	1	—	—
Buenópolis	1	1	—	—	—	—	—	—	1	—	1

ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR — 1954

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR											
	Total	Segundo a entidade mantenedora		Número de leitos				Pessoal em atividade				
		Oficial	Particular	Total	Segundo a finalidade				Médicos	Enfermeiros	Auxiliares de enfermagem	
					Geral	Especializada (1)	Maternidade	Outras finalidades				
MINAS GERAIS (continuação)												
Cabo Verde	1	—	1	29	17	8	—	2	—	2	5	1
Caetanópolis	1	—	1	36	34	—	2	—	—	2	2	3
Caeté	3	—	3	75	60	7	8	—	12	—	4	2
Caldas	1	—	1	30	24	2	4	—	3	—	2	2
Camanduacá	1	—	1	14	14	—	—	—	1	—	2	—
Cambuá	1	—	1	12	12	—	—	—	1	—	2	—
Cambuquira	2	—	2	24	12	6	6	—	4	—	1	2
Campanha	3	—	3	120	80	21	19	—	6	—	2	3
Campestre	1	—	1	44	28	13	3	—	2	—	2	—
Campina Verde	1	—	1	57	49	4	4	—	6	—	6	2
Campo Belo	1	—	1	29	29	—	—	—	7	—	5	2
Carangola	1	—	1	129	45	84	—	—	14	—	14	10
Caratinga	3	—	3	90	62	20	8	—	15	—	8	6
Carlos Chagas	1	—	1	16	14	—	2	—	1	—	1	2
Carmo da Mata	1	—	1	70	40	10	20	—	2	—	4	3
Carmo de Minas	1	—	1	52	48	2	2	—	3	—	3	2
Carmo do Paranãba	1	—	1	26	24	2	—	—	2	—	2	—
Carmo do Rio Claro	1	—	1	38	38	—	—	—	3	—	3	—
Cássia	1	—	1	100	60	26	14	—	5	—	2	2
Cataguases	3	—	3	263	121	18	28	96	14	—	16	7
Caxambu	5	—	3	210	164	20	26	—	18	—	5	12
Cipotânea	1	—	1	6	6	—	—	—	1	—	1	—
Conceição das Alagoas	1	—	1	12	10	2	—	—	1	—	—	—
Conceição do Mato Dentro	1	—	1	62	50	2	4	—	6	—	2	2
Congonhas	3	—	2	9	9	—	—	—	5	—	3	4
Conquista	2	—	2	26	22	—	4	—	3	—	—	1
Conselheiro Lafaiete	9	—	4	164	134	—	30	—	28	—	20	10
Conselheiro Pena	1	—	1	8	5	3	—	—	1	—	1	—
Contagem	1	—	1	—	—	—	—	—	4	—	1	—
Cordisburgo	1	—	1	22	—	—	16	—	1	—	4	—
Corinto	1	—	1	—	—	—	—	—	2	—	1	—
Coromandel	2	—	2	33	33	—	—	—	4	—	2	2
Coronel Fabriciano	2	—	2	152	86	56	10	—	15	—	8	35
Cristina	1	—	1	39	30	2	—	—	7	—	2	1
Curvelo	4	—	1	129	106	9	14	—	21	—	8	5
Diamantina	3	—	3	313	250	29	34	—	11	—	14	11
Dionísio	1	—	1	27	23	—	4	—	1	—	3	17
Divinópolis	3	—	2	74	33	34	7	—	20	—	9	4
Dom Silvério	1	—	1	18	14	—	—	—	4	—	—	2
Dores do Indaiá	1	—	1	58	58	—	—	—	4	—	3	—
Elói Mendes	1	—	1	28	20	4	—	—	4	—	4	—
Entre Rios de Minas	1	—	1	72	49	13	5	—	5	—	2	1
Ervália	1	—	1	30	30	—	—	—	2	—	3	—
Esmeraldas	1	—	1	15	15	—	—	—	1	—	—	1
Formiga	1	—	1	42	20	10	—	—	12	—	7	6
Frutal	1	—	1	12	9	—	3	—	3	—	2	1
Governador Valadares	9	—	8	151	77	38	18	—	24	—	18	6
Guanhães	3	—	3	72	—	12	6	—	6	—	15	8
Guapé	1	—	1	28	25	2	1	—	3	—	1	—
Guaranésia	1	—	1	34	31	—	3	—	2	—	3	2
Guarani	1	—	1	—	—	—	—	—	2	—	1	2
Guaxupé	2	—	2	92	60	4	28	—	8	—	9	3
Guidoval	1	—	1	10	10	—	—	—	1	—	1	—
Ibiá	3	—	2	—	—	—	—	—	6	—	—	3
Inhapim	1	—	1	26	26	—	—	—	3	—	1	—
Ipanema	1	—	1	13	13	—	—	—	3	—	2	1
Itabira	2	—	2	100	90	—	10	—	7	—	10	3
Itabirito	2	—	2	61	55	—	6	—	6	—	6	1
Itajubá	4	—	2	251	199	8	44	—	19	—	17	10
Itamarandiba	1	—	1	104	72	7	21	—	4	—	8	2
Itambacuri	1	—	1	18	18	—	—	—	2	—	1	—
Itamonte	1	—	1	22	22	—	—	—	1	—	2	—
Itanhandu	1	—	1	83	59	18	6	—	3	—	4	1
Itapecerica	3	—	3	100	80	—	20	—	5	—	4	7
Itaúna	1	—	1	65	65	—	—	—	12	—	1	5
Ituiutaba	5	—	5	76	54	23	9	—	26	—	9	13
Jabuticatubas	1	—	1	20	18	—	2	—	1	—	2	1
Jacutinga	1	—	1	33	31	—	2	—	4	—	2	2
Januária	3	—	1	70	51	4	15	—	7	—	4	14
Jequeri	2	—	2	64	52	—	—	—	4	—	4	2
Jequitinhonha	2	—	2	30	22	—	8	—	2	—	—	4
Juiz de Fora	50	—	16	1 271	303	859	94	—	316	—	78	137
Ladainha	1	—	1	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Lagoa da Prata	1	—	1	37	24	3	10	—	2	—	2	1
Lajinha	1	—	1	6	3	3	—	—	1	—	2	—
Lambari	2	—	2	72	58	12	—	—	5	—	3	2

ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR — 1954

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR										
	Total	Segundo a entidade mantenedora		Número de leitos				Pessoal em atividade			
		Oficial	Particular	Total	Segundo a finalidade				Médicos	Enfermeiros	Auxiliares de enfermagem
					Geral	Especializada (1)	Maternidade	Outras finalidades			
Lavras..	2	—	2	204	135	15	12	42	13	13	5
Leopoldina	3	—	3	119	89	20	10	—	13	11	9
Lima Duarte	3	—	3	75	40	—	5	30	4	6	3
Luz..	1	—	1	25	15	5	5	—	1	3	—
Machado	1	—	1	85	55	—	30	—	4	3	3
Malacacheta	1	—	1	30	29	—	1	—	1	—	2
Manhuaçu	3	—	3	113	83	16	14	—	12	7	3
Manhumirim..	3	—	3	124	86	20	12	6	21	21	6
Mantena..	2	—	2	22	15	5	2	—	5	2	3
Mar de Espanha	1	—	1	47	40	2	5	—	5	1	2
Mariana	2	—	2	128	110	4	—	14	3	4	5
Martinho Campos	1	—	1	10	10	—	—	—	1	2	—
Matias Barbosa	3	—	3	106	—	106	—	—	3	6	3
Matozinhos	1	—	1	3	3	—	—	—	1	—	1
Mercês..	1	—	1	60	60	—	—	—	1	—	4
Minas Novas..	1	1	—	30	30	—	—	—	1	1	1
Miraf	1	—	1	48	40	2	3	—	2	2	1
Monte Santo de Minas	1	—	1	52	30	16	4	2	3	2	1
Montes Claros	5	2	3	175	82	57	36	—	18	15	17
Muriae	2	1	1	148	86	36	26	—	15	4	5
Mutum..	1	—	1	25	25	—	—	—	3	1	1
Muzambinho	2	—	2	52	40	12	—	—	5	8	—
Nanuque...	2	1	1	8	6	1	1	—	3	3	1
Natércia	1	—	1	20	20	—	—	—	1	—	2
Nova Era	2	—	2	50	42	1	—	3	4	6	2
Nova Lima	6	2	4	202	45	133	24	—	29	16	19
Novo Cruzeiro	1	—	1	15	15	—	—	—	1	1	—
Oliveira	3	1	2	220	60	150	10	—	11	4	5
Ouro Fino	1	—	1	60	48	—	12	—	9	4	2
Ouro Preto	1	—	1	107	85	16	6	—	6	2	2
Pains	1	—	1	21	21	—	—	—	1	—	1
Paracatu..	3	—	3	50	46	4	—	—	10	4	2
Pará de Minas	3	—	3	102	60	12	21	—	12	4	6
Paraguaçu..	2	—	2	40	34	6	—	—	3	1	1
Paraisópolis	1	—	1	65	63	2	—	—	3	3	2
Passa Quatro	1	—	1	60	48	—	12	—	3	3	2
Patos de Minas	3	1	2	180	121	38	17	4	10	11	8
Patrocínio	2	—	2	36	25	—	—	11	6	7	3
Peçanha..	1	—	1	36	36	—	—	—	4	3	1
Pedra Azul	2	—	2	54	39	4	7	4	2	2	—
Pedralva..	1	—	1	10	10	—	—	—	2	1	—
Pedro Leopoldo	1	1	—	—	—	—	—	—	1	—	—
Perdões	2	—	2	65	61	4	—	—	3	7	2
Piranga..	1	—	1	21	18	1	2	—	2	—	1
Pirapetinga..	1	—	1	20	20	—	—	—	1	1	—
Pirapora..	2	2	—	30	16	6	8	—	4	4	15
Pitangui..	1	—	1	72	61	—	11	—	4	4	—
Piú	4	—	4	54	36	6	12	—	12	5	4
Poço Fundo	1	—	1	16	16	—	—	—	1	1	—
Poços de Caldas	2	—	2	143	128	1	14	—	16	23	11
Ponte Nova	1	—	1	381	276	42	23	40	20	11	8
Pôrto Firme	1	—	1	12	12	—	—	—	2	—	1
Poté...	2	—	2	45	34	8	3	—	2	—	2
Pouso Alegre	2	1	1	120	110	10	—	—	5	2	6
Pouso Alto	1	—	1	59	51	4	4	—	1	1	1
Prados..	2	—	2	32	30	—	2	—	2	3	—
Prata..	1	—	1	43	32	8	3	—	3	1	3
Presidente Bernardes	2	—	2	35	21	10	4	—	4	3	3
Raposos..	1	1	—	—	—	—	—	—	2	1	1
Resende Costa	1	—	1	39	23	12	—	4	1	3	1
Resplendor	2	—	2	64	33	14	5	12	5	4	1
Ribeirão Vermelho..	1	1	—	—	—	—	—	—	1	—	1
Rio Acima	1	—	1	4	—	2	2	—	2	1	—
Rio Casca	1	—	1	88	70	12	6	—	6	3	—
Rio Espera	1	—	1	18	6	6	5	1	2	—	2
Rio Novo	3	—	3	70	62	4	4	—	7	5	2
Rio Piracicaba	2	—	2	125	79	34	12	—	13	33	36
Rio Pomba	3	1	2	64	44	—	14	6	13	6	10
Rio Preto	2	—	2	31	27	—	4	—	4	2	2
Rubim..	1	—	1	20	12	8	—	—	1	1	—
Sabará..	8	3	5	492	122	307	5	58	26	31	21
Sabinópolis	1	—	1	120	115	—	5	—	2	2	7
Sacramento..	1	—	1	26	21	2	3	—	4	3	1
Salto da Divisa	1	—	1	24	24	—	—	—	1	1	1
Santa Bárbara	1	—	1	70	50	10	—	10	3	2	2
Santa Luzia	1	—	1	35	35	—	—	—	1	4	—

MINAS GERAIS (continuação)

ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR — 1954

MUNICÍPIOS	ESTABELECEMENTOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR										
	Total	Segundo a entidade mantenedora		Número de leitos				Pessoal em atividade			
		Oficial	Particular	Total	Segundo a finalidade				Médicos	Enfermeiros	Auxiliares de enfermagem
					Geral	Especializada (1)	Maternidade	Outras finalidades			

MINAS GERAIS (conclusão)

Santa Rita de Jacutinga	1	—	1	14	10	4	—	—	1	—	2
Santa Rita do Sapucaí	2	—	2	82	58	8	16	—	5	2	4
Santo Antônio do Amparo	3	—	3	40	37	—	—	3	5	2	5
Santo Antônio do Monte	1	—	1	30	20	10	—	—	2	1	2
Santos Dumont	6	2	4	301	85	130	40	46	15	8	15
São Domingos do Prata	1	—	1	20	17	—	—	3	3	2	—
São Gonçalo do Sapucaí	2	—	2	42	42	—	—	—	7	3	5
São Gotardo	2	—	2	56	40	5	11	—	4	5	—
São João Del Rei	5	—	5	419	293	79	47	—	30	20	21
São João Evangelista	1	1	—	—	—	—	—	—	1	—	1
São João Nepomuceno	2	—	2	66	41	20	5	—	7	6	2
São Lourenço	2	—	2	46	20	17	4	5	7	3	7
São Sebastião do Paraíso	3	1	2	176	87	56	33	—	19	5	16
São Tomás de Aquino	1	—	1	25	25	—	—	—	1	2	—
São Vicente de Minas	1	—	1	180	80	60	40	—	3	—	—
Sérro	2	—	2	79	60	10	—	9	5	5	6
Sete Lagoas	4	1	3	176	128	33	15	—	22	1	9
Simonésia	1	—	1	18	18	—	—	—	1	—	—
Soledade de Minas	1	—	1	—	—	—	—	—	1	—	—
Tarumirim	1	—	1	8	8	—	—	—	1	1	—
Teixeiras	1	—	1	28	16	1	1	10	2	1	1
Teófilo Ottoni	9	2	7	245	132	103	10	—	36	16	4
Tiros	1	—	1	2	—	2	—	—	1	2	—
Tombos	1	—	1	35	16	7	12	—	2	2	1
Três Corações	3	1	2	65	34	23	8	—	9	9	5
Três Pontas	1	—	1	60	35	20	5	—	6	2	2
Tupaciguara	2	—	2	49	10	20	5	14	4	—	8
Ubá	1	—	1	124	60	23	33	8	12	4	21
Uberaba	8	—	8	573	394	156	23	—	86	56	46
Uberlândia	11	1	10	163	74	73	14	2	35	17	13
Varginha	5	1	4	236	212	—	24	—	40	7	9
Várzea da Palma	1	—	1	49	37	2	7	3	2	—	7
Vespasiano	2	1	1	—	—	—	—	—	2	1	—
Viçosa	3	2	1	89	71	10	8	—	8	8	7
Virginópolis	2	—	2	35	26	—	9	—	2	1	3
Visconde do Rio Branco	1	—	1	100	59	21	20	—	5	—	8
Volta Grande	1	—	1	—	—	—	—	—	1	—	—
ESTADO	569	121	448	25 805	12 258	10 576	1 880	1 091	2 902	1 524	1 436

ESPÍRITO SANTO

Afonso Cláudio	1	—	1	10	10	—	—	—	2	—	—
Alegre	2	1	1	50	38	—	12	—	6	3	3
Anchieta	1	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1
Baixo Guandu	2	1	1	78	—	26	8	44	5	1	13
Barra de São Francisco	1	—	1	6	6	—	—	—	1	1	—
Cachoeiro de Itapemirim	5	1	4	219	84	119	16	—	21	16	14
Cariacica	5	3	2	852	—	850	2	—	13	17	32
Castelo	2	—	2	46	34	7	5	—	9	3	7
Colatina	9	2	7	134	102	10	22	—	25	10	25
Conceição da Barra	2	—	2	2	2	—	—	—	2	1	1
Domingos Martins	1	—	1	9	9	—	—	—	1	—	—
Espírito Santo	5	1	4	—	—	—	—	—	10	11	5
Guaçuí	1	—	1	32	14	10	3	5	5	6	—
Guarapari	1	1	—	3	3	—	—	—	1	—	2
Ibiraçu	1	—	1	—	—	—	—	—	1	4	—
Itaguaçu	3	—	3	36	14	15	5	2	5	7	2
Mimoso do Sul	2	—	2	60	3	15	5	37	2	1	6
Muqui	1	—	1	4	4	—	—	—	1	—	5
Nova Venécia	1	—	1	4	—	4	—	—	1	—	1
Santa Leopoldina	1	—	1	24	24	—	—	—	1	1	—
Santa Teresa	1	—	1	14	—	14	—	—	2	1	—
São José do Calçado	1	—	1	31	26	—	5	—	1	1	1
Vitória	22	9	13	801	175	380	67	179	129	106	82
ESTADO	71	20	51	2 415	548	1 450	150	267	245	191	200

RIO DE JANEIRO

Angra dos Reis	4	3	1	157	157	—	—	—	10	4	3
Araruama	1	1	—	20	20	—	—	—	1	2	—
Barra do Pirajó	7	4	3	713	96	604	13	—	20	17	53
Barra Mansa	2	—	2	213	114	56	36	7	31	60	2
Bom Jardim	1	—	1	24	20	4	—	—	4	3	2

ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR — 1954

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR										
	Total	Segundo a entidade mantenedora		Número de leitos				Pessoal em atividade			
		Oficial	Particular	Total	Segundo a finalidade				Médicos	Enfermeiros	Auxiliares de enfermagem
					Geral	Especializada (1)	Maternidade	Outras finalidades			

RIO DE JANEIRO (conclusão)

Bom Jesus do Itabapoana	1	—	1	38	18	10	10	—	4	4	—
Cabo Frio	4	2	2	31	31	—	—	—	4	2	3
Cachoeiras de Macacu	2	2	—	48	16	10	12	10	4	3	1
Cambuci	1	—	1	—	—	—	—	—	1	—	1
Campos	24	5	19	1 129	354	574	83	118	160	61	150
Cantagalo	2	—	2	24	19	5	—	—	5	1	—
Carmo	1	1	—	150	—	150	—	—	2	—	5
Duque de Caxias	6	1	5	60	42	3	15	—	33	15	16
Itaboraí	2	1	1	677	30	646	1	—	8	2	5
Itaguaí	3	2	1	34	27	2	5	—	32	15	13
Itaccara	2	—	2	25	19	2	4	—	2	2	2
Itaperuna	1	—	1	46	33	8	5	—	7	—	7
Itaverá	1	—	1	—	—	—	—	—	1	—	—
Macaé	5	—	5	117	95	10	12	—	11	15	3
Majé	5	—	5	40	30	4	4	2	8	11	9
Mangaratiba	3	1	2	94	57	17	11	9	5	6	6
Maricá	1	1	—	27	20	—	7	—	1	—	2
Marquês de Valença	8	3	5	195	134	29	24	8	17	13	15
Miracema	2	—	2	47	41	1	—	5	7	3	3
Natividade do Carangola	1	—	1	38	18	10	3	7	4	2	1
Nilópolis	3	1	2	—	—	—	—	—	4	—	4
Niterói	46	17	29	2 069	318	1 507	140	104	590	203	414
Nova Friburgo	12	2	10	210	69	85	56	—	44	28	22
Nova Iguaçu	8	2	6	162	74	37	41	10	41	28	9
Paraíba do Sul	5	—	5	118	118	—	—	—	7	3	12
Parati	2	—	2	42	34	—	8	—	3	1	3
Petrópolis	20	3	17	1 050	165	799	78	8	122	133	94
Piraí	4	1	3	148	61	44	39	4	14	12	11
Porciúncula	1	—	1	21	10	6	—	5	1	1	—
Resende	2	—	2	111	77	16	18	—	15	5	10
Rio Bonito	1	—	1	—	—	—	—	—	1	—	—
Santo Antônio de Pádua	1	—	1	45	24	5	6	10	6	1	4
São Fidélis	2	—	2	30	24	—	6	—	6	5	1
São Gonçalo	5	1	4	141	89	22	14	16	39	25	25
São João da Barra	1	—	1	14	—	—	5	9	1	2	1
São João de Meriti	2	—	2	—	—	—	—	—	2	1	4
São Pedro da Aldeia	3	1	2	—	—	—	—	—	3	3	—
São Sebastião do Alto	1	1	—	—	—	—	—	—	1	2	—
Saquarema	1	—	1	—	—	—	—	—	1	1	1
Silva Jardim	1	1	—	—	—	—	—	—	1	—	—
Sumidouro	1	—	1	—	—	—	—	—	1	—	—
Teresópolis	1	1	—	20	20	—	—	—	1	—	—
Trajano de Moraes	1	1	—	30	12	8	—	10	1	4	3
Três Rios	4	1	3	62	44	—	18	—	12	8	2
Vassouras	2	—	2	183	70	56	18	39	10	2	26
ESTADO	220	60	160	8 403	2 600	4 730	692	381	1 309	709	948

DISTRITO FEDERAL

Distrito Federal	319	97	222	24 334	4 867	15 058	1 881	2 528	5 570	2 359	4 336
------------------	-----	----	-----	--------	-------	--------	-------	-------	-------	-------	-------

SÃO PAULO

Adamantina	1	—	1	50	30	16	4	—	3	2	2
Aguaí	1	1	—	—	—	—	—	—	1	—	—
Agudos	1	—	1	78	38	23	16	1	6	3	1
Altinópolis	2	1	1	51	33	—	13	5	5	—	5
Americana	1	—	1	56	56	—	—	—	7	2	5
Amparo	2	—	2	113	—	32	22	59	8	7	7
Analândia	1	—	1	6	2	—	—	4	1	—	1
Andradina	4	—	4	168	156	—	12	—	15	—	16
Angatuba	1	1	—	—	—	—	—	—	1	—	—
Araçatuba	5	2	3	230	179	27	13	11	22	21	20
Araçoiaba da Serra	1	—	1	10	6	—	4	—	1	2	—
Araquara	3	—	3	350	168	95	63	24	40	15	24
Araras	1	—	1	82	58	—	15	9	10	6	4
Areias	1	—	1	18	18	—	—	—	1	1	1
Assis	5	—	5	186	90	33	48	15	47	17	15
Atibaia	1	—	1	85	34	10	20	21	6	3	1
Avaré	1	—	1	204	92	41	10	61	7	5	3
Bananal	1	—	1	56	52	—	3	1	1	3	—
Bariri	2	—	2	81	60	4	17	—	5	6	7
Barretos	6	1	5	195	107	40	9	39	37	12	14
Bastos	2	—	2	24	24	—	—	—	2	4	—

ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR — 1954

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR										
	Total	Segundo a entidade mantenedora		Número de leitos				Pessoal em atividade			
		Oficial	Particular	Total	Segundo a finalidade				Médicos	Enfermeiros	Auxiliares de enfermagem
					Geral	Especializada (1)	Maternidade	Outras finalidades			
SÃO PAULO (continuação)											
Batatais	1	—	1	83	35	36	12	—	9	2	3
Bauru	14	7	7	1 350	46	1 293	11	—	82	98	45
Bebedouro	2	—	2	232	177	30	25	—	11	13	8
Bernardino de Campos	1	—	1	42	30	—	12	—	3	2	3
Birigui	2	—	2	260	96	134	30	—	12	15	5
Bocaina	1	—	1	44	40	—	4	—	2	2	2
Botucatu	5	2	3	114	94	10	10	—	44	14	15
Bragança Paulista	3	—	3	157	120	34	2	1	13	17	3
Brotas	1	—	1	12	10	2	—	—	3	1	2
Caçapava	2	—	2	86	59	3	12	12	7	6	—
Cachoeira Paulista	4	2	2	65	53	2	8	2	7	2	5
Caconde	1	—	1	75	50	—	25	—	3	6	—
Cafelândia	1	—	1	58	50	4	4	—	1	4	—
Cajuru	1	—	1	58	37	—	3	18	6	6	4
Campinas	34	7	27	1 713	871	630	190	22	386	190	287
Campos do Jordão	11	—	11	1 699	—	1 699	—	—	28	59	20
Cananã	1	—	1	14	14	—	—	—	1	1	1
Capão Bonito	1	—	1	64	40	—	10	14	2	2	3
Capivari	1	—	1	66	45	15	6	—	4	3	2
Caraguatatuba	1	—	1	18	16	—	2	—	2	2	2
Casa Branca	2	1	1	1 580	—	1 537	7	36	8	—	91
Catanduva	4	—	4	209	176	—	13	20	33	18	8
Chavantes	1	—	1	30	30	—	—	—	2	1	1
Cosmorama	1	—	1	18	16	2	—	—	1	—	1
Cravinhos	1	—	1	70	66	2	2	—	4	1	1
Cruzeiro	5	—	5	80	60	8	9	3	13	9	8
Cubatão	3	1	2	10	8	2	—	—	8	8	9
Descalvado	1	—	1	40	40	—	—	—	4	3	—
Divinolândia	1	1	—	301	—	301	—	—	3	2	11
Dois Córregos	2	—	2	94	76	4	14	—	3	8	4
Dracena	2	—	2	24	16	6	2	—	10	3	2
Estréla D'Oeste	1	—	1	18	4	10	4	—	2	2	—
Fernandópolis	1	—	1	12	—	10	2	—	3	—	1
Flórida Paulista	1	—	1	20	20	—	—	—	3	—	2
França	4	1	3	320	90	215	15	—	34	12	9
Franco da Rocha	3	3	—	13 006	—	12 374	—	272	108	32	237
Gália	1	—	1	31	30	—	1	—	2	1	1
Garça	2	—	2	101	72	7	22	—	18	10	4
Guaira	1	—	1	6	6	—	—	—	1	—	1
Guararapes	1	—	1	12	4	6	2	—	2	4	1
Guararema	1	—	1	36	—	—	2	34	2	2	—
Guaratinguetá	5	1	4	138	88	18	31	—	23	23	8
Guariba	1	—	1	26	21	1	4	—	2	—	2
Guarujá	1	—	1	—	—	—	—	—	2	1	—
Guarulhos	2	1	1	695	30	659	5	2	16	36	5
Ibiúna	1	—	1	12	12	—	—	—	3	—	2
Igarapava	1	—	1	70	60	—	10	—	8	5	—
Iguape	2	—	2	70	38	—	12	20	2	4	3
Indaiatuba	2	1	1	11	—	—	11	—	4	2	1
Ipauçu	1	—	1	52	46	6	—	—	2	3	2
Itanhaém	1	—	1	4	4	—	—	—	2	—	1
Itapetininga	1	—	1	71	61	—	10	—	6	7	3
Itapeva	1	—	1	87	50	18	18	—	3	2	5
Itapira	2	—	2	675	94	559	22	—	12	17	3
Itápolis	2	—	2	91	91	—	—	—	10	10	1
Itararé	1	—	1	71	44	17	10	—	4	1	6
Itatiba	2	—	2	77	54	8	15	—	4	6	2
Itatinga	1	—	1	21	15	—	6	—	2	—	1
Itirapina	1	—	1	24	—	—	24	—	1	2	3
Itu	7	2	5	1 725	90	1 409	—	226	32	13	170
Ituverava	2	—	2	118	104	—	14	—	8	—	7
Jaboticabal	1	—	1	74	70	—	4	—	6	5	3
Jacaré	4	3	1	116	58	26	32	—	10	7	5
Jales	1	—	1	9	4	5	—	—	4	2	—
Jambeiro	1	—	1	18	18	—	—	—	1	—	—
Jardinópolis	2	1	1	53	41	10	2	—	4	4	2
Jáú	3	—	3	254	135	43	46	30	35	9	19
Joanópolis	1	—	1	12	12	—	—	—	1	2	—
José Bonifácio	1	—	1	40	40	—	—	—	3	2	3
Jundiaí	5	1	4	266	142	22	39	63	38	19	19
Lavinia	1	—	1	8	6	—	2	—	2	2	—
Leme	1	—	1	55	30	15	10	—	5	2	3
Lençóis Paulista	1	—	1	71	46	8	17	—	2	4	—
Limeira	6	—	6	99	90	3	6	—	34	16	7
Lins	5	1	4	192	92	62	38	—	27	13	6
Lorena	1	—	1	85	64	—	21	—	4	3	3

ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR — 1954

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR										
	Total	Segundo a entidade mantenedora		Número de leitos				Pessoal em atividade			
		Oficial	Particular	Total	Segundo a finalidade				Médicos	Enfermeiros	Auxiliares de enfermagem
					Geral	Especializada (1)	Maternidade	Outras finalidades			
SÃO PAULO (continuação)											
Lucélia	2	—	2	68	61	—	7	—	4	6	5
Mairiporã	1	—	1	26	24	—	2	—	1	—	—
Maracá	1	—	1	7	7	—	—	—	1	2	—
Marília	6	1	5	550	219	262	69	—	65	15	49
Martinópolis	1	—	1	40	40	—	—	—	2	4	1
Matão	1	—	1	55	35	—	20	—	5	5	2
Miguelópolis	1	—	1	24	10	10	2	2	2	—	3
Mineiros do Tietê	1	—	1	6	—	3	3	—	1	—	—
Mirandópolis	3	1	2	69	39	13	17	—	6	13	10
Mirassol	3	—	3	85	62	18	5	—	11	4	4
Mococa	2	—	2	192	76	43	47	26	16	6	16
Mogi das Cruzes	2	1	1	1 554	45	1 506	3	—	16	6	80
Mogi-Guaçu	1	—	1	17	17	—	—	—	2	2	—
Mogi-Mirim	1	—	1	60	36	14	10	—	8	8	2
Monte Alegre do Sul	1	—	1	10	—	—	10	—	1	4	—
Monte Alto	1	—	1	70	56	—	14	—	4	3	4
Monte Aprazível	1	—	1	86	70	8	1	7	4	5	4
Monte Azul Paulista	1	—	1	18	—	—	18	—	1	2	—
Neves Paulista	1	—	1	26	20	—	6	—	3	1	1
Novo Horizonte	2	—	2	54	40	—	14	—	13	9	6
Olimpia	3	—	3	129	106	12	11	—	10	10	4
Osvaldo Cruz	2	—	2	44	36	8	—	—	5	18	12
Ourinhos	6	1	5	116	94	22	—	—	14	8	10
Paraguacu Paulista	2	—	2	78	59	17	2	—	9	5	2
Paraibuna	1	—	1	48	40	—	8	—	1	1	3
Pariquera-Açu	1	1	—	160	128	12	20	—	5	20	2
Patrocínio Paulista	1	—	1	12	12	—	—	—	1	2	—
Pederneiras	1	—	1	43	25	8	10	—	5	2	6
Pedregulho	1	—	1	28	26	—	2	—	2	2	1
Penápolis	1	—	1	52	32	4	16	—	7	4	3
Pereira Barreto	1	—	1	16	16	—	—	—	1	2	—
Pindamonhangaba	3	1	2	84	66	6	12	—	11	8	6
Pinhal	1	—	1	105	42	33	20	10	10	6	5
Piquete	1	—	1	—	—	—	—	—	1	1	—
Piracaia	1	—	1	60	60	—	—	—	1	1	1
Piracicaba	3	—	3	200	66	98	36	—	19	8	25
Piraju	1	—	1	70	40	20	10	—	7	1	10
Pirajuí	1	—	1	81	59	18	4	—	10	2	7
Piragununga	2	1	1	87	42	10	17	18	5	6	3
Piratininga	1	—	1	68	38	12	4	14	3	2	2
Pompéia	1	—	1	50	50	—	—	—	6	5	3
Pontal	1	—	1	60	47	—	8	5	4	1	3
Pôrto Feliz	2	—	2	74	48	20	6	—	8	3	7
Pôrto Ferreira	1	—	1	24	24	—	—	—	3	—	1
Potirendaba	1	—	1	8	6	2	—	—	1	—	1
Presidente Alves	1	—	1	42	30	—	12	—	3	4	2
Presidente Epitácio	2	2	—	—	—	—	—	—	2	3	—
Presidente Prudente	6	—	6	304	171	91	42	—	26	28	23
Presidente Venceslau	1	—	1	30	26	—	4	—	5	—	6
Quatá	1	—	1	16	13	2	1	—	3	1	2
Queluz	1	—	1	36	36	—	—	—	2	1	—
Regente Feijó	1	—	1	28	28	—	—	—	3	—	4
Ribeirão Preto	29	12	17	1 656	175	1 296	72	115	179	32	113
Rio Claro	7	1	6	200	110	42	36	12	23	20	12
Sales Oliveira	1	—	1	—	—	—	—	—	1	—	—
Salto	1	—	1	—	—	—	—	—	1	—	17
Santa Adélia	1	—	1	58	50	—	8	—	2	2	2
Santa Bárbara D'Oeste	1	1	—	—	—	—	—	—	1	—	1
Santa Branca	1	—	1	30	30	—	—	—	1	1	1
Santa Cruz das Palmeiras	1	—	1	28	28	—	—	—	1	1	2
Santa Cruz do Rio Pardo	1	—	1	55	46	3	3	3	5	2	2
Santa Fé do Sul	1	—	1	9	5	3	1	—	1	—	—
Santana de Parnaíba	2	—	2	16	16	—	—	—	2	2	2
Santa Rita do Passa Quatro	2	1	1	504	54	450	—	—	12	5	53
Santa Rosa de Viterbo	3	2	1	44	12	20	12	—	7	6	2
Santo Anastácio	2	—	2	50	46	1	—	3	6	9	5
Santo André	14	4	10	146	80	19	42	5	73	20	53
Santos	57	21	36	896	164	663	69	—	349	188	116
São Bento do Sapucaí	1	—	1	26	26	—	—	—	1	1	—
São Bernardo do Campo	1	—	1	27	22	—	5	—	12	5	—
São Caetano do Sul	7	1	6	267	143	94	30	—	49	31	19
São João da Boa Vista	1	—	1	157	112	11	13	21	17	10	6
São José do Barreiro	1	—	1	26	20	—	6	—	1	—	1
São José do Rio Pardo	1	—	1	173	144	—	29	—	14	11	22
São José do Rio Preto	9	1	8	437	134	252	9	32	84	33	41
São José dos Campos	10	—	10	887	48	833	6	—	40	50	31

ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR — 1954

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR										
	Total	Segundo a entidade mantenedora		Número de leitos				Pessoal em atividade			
		Oficial	Particular	Total	Segundo a finalidade				Médicos	Enfermeiros	Auxiliares de enfermagem
					Geral	Especializada (1)	Maternidade	Outras finalidades			

SÃO PAULO (conclusão)

São Luís do Paraitinga	1	—	1	26	26	—	—	—	1	—	2
São Manuel	3	—	3	138	88	30	20	—	10	5	4
São Paulo	169	15	154	11 418	3 341	5 367	1 521	1 189	3 587	1 643	2 583
São Pedro	1	—	1	62	44	—	18	—	2	1	1
São Roque	5	3	2	59	29	15	15	—	9	6	9
São Sebastião da Gramma	1	—	1	54	41	10	3	—	3	2	—
São Simão	1	—	1	60	24	8	16	—	4	3	1
São Vicente	7	3	4	82	38	2	21	21	20	10	9
Serra Negra	1	—	1	66	66	—	—	—	5	—	—
Sertãozinho	2	1	1	83	71	—	12	—	8	—	6
Silveiras	1	—	1	18	18	—	—	—	1	1	—
Socorro .	1	—	1	80	30	10	30	10	3	2	—
Sorocaba	19	4	15	452	197	196	27	32	99	49	43
Tambaú	1	—	1	60	19	22	14	5	2	2	2
Tanabi	2	—	2	47	39	—	—	8	4	2	2
Taquaritinga	1	—	1	76	66	—	10	—	7	5	4
Tatuf	1	—	1	93	53	8	32	—	7	4	4
Taubaté	8	2	6	377	295	57	17	8	34	36	17
Tietê .	1	—	1	108	86	2	20	—	10	6	2
Torrinha .	1	—	1	16	14	2	—	—	1	1	3
Tremembé	1	1	—	50	—	50	—	—	2	8	1
Tupã .	3	—	3	271	165	31	63	12	29	21	11
Tupi Paulista	2	—	2	12	—	9	3	—	5	3	—
Ubatuba	1	—	1	12	12	—	—	—	1	—	—
Valinhos	1	1	—	—	—	—	—	—	1	—	2
Valparaíso .	2	—	2	41	26	15	—	—	6	4	2
Vargem Grande do Sul	1	—	1	50	26	—	8	16	5	2	2
Vera Cruz .	1	—	1	41	22	7	12	—	4	4	—
Viradouro .	1	—	1	38	20	8	10	—	2	1	1
Votuporanga	2	—	2	81	51	15	15	—	13	1	5
ESTADO .	724	125	599	54 495	14 245	33 779	3 860	2 611	6 565	3 399	4 781

PARANÁ

Abatiá	1	—	1	—	—	—	—	—	1	1	—
Alto Paraná	2	—	2	34	32	—	2	—	3	4	1
Andará	1	—	1	—	—	—	—	—	1	1	—
Antonina	6	3	3	81	24	51	6	—	8	16	3
Apucarana	6	1	5	119	89	11	19	—	15	22	2
Arapongas	3	—	3	83	71	5	7	—	7	9	5
Araruna	2	—	2	41	41	—	—	—	6	4	1
Araucária	1	—	1	17	8	—	1	8	2	4	2
Assaí .	1	—	1	30	30	—	—	—	6	2	1
Bandeirantes	1	—	1	30	16	—	14	—	6	3	2
Belá Vista do Paraíso	1	—	1	20	17	—	3	—	2	2	2
Bocaiúva do Sul	1	1	—	—	—	—	—	—	1	—	1
Borrazópolis .	1	—	1	6	6	—	—	—	4	1	—
Cambará	2	—	2	106	66	28	12	—	6	5	3
Cambé .	2	—	2	8	7	—	1	—	3	2	1
Campo Largo.	1	—	1	—	—	—	—	—	1	2	—
Campo Mourão	1	1	—	22	22	—	—	—	1	2	—
Carlópolis	2	—	2	18	—	10	8	—	2	—	2
Cascavel .	1	—	1	31	19	5	7	—	2	1	3
Castro	4	—	4	114	72	30	12	—	4	10	2
Centenário do Sul	1	—	1	16	16	—	—	—	3	4	2
Cêro Azul	2	—	2	30	30	—	—	—	2	3	—
Colombo	1	—	1	—	—	—	—	—	1	1	—
Contenda.	1	1	—	—	—	—	—	—	1	1	—
Cornélio Procópio	1	—	1	20	20	—	—	—	3	—	2
Cruzeiro do Oeste	1	—	1	20	20	—	—	—	3	1	—
Curitiba.	38	13	25	2 443	822	1 421	119	81	468	154	181
Foz do Iguaçu.	2	—	2	46	34	10	2	—	3	3	2
Francisco Beltrão	3	—	3	171	160	9	2	—	5	1	6
Guaira	1	1	—	34	34	—	—	—	1	2	1
Guarapuava.	3	—	3	105	58	33	8	6	6	5	2
Guaratuba	1	—	1	—	—	—	—	—	1	—	1
Ibaiti .	1	—	1	—	—	—	—	—	1	2	1
Ibiporã	3	—	3	30	30	—	—	—	6	4	2
Imbituva	2	1	1	37	18	13	6	—	3	3	2
Ipiranga	2	—	2	20	—	—	—	20	2	3	1
Irati	2	—	2	74	46	16	8	4	6	6	1
Jacarezinho	2	—	2	55	31	12	12	—	6	6	8
Jaguarivaia . .	3	—	3	68	60	2	6	—	3	3	7
Jandaia do Sul	2	—	2	42	36	—	6	—	5	4	—

ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR — 1954

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR										
	Total	Segundo a entidade mantenedora		Número de leitos				Pessoal em atividade			
		Oficial	Particular	Total	Segundo a finalidade				Médicos	Enfermeiros	Auxiliares de enfermagem
					Geral	Especializada (1)	Maternidade	Outras finalidades			

PARANÁ (conclusão)

Joaquim Távora	2	1	1	27	10	10	5	2	3	3	1
Lapa	4	2	2	366	36	308	18	4	7	16	21
Londrina	5	—	5	248	238	—	4	6	99	43	30
Lupionópolis	1	—	1	14	14	—	—	—	1	1	—
Mallet	2	—	2	67	31	18	18	—	3	4	4
Mandaguacu	1	—	1	8	—	5	1	2	1	1	1
Mandaguari	4	—	4	44	42	—	2	—	7	7	4
Mangueirinha	2	—	2	50	44	2	2	2	2	2	2
Marialva	1	—	1	11	11	—	—	—	2	1	—
Morretes	2	—	2	38	8	18	12	—	3	3	3
Nova Esperança	2	—	2	24	24	—	—	—	3	4	—
Nova Fátima	1	—	1	12	10	—	2	—	2	—	1
Palmas	2	—	2	40	8	10	12	10	4	2	1
Palmeira	2	1	1	50	40	—	10	—	4	9	1
Paranaguá	6	4	2	172	92	19	20	41	17	29	17
Paranavaí	3	—	3	71	55	11	5	—	6	7	1
Pato Branco	2	—	2	40	25	12	—	3	3	3	6
Peabiru	1	—	1	15	10	—	5	—	3	1	—
Pirai do Sul	2	1	1	12	12	—	—	—	2	3	1
Piraquara	2	1	1	1 000	—	1 000	—	—	5	—	1
Pitanga	1	—	1	20	7	9	4	—	1	1	2
Ponta Grossa	10	1	9	473	246	168	49	10	50	42	20
Porcatau	1	—	1	30	28	—	2	—	3	3	1
Pôrto Amazonas	1	1	—	—	—	—	—	—	1	2	—
Prudentópolis	3	1	2	56	56	—	—	—	5	4	4
Ribeirão Claro	2	—	2	66	50	8	8	—	3	3	4
Rio Azul	2	—	2	75	—	60	15	—	2	6	3
Rio Branco do Sul	1	1	—	—	—	—	—	—	1	1	1
Rio Negro	2	—	2	182	132	—	50	—	16	10	11
Rolândia	2	—	2	80	50	20	10	—	5	10	—
Santo Antônio	3	1	2	46	40	4	2	—	5	4	2
Santo Antônio da Platina	3	2	1	91	72	10	7	2	7	7	5
São José dos Pinhais	2	—	2	24	24	24	—	—	4	2	1
São Mateus do Sul	2	1	1	46	18	16	4	8	3	2	2
Sengés	1	1	—	—	—	—	—	—	1	1	1
Sertãozinho	1	1	—	32	10	20	2	—	3	2	2
Siqueira Campos	1	1	—	—	—	—	—	—	1	1	—
Teixeira Soares	1	—	1	—	—	—	—	—	2	1	1
Tibagi	1	—	1	86	57	21	8	—	4	7	—
Timoneira	2	2	—	—	—	—	—	—	2	—	—
Tomazina	2	—	2	50	15	30	—	5	4	3	1
União da Vitória	1	—	1	48	39	9	—	—	3	1	3
Uraí	2	—	2	22	19	—	3	—	5	3	1
Venceslau Brás	1	—	1	—	—	—	—	—	1	1	—
ESTADO	207	45	162	7 707	3 484	3 468	541	214	920	553	410

SANTA CATARINA

Araranguá	1	1	—	18	14	—	4	—	3	4	3
Blumenau	8	1	7	596	470	35	91	—	29	54	66
Bom Retiro	1	—	1	22	16	—	—	6	1	1	—
Braço do Norte	1	—	1	78	66	11	1	—	2	12	—
Brusque	3	—	3	142	103	9	30	—	9	3	12
Caçador	4	—	4	55	55	—	—	—	4	4	1
Campos Novos	1	—	1	30	30	—	—	—	3	2	2
Canoinhas	2	—	2	66	40	20	6	—	5	4	2
Capinzal	2	—	2	61	40	20	—	1	3	4	2
Chapecó	3	—	3	64	35	23	6	—	3	2	—
Concórdia	4	—	4	236	199	30	7	—	6	2	8
Criciúma	3	2	1	112	77	10	25	—	13	11	16
Curitibanos	1	1	—	56	56	—	—	—	1	5	1
Dionísio Cerqueira	1	—	1	25	23	—	2	—	1	2	1
Florianópolis	15	9	6	589	355	156	78	—	114	99	35
Gaspar	1	1	—	—	—	—	—	—	1	—	1
Guaramirim	2	—	2	86	40	6	17	23	2	3	4
Ibirama	1	1	—	108	33	69	6	—	2	3	3
Indaial	1	—	1	43	29	8	6	—	1	3	—
Itaipópolis	1	—	1	40	10	10	10	10	2	3	—
Itajaí	4	3	1	44	44	—	—	—	12	5	2
Itapiranga	1	—	1	73	50	—	23	—	1	8	10
Ituporanga	2	—	2	131	82	15	14	20	2	8	4
Jaraguá do Sul	2	1	1	71	53	—	4	14	4	5	4
Joaçaba	2	—	2	89	8	28	5	48	3	5	3
Joinville	8	2	6	212	124	33	55	—	47	23	16

ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR — 1954

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR										
	Total	Segundo a entidade mantenedora		Número de leitos				Pessoal em atividade			
		Oficial	Particular	Total	Segundo a finalidade				Médicos	Enfermeiros	Auxiliares de enfermagem
					Geral	Especializada (1)	Maternidade	Outras finalidades			

SANTA CATARINA (conclusão)

Laguna	6	3	3	70	70	—	—	—	10	11	4
Lajes ..	3	2	1	345	219	51	75	—	18	21	45
Maíra ..	3	—	3	106	75	14	17	—	10	9	—
Nova Trento	1	—	1	72	52	12	8	—	1	2	3
Orleães	2	1	1	68	23	22	10	13	2	4	5
Palhoça	1	—	1	—	—	—	—	—	1	2	2
Palmitos	1	—	1	34	28	6	—	—	1	2	2
Piratuba ..	2	—	2	90	82	7	1	—	2	4	—
Pôrto União	2	1	1	80	31	30	7	12	4	5	5
Presidente Getúlio	1	—	1	65	51	6	8	—	1	7	4
Rio do Sul	3	—	3	168	133	14	21	—	7	14	11
Rio Negrinho	2	1	1	46	20	20	6	—	2	2	1
Rodeio	1	—	1	72	36	18	14	4	1	4	12
São Bento do Sul	1	—	1	20	20	—	—	—	1	3	—
São Carlos	2	—	2	37	37	—	—	—	2	3	2
São Francisco do Sul	3	2	1	163	74	19	21	49	8	4	11
São Joaquim	3	—	3	86	71	—	10	5	4	4	1
São José	4	3	1	1 068	—	1 068	—	—	15	12	1
São Miguel D'Oeste	3	—	3	97	72	22	3	—	3	6	3
Seara ..	2	—	2	63	32	28	3	—	2	2	2
Sombrio	1	—	1	14	12	1	1	—	1	1	1
Taió ..	2	—	2	73	41	15	8	9	3	7	3
Tangará	2	—	2	58	44	10	4	—	3	—	—
Tijucas	1	—	1	56	56	—	—	—	2	4	1
Timbó ..	3	—	3	107	58	5	26	18	3	3	6
Tubarão	4	2	2	136	115	—	21	—	16	8	7
Turvo	2	—	2	108	50	38	8	12	2	4	3
Urucanga	2	—	2	83	68	7	8	—	4	2	7
Videira	4	—	4	191	78	87	16	10	7	13	8
Xanxerê	1	—	1	22	11	11	—	—	2	2	—
Xaxim	1	—	1	48	48	—	—	—	1	1	—
ESTADO	144	37	107	6 693	3 759	1 994	686	254	413	441	350

RIO GRANDE DO SUL

Alegrete	2	—	2	160	131	9	20	—	17	12	4
Antônio Prado	3	—	3	86	64	19	3	—	6	8	1
Arroio do Meio	1	—	1	60	42	12	6	—	2	3	2
Arroio Grande	2	—	2	72	63	—	9	—	4	6	4
Bajé	3	—	3	358	195	117	46	—	19	36	8
Bento Gonçalves	2	—	2	118	70	20	—	28	7	3	11
Bom Jesus	1	—	1	27	27	—	—	—	4	2	6
Caçapava do Sul	4	1	3	91	90	—	1	—	9	13	5
Cacequi	1	1	—	—	—	—	—	—	2	1	1
Cachoeira do Sul	9	1	8	375	230	107	26	12	33	37	10
Caí ..	2	—	2	112	112	—	—	—	4	12	5
Camaquã	1	1	—	48	48	—	—	—	6	4	3
Candelária	1	—	1	60	50	2	8	—	2	2	—
Canela	1	—	1	35	18	9	8	—	3	4	3
Canoas ..	4	1	3	—	—	—	—	—	20	8	4
Carazinho	4	—	4	295	211	66	18	—	13	51	18
Casca ..	1	—	1	21	20	—	1	—	1	1	1
Cerro Largo	1	—	1	128	85	40	3	—	2	15	6
Críquiã	1	—	1	36	20	16	—	—	2	2	—
Cruz Alta	1	1	—	—	—	—	—	—	1	1	—
Dom Pedrito	1	—	1	72	49	17	6	—	9	1	3
Encantado	5	—	5	120	79	35	6	—	6	12	3
Encruzilhada do Sul	3	1	2	48	41	2	5	—	7	7	4
Erechim ..	14	—	14	767	525	193	24	25	21	31	19
Ervai	1	—	1	12	8	4	—	—	1	2	1
Espumoso	1	—	1	72	58	12	2	—	3	4	1
Estréla ..	5	—	5	240	155	64	21	—	8	30	7
Farroupilha	2	—	2	117	97	—	20	—	3	7	2
Flores da Cunha	1	—	1	16	14	—	—	2	2	5	—
Frederico Westphalen	1	—	1	50	36	10	—	4	3	2	—
Garibaldi	1	—	1	68	64	—	4	—	2	4	4
Guaramá	1	—	1	30	22	8	—	—	1	5	1
Getúlio Vargas	3	—	3	124	79	29	16	—	6	8	5
Gramado	2	—	2	99	83	12	4	—	2	6	5
Gravatá	1	—	1	20	20	—	—	—	3	3	1
Guaíba	2	—	2	36	10	23	3	—	4	2	3
Guaporé	5	1	4	177	121	32	17	7	10	13	10
Horizontina	3	—	3	103	63	21	13	6	4	12	1
Ibirubá ..	1	—	1	78	35	18	25	—	1	2	5

ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR — 1954

MUNICÍPIOS	ESTABELECEMENTOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR										
	Total	Segundo a entidade mantenedora		Número de leitos				Pessoal em atividade			
		Oficial	Particular	Total	Segundo a finalidade				Médicos	Enfermeiros	Auxiliares de enfermagem
					Geral	Especializada (1)	Maternidade	Outras finalidades			

RIO GRANDE DO SUL (conclusão)

Ijuí	3	—	3	169	138	20	11	—	9	15	16
Iraí	1	—	1	30	30	—	—	—	3	4	4
Itaqui	1	—	1	102	50	12	40	—	6	4	2
Jaguarão	1	—	1	93	44	38	8	—	6	5	3
Jaguari	1	—	1	39	23	8	8	—	6	4	2
Júlio de Castilhos	4	—	4	125	64	34	26	1	7	4	15
Lagoa Vermelha	9	—	9	258	161	53	13	31	12	24	6
Lajeado	9	—	9	427	298	84	15	30	12	30	20
Lavras do Sul	1	—	1	44	19	14	8	3	5	8	1
Livramento	2	1	1	194	—	121	33	40	18	13	15
Maraú	1	—	1	90	67	23	—	—	2	5	1
Marcelino Ramos	4	—	4	162	109	33	5	15	4	10	—
Montenegro	6	1	5	176	146	20	10	—	13	19	11
Não-me-Toque	1	—	1	169	123	44	2	—	1	5	1
Nova Prata	6	1	5	212	176	32	4	—	8	12	4
Novo Hamburgo	3	—	3	232	163	37	32	—	5	15	6
Osório	2	—	2	52	43	—	9	—	5	9	1
Palmeira das Missões	4	—	4	143	80	53	10	—	6	9	5
Passo Fundo	6	—	6	367	272	44	51	—	28	23	27
Pelotas	15	3	12	952	334	431	89	98	113	128	65
Pinheiro Machado	1	—	1	44	38	4	2	—	1	3	2
Piratini	1	—	1	27	23	—	4	—	1	2	1
Pôrto Alegre	38	11	27	6 807	1 460	4 986	239	122	920	590	301
Quaraí	2	—	2	100	52	24	24	—	7	5	—
Rio Grande	26	14	12	497	212	233	52	—	104	80	51
Rio Pardo	2	—	2	80	54	20	6	—	7	5	12
Roca Sales	1	—	1	54	26	18	—	10	1	5	—
Rolante	2	—	2	44	34	5	5	—	2	5	—
Rosário do Sul	2	1	1	100	63	28	9	—	6	7	3
Sananduva	2	—	2	39	32	7	—	—	4	5	3
Santa Cruz do Sul	7	—	7	534	315	185	34	—	16	31	31
Santa Maria	5	—	5	366	127	200	23	16	39	32	30
Santa Rosa	8	—	8	376	304	45	23	4	17	19	17
Santa Vitória do Palmar	1	—	1	92	46	30	16	—	5	4	3
Santiago	1	—	1	82	51	17	14	—	6	5	4
Santo Ângelo	9	—	9	377	289	60	28	—	21	33	19
Santo Antônio	2	—	2	48	28	10	10	—	4	5	—
São Borja	1	—	1	76	52	—	24	—	6	3	6
São Francisco de Assis	1	—	1	89	53	4	7	25	3	5	2
São Francisco de Paula	2	—	2	95	90	5	—	—	5	5	1
São Gabriel	1	—	1	153	32	92	29	—	9	16	6
São Jerônimo	11	7	4	126	33	65	28	—	18	13	6
São José do Norte	1	—	1	36	10	18	8	—	2	3	1
São Leopoldo	10	1	9	399	184	142	38	35	25	19	18
São Lourenço do Sul	1	—	1	50	37	13	—	—	1	4	—
São Luís Gonzaga	6	—	6	341	242	81	18	—	10	21	11
São Pedro do Sul	1	—	1	35	15	10	10	—	3	3	1
São Sepé	2	—	2	38	14	23	1	—	5	4	5
Sapiranga	1	—	1	20	8	8	4	—	2	2	—
Sarandi	5	—	5	85	56	21	8	—	7	9	6
Sobradinho	4	—	4	200	111	72	17	—	5	9	1
Soledade	2	—	2	85	64	16	5	—	7	7	9
Tapera	2	—	2	91	64	17	4	6	2	5	1
Tapes	1	1	—	24	16	4	4	—	2	3	2
Taquara	7	—	7	390	302	48	40	—	13	18	6
Taquari	3	—	3	182	88	76	16	2	4	11	11
Tôres	2	1	1	62	50	—	12	—	2	1	4
Três de Maio	3	—	3	170	138	24	8	—	4	17	5
Três Passos	5	—	5	187	144	42	1	—	7	10	6
Triunfo	1	—	1	27	—	19	8	—	1	2	—
Tupanciretã	4	1	3	98	71	17	10	—	8	7	5
Uruguaiana	4	1	3	130	37	56	11	26	28	6	12
Vacaria	5	—	5	159	129	15	12	3	8	9	11
Venâncio Aires	2	—	2	130	99	16	15	—	4	8	4
Veranópolis	3	—	3	146	120	16	10	—	7	8	6
Viamão	5	3	2	700	68	592	20	20	12	25	18
ESTADO	384	55	329	22 355	10 856	9 382	1 546	571	1 893	1 812	1 001

MATO GROSSO

Aquidauana	2	1	1	36	34	2	—	—	4	6	—
Bela Vista	1	—	1	24	24	—	—	—	3	4	1
Cáceres	1	—	1	50	48	2	—	—	3	3	2
Campo Grande	17	6	11	637	102	484	51	—	101	31	40

ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR — 1954

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E PARA-HOSPITALAR										
	Total	Segundo a entidade mantenedora		Número de leitos				Pessoal em atividade			
		Oficial	Particular	Total	Segundo a finalidade				Médicos	Enfermeiros	Auxiliares de enfermagem
					Geral	Especializada (1)	Maternidade	Outras finalidades			
MATO GROSSO (conclusão)											
Chapada dos Guimarães	1	—	1	6	6	—	—	—	1	2	—
Corumbá	3	1	2	168	146	—	22	—	16	20	9
Cuiabá	10	5	5	308	125	161	22	—	56	22	25
Diamantino	2	1	1	18	16	—	2	—	2	6	3
Dourados	2	1	1	42	30	7	—	5	3	18	1
Guiratinga	1	—	1	24	24	—	—	—	1	—	2
Nioaque	1	1	—	6	—	—	6	—	1	—	2
N. S. do Livramento	1	—	1	18	—	—	18	—	1	3	2
Poconé	1	—	1	35	35	—	—	—	2	2	2
Ponta Porã	1	—	1	103	52	41	10	—	7	4	1
Pôrto Murтинho	2	—	2	24	14	4	4	2	2	5	1
Poxoreu	1	—	1	10	4	6	—	—	2	2	—
Rosário Oeste	1	—	1	5	5	—	—	—	1	2	1
Três Lagoas	2	—	2	83	39	12	—	32	8	9	2
ESTADO	50	16	34	1 597	704	719	135	39	214	139	94
GOIÁS											
Anápolis	9	1	8	387	250	84	47	6	19	79	32
Aragarças	1	1	—	19	16	—	3	—	1	8	—
Buriti Alegre	1	—	1	30	—	20	10	—	3	22	1
Caldas Novas	1	—	1	23	23	—	—	—	1	1	1
Catalão	2	—	2	40	40	—	—	—	2	5	2
Cavalcânti	1	—	1	5	4	—	1	—	1	2	1
Ceres	3	1	2	109	71	4	34	—	4	18	22
Fормosa	1	—	1	22	8	10	4	—	2	1	5
Goianđira	2	—	2	25	25	—	—	—	2	1	2
Goiânia	8	1	7	407	123	248	36	—	68	52	64
Goiás	2	1	1	76	72	—	4	—	2	6	3
Ipameri	2	—	2	37	37	—	—	—	6	4	5
Iporá	1	—	1	10	5	5	—	—	3	2	—
Itaberaí	1	—	1	—	—	—	—	—	1	1	—
Itumbiara	4	—	4	53	53	—	—	—	6	4	—
Jaraquá	1	1	—	30	14	6	10	—	1	3	—
Jataí	2	1	1	56	42	7	7	—	6	4	2
Mineiros	1	—	1	25	25	—	—	—	2	7	—
Morrinhos	3	—	3	39	2	34	3	—	7	6	2
Palmelo	2	—	2	86	24	62	—	—	2	3	—
Piracanjuba	1	—	1	8	8	—	—	—	3	2	1
Pirenópolis	2	1	1	46	46	—	—	—	3	4	—
Pires do Rio	1	—	1	6	6	—	—	—	1	2	—
Pôrto Nacional	2	—	2	45	34	1	10	—	2	7	3
Rio Verde	3	—	3	54	54	—	—	—	8	7	10
Silvânia	1	—	1	—	—	—	—	—	1	1	1
Taguatinga	1	1	—	10	10	—	—	—	1	2	—
Uruana	1	—	1	12	12	—	—	—	1	1	—
ESTADO	60	9	51	1 660	1 004	481	169	6	159	255	158
BRASIL	3 654	900	2 754	190 689	66 548	98 414	15 374	10 353	24 618	15 141	16 731

FONTE — Serviço de Estatística da Saúde.

NOTA — Os dados apresentados são resultantes da apuração dos Questionários Q-2 06 1, da XIX Campanha Estatística, referentes aos "estabelecimentos hospitalares ou para-hospitalares", oficiais ou particulares, ou sejam os comunitários denominados hospitais, hospitais-colônias, sanatórios, casas de saúde, enfermarias, clínicas, postos, asilos, preventórios, etc., todas instituições, enfim, que internem pessoas para tratamento médico ou que, mesmo não tendo assistência médica como objetivo (albergues, educandários, etc.), mantenham leitos para esse fim.

(1) Cirurgia, doenças mentais e nervosas, tuberculose e outras moléstias infecto-contagiosas.

NOVO PRESIDENTE DO IBGE

POR decreto de 3 de maio, o Presidente da República, Sr. Juscelino Kubitschek, concedeu exoneração ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares do cargo de Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — cargo que vinha exercendo em caráter interino desde novembro de 1955 — e nomeou para substituí-lo o prof. Jurandyr Pires Ferreira.

A POSSE

NO dia 8, realizou-se no Palácio do Catete a solenidade da posse, na presença de altas autoridades e demais pessoas gradas.

Discurso do Presidente Juscelino Kubitschek
— Assinado o termo de posse, o Presidente da República, Sr. Juscelino Kubitschek, pronunciou as seguintes palavras:

“Cumprindo-me dar posse ao novo Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, não desejo deixar passar em silêncio este ato. O protocolo manda que me cale. Entretanto, quero marcar a minha presença nesta solenidade com algumas palavras, que julgo oportunas e necessárias para acentuar o alto aprêço em que tenho o IBGE, instituição que ganhou o respeito de todo o país e tanto tem prestigiado o nome do Brasil no estrangeiro.

Rendo aqui as minhas homenagens ao saudoso Teixeira de Freitas, que a concebeu e planejou; ao Sr. General Juarez Távora, que, quando

Ministro da Viação, teve a iniciativa da lei que a criou; ao inesquecível Presidente Getúlio Vargas, que lhe deu o mais decidido apoio, até que ela se converteu numa das mais úteis realizações de seu primeiro governo. Por último, desejo agradecer, em nome da Nação Brasileira, os inestimáveis serviços que lhe prestou o Ministro José Carlos de Macedo Soares, o Servidor-Padrão do IBGE, o eminente brasileiro a quem esse Instituto deve, sobretudo, a conservação do espírito de equipe que o fecundou; o homem que durante tantos anos assegurou a continuidade do benemérito esforço desenvolvido por essa organização modelar.

Em 1935 instalava-se neste Palácio o Instituto Nacional de Estatística, com a posse de seu Presidente Interino, o Dr. José Carlos de Macedo Soares, ocupando pela primeira vez a pasta do Exterior. Por essa ocasião, também quebrando o protocolo, como ora faço, disse o Presidente Vargas umas poucas palavras, tendo afirmado que, para demonstrar o seu carinho pelo Instituto, “lhe dera a sua casa e o seu ministro”. A interinidade do Dr. José Carlos de Macedo Soares durou muitos anos e interinamente êle se achava no cargo, até o momento em que tive de substituí-lo, atendendo a razões ponderosas que me apresentou para exonerar-se.

A escolha do substituto recaiu em nome de maior relêvo de engenharia e do magistério superior do país: o Dr. Jurandyr Pires Ferreira. A sua aguda inteligência e a sua extensa cultura o colocara à altura da responsabilidade que lhe ponho sobre os ombros. Político militante, estou certo

Posse do Sr. Jurandyr Pires Ferreira, no Catete, quando falava o Presidente Juscelino Kubitschek



de que encontrará na tarefa que ora lhe confio oportunidade para demonstrar uma vez mais sua devoção à coisa pública, presidindo ao IBGE com aquele misto de entusiasmo e de prudência que se requer na relevante missão que vai exercer.

Entrego-lhe os destinos de uma instituição brasileira consagrada não só neste país, mas também fora d'ele. Os trabalhos estatísticos e geográficos do IBGE são reputados, neste Continente, como do mais alto nível técnico, dia a dia afirmando-se esse conceito, graças a uma sábia direção que vem coordenando admiravelmente as atividades dos dois ramos em que se divide o Instituto.

Acho-me plenamente convencido de que proseguiremos nessa trilha, honrando as tradições do prestigioso órgão da administração federal, no momento em que declaro empossado no cargo de Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o Dr. Jurandyr Pires Ferreira."

Discurso do Prof. Jurandyr Pires Ferreira —
A seguir, o prof. Jurandyr Pires Ferreira pronunciou a seguinte oração:

"A honra da investidura que me é conferida se mede pela altura do eminente brasileiro a quem vou suceder.

O desvanecimento pelo encargo que me é cometido se avalia pelo alevantado conceito do patriótico governo a que vou servir.

E o desvanecimento e a honra se entrelaçam ante essa confiança, em mim depositada, pelo mais evoluído, mais dinâmico e o mais humano dos Presidentes da República.

O mais evoluído porque objetiva, nas metas de seu governo, a infra-estrutura de seu programa político.

O mais dinâmico porque compreende a necessidade dessa estrutura agindo no sentido de seu

fortalecimento como alicerce material para o soerguimento moral do Brasil.

O mais humano porque se apega à diretriz comtiana de ser "inflexível por princípio, mas conciliante de fato".

Um governo que se apresenta com a realidade objetiva de seu destino, expresso na clareza numérica de suas tarefas, tem que se guiar pela bússola das estatísticas e se orientar pelos estudos realizados nos laboratórios de pesquisas sociais. O Instituto, que terei a fortuna de dirigir, é, sem dúvida, o mais mobilizável para ser útil a um governo, como o de V. Ex.^a, Sr. Presidente, que aspira, com tão nobre descortino, enquadrar-se na realidade contemporânea. E o é pelo manancial de suas preciosas coletas e a extensão de suas amstras no campo econômico, social e político. E é, ainda, pelas conclusões de seus laboratórios, onde manipula, seleciona e analisa aspectos frisantes da vitalidade da Nação.

Assim, é venturoso colaborar, e dessa forma, num governo que acredita, com Helvetius e com Bentham, que a felicidade das nações reside "no predomínio do prazer de seu povo, apoiado na expressão soberana da comunidade política". Concluindo daí, com Stuart Mill, que "a finalidade do governo consiste na felicidade coletiva" e com êle crendo, e fervorosamente, "na possibilidade de se apressar o progresso, graças ao inteligente esforço dos homens".

É sem dúvida jubiloso dirigir o órgão que fornece os elementos manipulados e manipuláveis, de geografia e estatística para servir ao Presidente Juscelino Kubitschek, que como Ward "defende a doutrina da fiscalização da inteligência, fundada na aplicação dos métodos científicos e racionais à solução dos problemas da vida social" e com êle usa e acredita no valor da inteligência que vai impelindo os ideais e os princípios para os mais altos fins.

O Ministro Macedo Soares, com a elegância de sua cerebração, e o acervo de suas virtudes intelectuais e morais, pôde, em quase dois decênios em que dirigiu o IBGE realizar uma obra fecunda e notável, tornando esse Instituto capaz de preencher as necessidades reclamadas pelos horizontes de um governo, que marcará, sem dúvida, na história política da Nação, a supremacia da análise sobre os impulsos primários das paixões."

TRANSMISSÃO DO CARGO

No auditório do Conselho Nacional de Estatística, no mesmo dia 8, à tarde, realizou-se perante numerosa assistência o ato de transmissão do cargo.

Discurso do Embaixador Macedo Soares —
Em breves palavras, de improviso, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares historiou os principais acontecimentos ligados à criação do Instituto Nacional de Estatística, seu desdobramento em duas alas, com a conseqüente mudança de denominação para Instituto Brasileiro de Geografia

No ato da transmissão do cargo falou, de improviso, o ex-Presidente, Embaixador José Carlos de Macedo Soares.



O Sr. Jurandy Pires Ferreira, ao ler o seu discurso, na cerimônia da transmissão do cargo.

e Estatística, a instalação da entidade nas salas do Palácio do Catete cedidas para este fim pelo Presidente Getúlio Vargas, até os dias de hoje, quando, além dos seis prédios próprios em que tem instalados os serviços centrais e de algumas Inspeções Regionais, o Instituto está presente e atuante em todas as sedes municipais, através de suas Agências de Estatística.

Pondo em relevo a posição do IBGE no quadro político-administrativo do país, acentuou o orador que a obra realizada deve ser atribuída à grande preocupação que tiveram sempre os governos e os presidentes da entidade de preservá-la de influências e injunções partidárias, permitindo-lhe trabalhar pelo engrandecimento do Brasil a coberto da interferência desagregadora de interesses capazes de usar a instituição como instrumento de monstruoso crime contra a Nação.

Enalteceu a personalidade e os predicados de inteligência e de capacidade de trabalho do Prof. Jurandy Pires Ferreira, dizendo que o Presidente da República fôra buscar um técnico para um cargo técnico, já que a Presidência do IBGE não poderia jamais ser confundida com um cargo de natureza político-partidária.

Ao evocar, em suas palavras, a figura exemplar de Mário Augusto Teixeira de Freitas, recebeu o Embaixador José Carlos de Macedo Soares prolongada salva de palmas do funcionalismo dos dois Conselhos do Instituto, que enchia o auditório.

Discurso do Prof. Jurandy Pires Ferreira — Ao receber das mãos do seu antecessor o cargo de Presidente do IBGE, o prof. Jurandy Pires Ferreira leu o seguinte discurso:

"Desde a evolução industrial, que o mundo caminha para o racional aproveitamento da energia humana.

As conquistas científicas abriram os horizontes da técnica. E a racionalização nos métodos de produção se vêm desenvolvendo no objetivo de reduzir os desperdícios de esforços.

Os problemas sociais que se agravam pela ânsia de ampliar o nível econômico das massas populares vão buscar as soluções raras no estudo da seqüência dos processos da produção.

E da base geográfica, a extensão biológica dos aglomerados humanos em seus movimentos, suas expansões, seus ideais, suas reações, suas características e suas ambições vai-se empre definindo uma gama diferenciada de matizes com influências profundas no rendimento do esforço humano.

É a geografia em todos os seus aspectos, e a estatística em todas as suas formas, a cartilha par se entender a marcha efetiva do progresso.

A máxima: "Saber para prever a fim de prover" representa a sucessão racional das etapas do ideal construtivo do homem.

E em sendo assim, nota-se que no fundo de todo o impulso realizador, se encontra o sabor como necessidade lógica da edificação almejada.



Saber é a matéria-prima da previsão, e sem esta é efêmero, e quiza ruinoso, o provimento.

Os azares da ignorância levam-se aos desperdícios da energia vital das nações.

O saber é, em final, a base econômica dos povos.

Esta casa procura o saber gravando nos mapas a fisionomia topográfica de nossa terra e fotografando em suas cartas a expressão de suas vias de comunicação. Esta casa anseia por saber, focalizando, na variedade comparativa das amostras que coleta, o dinamismo da trepidação econômica, social e política da nação.

Esta casa se apaixona pelo saber, nos inquéritos que manipula nos seus laboratórios de pesquisas.

Esta casa é, pois, sequiosa de saber e vive em constantes angústias, por aquêle "vir a ser" de Renan, que salta de suas previsões.

"Induzir, para deduzir a fim de construir", é fundamento científico da ação realizadora.

Esta casa funciona enquadrada nas diretrizes dêste conceito.

Tudo isso justifica o entusiasmo com que assumo sua direção.

Num longo passado de magistério, orgulho mais alevantado de minha vida, meu contato humano nos altos e baixos da minha carreira política fazem-me compreender o tesouro de saber que encerra êste Instituto. Fazem-me admirar os homens que aqui labutam, a respeitar aqueles que lutaram pela edificação de sua contextura orgânica.

Recebo do eminente Ministro Macedo Soares esta jóia que tanto lapidou nos estímulos de seu patriotismo com o apêgo de sua cultura.

Não pouparei esforços para mantê-lo à altura de seu prestígio, nem esmorecerei a marcha empolgante de seu aperfeiçoamento.

Não tenho um programa a inovar mas um tesouro a preservar.



Logo que foi nomeado, o novo Presidente do IBGE visitou o Serviço Gráfico, acompanhado dos Srs. José Eduardo de Macedo Soares e Horácio de Carvalho. Vemo-lo, na foto, com os Srs. Waldemar Lopes, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Renato Pacheco Americano e Paulo de Sousa Vieira.

O IBGE é uma máquina a serviço do desenvolvimento nacional.

O seu destino se traça no uso que lhe der o Chefe da Nação.

O Sr. Juscelino Kubitschek tem metas definidas a atingir, tem o ardor de um estadista voltado para as grandes realizações e tem o sadio impulso de seu impar dinamismo para a recuperação econômica do Brasil.

Acompanharemos o seu programa com devotamento pela Pátria e com exultante entusiasmo perante as vitórias antevistas do Chefe da Nação."

AS CARTAS TROCADAS

FOI a seguinte, na íntegra, a carta que o Embaixador José Carlos de Macedo Soares dirigiu, no dia 2 de maio, ao Presidente da República, Sr. Juscelino Kubitschek, solicitando exoneração do cargo de Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

"Eminente amigo Presidente Juscelino Kubitschek. Atenciosas saudações.

Achando-se quase inteiramente organizado o Governo de V. Ex.^a, parece-me que é chegada a oportunidade do preenchimento definitivo da presidência do IBGE, que, em substituição ao eminente brasileiro, Dr. Elmano Cardim, venho exercendo interinamente, desde os momentos difíceis do Governo do preclaro Presidente Nereu Ramos.

Faço votos para que V. Ex.^a, com a visão clara e segura que norteia sua atuação no mais alto posto da República, preencha o honroso cargo com um patricio ilustre e patriota, capaz de manter livre das injunções políticas a grande instituição idealizada por Teixeira de Freitas e que está perfeitamente aparelhada para bem servir a administração pública brasileira.

Receba V. Ex.^a as respeitosas homenagens de seu menor admirador. (a) *José Carlos de Macedo Soares.*"

Em resposta, o Sr. Presidente Juscelino Kubitschek enviou ao Sr. Embaixador Macedo Soares a seguinte carta:

"Ilustre amigo Ministro Macedo Soares:

Acuso o recebimento de sua carta de hoje, colocando à disposição do Governo o cargo de presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que vinha desempenhando desde alguns meses, cumulativamente com o de Ministro das Relações Exteriores.

Atendendo às ponderáveis razões de seu gesto, desejo manifestar ao ilustre amigo os meus sinceros agradecimentos pelos admiráveis serviços prestados à frente do IBGE, essa grande instituição a que seu nome está ligado de forma imperecível, desde a fundação.

Receba o cordial abraço do seu amigo e admirador. (a) *Juscelino Kubitschek.*"



Em comemoração ao 20.^a aniversário do IBGE, foi inaugurada no edifício-sede do CNG a creche para os filhos dos funcionários da entidade

20.º ANIVERSÁRIO DO IBGE

A PASSAGEM do vigésimo aniversário de fundação do IBGE foi assinalada, como em todos os anos, por várias solenidades comemorativas, realizadas nas diversas Unidades Federadas.

Nesta Capital, os atos comemorativos tiveram início com a celebração de missa votiva, na Igreja do Carmo, às 8,30, seguida da Páscoa dos servidores do IBGE. Foi oferecido, após, um lanche no bar da Secretaria-Geral do CNE.

Às 11 horas, na Sala Teixeira de Freitas, do edifício-sede do Instituto, realizou-se uma sessão especial da Sociedade Brasileira de Estatística, para entrega dos prêmios dos Concursos Bulhões Carvalho e Teixeira de Freitas, instituídos por aquela entidade, com a cooperação do IBGE. Abrindo a sessão, o prof. Jorge Kingston, presidente da SBE, solicitou ao presidente do IBGE, prof. Jurandyr Pires Ferreira, que dirigisse os trabalhos.

Em seguida, foi dada a palavra ao sr. Waldemar Lopes, que, na qualidade de Secretário-Geral da Sociedade, fez um retrospecto da história da instituição e, aludindo aos prêmios, saudou os contemplados presentes à reunião.

Concurso Bulhões Carvalho — Procedeu-se, primeiramente, à entrega do Prêmio Bulhões Carvalho ao sr. Francelino de Araújo Gomes, que a ele concorreu sob o pseudônimo de "Economicus", com o trabalho intitulado "Índices do movimento eco-

nômico". Da comissão julgadora fizeram parte os srs. João Lira Madeira (relator), Afonso Almira e Lauro Sodré Viveiros de Castro.

Concurso Teixeira de Freitas — De acordo com as decisões da Comissão julgadora deste Concurso, constituída dos srs. Rafael Xavier, Raul Lima e Emil de Roure e Silva, os prêmios foram atribuídos aos seguintes concorrentes:

- 1.º Prêmio — Manoel Borges dos Santos — Muritiba, Bahia
 - 2.º Prêmio — Enéas Camargo — São Carlos — São Paulo
 - 3.º Prêmio — Fernando Roberto Humaytá — Marília — São Paulo
- Prêmio Região Nordeste — Eduardo Silva — Limoeiro do Norte — Ceará
- Prêmio Região Leste — Onésimo Crescêncio — Duas Barras — Rio de Janeiro
- Prêmio Região Sul — Dionysio Trettel — Pirapózinho — São Paulo
- Prêmio Região Centro-Oeste — Guilherme Alves Filho — Santo Antônio do Amparo — Minas Gerais (As normas reguladoras do Concurso incluem Minas Gerais na Região Centro-Oeste)

Estavam presentes os srs. Enéas Camargo e Fernando Roberto Humaytá, respectivamente Agen-

tes de Estatística dos Municípios de São Carlos e Marília, ambos no Estado de São Paulo, e que receberam pessoalmente os prêmios que lhes couberam.

Em agradecimento, falaram os srs. Francelino de Araújo Gomes e Fernando Roberto Humaitá, ambos exaltando a iniciativa da SBE e a obra do IBGE. Os demais prêmios do Concurso Teixeira de Freitas foram entregues nas sedes das respectivas Inspeções Regionais.

Por último, fêz-se ouvir o Prof. Jurandyr Pires Ferreira, que se congratulou com os premiados, ressaltando o estímulo que a Sociedade Brasileira de Estatística vinha prestando às atividades dos estatísticos no país.

Às 12 horas, o Presidente do Instituto, acompanhado de diretores e funcionários do IBGE, inaugurou as instalações da creche destinada aos filhos dos ibgeanos, no 13.º andar do Conselho Nacional de Geografia.

Comemorações no SEEC — Associando-se às comemorações de 29 de maio, o sr. Alberto Martins, diretor do serviço de Estatística da Educação e Cultura, fêz inaugurar, às 13 horas daquele dia, em seu gabinete, um retrato a óleo do saudoso estatístico brasileiro Mário Augusto Teixeira de Freitas, idealizador e fundador do IBGE.

Nessa oportunidade, o sr. Alberto Martins pronunciou as seguintes palavras:

"Não vamos traçar, agora, um panegírico a Teixeira de Freitas, enaltecendo-lhe a personalidade de grande patriota, de excelso homem público, de estatístico renomado e de cidadão de extremas virtudes cívicas, que realmente o foi, porque tantos e tantos brasileiros ilustres já o fizeram, quando o Brasil se cobria de luto pelo passamento prematuro do insigne criador do admirável sistema geográfico-estatístico brasileiro.

As palavras, pois, que vamos proferir, traduzem apenas a nossa saudade imorredoura e exprimem a gratidão que devemos ao inigualável Chefe e amigo que tamanhas e reptidas provas de afeto paternal nos dispensou durante o feliz convívio que mantivemos com ele nesta Casa que tanto amou.

Neste momento de carinhosa evocação e de indizível condolência, os companheiros de jornada e amigos de Teixeira de Freitas vêm reverenciar mais uma vez a sua memória, escolhendo a data do 20.º aniversário da instalação do IBGE, para inaugurar o seu retrato no recinto onde nos encontramos e foi sua oficina de intenso e frutuoso labor intelectual por cerca de 14 anos, como titular ilustre do SEEC, repartição por ele fundada com tanto desvelo e alta proficiência.

Com efeito, faz, precisamente, vinte anos que o inolvidável Mestre, exultante de alegria cívica, assistia, no Palácio do Catete, em ambiente festivo e contando com a prestigiosa presença do be-



Prof. Francelino Gomes,
Prêmio Bulhões Carvalho.

nérito Presidente Getúlio Vargas, à instalação auspiciosa do antigo Instituto Nacional de Estatística, evento memorável que proporcionou a Teixeira de Freitas instantes dos mais felizes de sua vida pública, pois, via êle, nesse dia, tornar-se, afinal, realidade palpitante e imperecível, o monumento de que fôra o arquiteto enamorado.

E melhor data, portanto, não poderia ter sido preferida para a singela e comovida homenagem íntima que estamos tributando a Mário Augusto Teixeira de Freitas do que a efeméride cujo transcurso ora está sendo festejada pela família ibgeana.

Foi, aqui, nesta sala, tão modestamente mobiliada e desprovida de ornatos, onde, aliás, tudo continua, tal como deixou, ao encerrar sua luminosa carreira de funcionário número um do Brasil, que o pranteado Chefe escreveu os ma-

gistrais trabalhos de análise estatístico-social e formulou, com tanta erudição, os problemas básicos do Brasil, sempre com o pensamento voltado para o bem pátrio.

E, em sua homenagem, desde aquele dia, nem de lugar foram mudados os móveis que guarnecem este Gabinete. Tudo foi conservado como estava ao êle deixar, pela sua aposentadoria, a repartição de que era titular insubstituível.

Passamos, de aí por diante, a considerar êste abençoado recesso como que impregnado, todo êle, da presença espiritual e tutelar de Teixeira de Freitas.

Cedo saiu da nossa convivência física, mas permanecerá indelévelmente em nossa lembrança e na ternura mais recôndita dos nossos corações.

Ao lhe erigirmos a efígie numa das paredes desta sala, onde também se encontra a imagem de outro saudoso lidador da estatística brasileira — Oziel Eordeaux Régó — dileto colega de Teixeira de Freitas na carreira profissional em que ambos ingressaram com invulgar entusiasmo, fazmo-lo como um preito de lídima veneração àquele que legou à posteridade, pela sabedoria de seus ensinamentos, pela sua obra de cultura exponencial, pela sua vida moral sem jaça, pelo seu devotamento à causa pública e pelo seu entranhado amor ao Brasil, — um patrimônio de inestimáveis exemplos apostolares.

E êsse retrato, que reproduz, com fidelidade, no tempo e no espaço, a fisionomia austera e bondosa de Mário Augusto Teixeira de Freitas, inspirada, possui a virtude de ter sido pintado por um seu dedicado amigo e companheiro de trabalho desta Casa, o nosso caro colega Gabriel Gouvêa.

Que, ao descerrar-se o auri-verde pano que o envolve, fiquemos, todos, um minuto em silêncio, no decurso do qual roguemos a Deus para que seja preservada, pela intangibilidade de seus fundamentos e pela manutenção de suas finalidades patrióticas, a sobrevivência dessa obra-prima, desde há muitos anos o grande sonho de Teixeira de Freitas: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. E com esta prece sincera teremos, na data que hoje comemoramos, reverenciado melhor a figura ímpar de Mário Augusto Teixeira de Freitas, que *deu tudo de si, sem nunca pensar em si*".

Sr. Fernando Humaitá,
Prêmio Teixeira de Freitas.



★ Na Câmara Federal, o deputado Monsenhor Arruda Câmara referiu-se ao Dia do Estatístico, congratulando-se com o IBGE pela passagem do 20.º aniversário de sua fundação.

★ Nos Estados, foram realizadas, entre outras, as seguintes comemorações:

Em Fortaleza: a IR mandou celebrar missa votiva e realizou, em sessão solene, a entrega do Prêmio Teixeira de Freitas, para a Região Nordeste. * Em Recife: missa votiva e Páscoa dos funcionários do sistema estatístico regional, seguindo-se a instalação da Biblioteca Teixeira de Freitas, na sede da IR; falou, na ocasião, o sr. Mário Melo, delegado do CNG. * São Luiz: missa votiva e excursão conjunta do pessoal do DEE e da IR à praia do Olho D'água; na Assembléa Estadual, foi aprovado um voto de felicitações ao IBGE. * Em Aracaju: missa por alma do fundador do IBGE, Teixeira de Freitas; sessão comemorativa no DEE; almoço de confraternização, oferecido pela IR, com a presença de altas autoridades; sessão cinematográfica dedicada aos servidores das repartições regionais de estatística em Sergipe; a Rádio Difusora de Sergipe fez realizar, nos dias 27 e 28, palestras alusivas ao IBGE. * Em São Paulo: sessão solene no DEE. * Em Niterói: Missa votiva e Páscoa dos estatísticos, torneio esportivo entre funcionários do sistema estatístico; em sessão solene, realizada no auditório Favila Nunes, do DEE, foi feita a entrega do Prêmio Teixeira de Freitas, relativo à Região Leste. * Em Rondônia: sessão solene comemorativa. * Em

Curitiba: missa votiva, inauguração do retrato de Teixeira de Freitas na sede da IR e almoço de confraternização.

Repercussão na Imprensa — O aniversário do IBGE repercutiu amplamente na imprensa, tendo os jornais, tanto desta Capital como do interior, publicado vasto poticário sobre as solenidades. Vários artigos sobre a obra que vem sendo realizada pelo Instituto foram divulgados; dentre eles, destacamos o seguinte, de autoria do sr. Virgílio Corrêa Filho, intitulado "Instituição Benemérita" e publicado no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, no dia 3 de junho:

"Quando o Presidente Getúlio Vargas aceitou com ênfase o projeto, que lhe ofereceu o Embaixador J. C. de Macedo Soares, então, como agora, Ministro das Relações Exteriores, da criação de um órgão paraestatal, destinado a sistematizar a estatística brasileira, mal poderia suspeitar que daquele embrião viçaria, em curto prazo, a instituição que evidenciou a capacidade patricial para planejar, organizar e executar relevantes serviços, como a de empreender os que lhe estão a cargo. Era, de princípio, apenas o Instituto Nacional de Estatística, de atribuições definidas pelo decreto 21 609 de 6 de julho de 1934, que lhe deu por fundamento o princípio da "cooperação das três ordens administrativas da organização política da República."

No Palácio do Catete, ao inaugurar-lhe os trabalhos, frisou o Presidente que maior prova de confiança nos resultados futuros não podia paten-tear do que evidenciavam as próprias circunstâncias, em que se realizou a cerimônia de 29 de Maio de 1936. Para demonstrar o seu carinho pelo Instituto, "lhe dera a sua casa e o seu ministro". E assim começou a trabalhar o primeiro grupo de obreiros, convocados pelo idealismo con-

O Sr. Jurandyr Pires Ferreira, ao lado do Prof. Jorge Kingston, felicita o Sr. Enéias Camargo, Prêmio Teixeira de Freitas





O 29 DE MAIO NA IR DO ESTADO DO RIO — Aspecto da sessão comemorativa do "Dia do Estatístico", realizada no auditório Favila Nunes, no DEE. Vê-se na foto o Agente Municipal de Estatística, Sr. Onésimo Crescêncio, no momento em que recebia, das mãos do representante do Governador do Estado, o prêmio Teixeira de Freitas, destinado à Região Leste.

tagiante de Mário Augusto Teixeira de Freitas, cuja incansável dedicação ao trabalho se amparava em segura técnica e anseios de elevar a estatística aos mais altos níveis, para melhor servir ao Brasil. Traçara-lhe as diretrizes no anteprojeto que elaborara e defendera, convicto de sua exequibilidade, embora se baseasse em doutrina renovadora dos processos costumeiros.

A sua formação jurídica, e tradição de família, que se gloriava do insigne civilista, a quem o Governo Imperial cometera a incumbência de elaborar o Código Civil, interrompido por acidente de Saúde, impelia-o, de preferência, à classe dos conservadores.

Mas, aspirações revolucionárias abrasavam-lhe a mente equilibrada, que ideou reformas integrais da estrutura político-administrativa do Brasil, de maneira pacífica, pela persuasão. Que fôsse realizada, provou o primeiro ensaio de que resultou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em cujo título se irmanavam os dois órgãos, o Conselho Nacional de Geografia, criado a 24 de março de 1937, e o Conselho Nacional de Estatística, regulamentado pela Convenção Nacional, que decreto federal de 11 de agosto de 1936 aprovou e ratificou. Não havia, no país, modelo algum, que lhe servisse de guia.

Direção proveniente de novas doutrinas, que lhe imprimiram feição *sui-generis*.

Processos de trabalho acordes com normas orientadas pelo pensamento fundamental da cooperação.

Técnica aperfeiçoada de manipular números, para deles extrair conclusões esclarecedoras de problemas brasileiros.

Honestidade de propósitos e de atos, contribuía tudo para imprimir à entidade nascente o cunho de seriedade e confiança, que merecem as organizações, em que sadio idealismo se harmoniza com o trabalho construtivo.

Não tardaram a aparecer os resultados da experiência ousada, que Teixeira de Freitas dirigia, com a habilidade operosa de regente de orquestra bem afinada. E à medida que se comprovava, em números mercedores de crédito, o acerto da orientação adotada, iam crescendo as incumbências que o Governo lhe atribuía, tanto na ala estatística, mais velha, como igualmente na geográfica. Assim, foi que lhe coube emprender o recenseamento geral do Brasil, conforme prescreveu

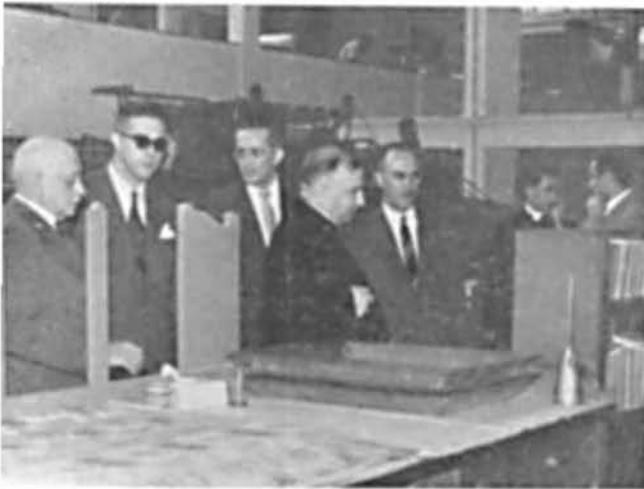
decreto de 2 de fevereiro de 1938, que lhe determinou, além de outras tarefas:

- 1) — a descrição sistemática dos distritos vizinhos;
- 2) — a revisão da carta do Centenário da Independência ao milionésimo;
- 3) — o cômputo da área e população urbana das sedes municipais e estaduais.

Para atender às obrigações acrescidas, o Conselho Nacional de Geografia, ainda eficientemente dirigido pelo seu idealizador, Engenheiro Cristovam Leite de Castro, promoveu a primeira campanha, cujo êxito se exibiu na "Exposição Nacional de Mapas Municipais" inaugurada, na Feira de Amstras, a 29 de Maio de 1940, pelo Presidente Getúlio Vargas, que, a propósito, realçou "a dedicação e esforço dos técnicos do Instituto, que têm empregado, nesse trabalho, fé e entusiasmo sem o que nada é possível realizar de duradouro".

"Deve-se isto, frisou, ainda, à reconhecida operosidade e ao desinteresse patriótico do Embaixador Macedo Soares, que, supervisionando o trabalho geral, emprega aquela tenacidade e aquela atividade tão próprias de seu temperamento para conseguir ótimos resultados em todas as empresas em que os seus esforços e a sua direção se fazem sentir".

Em seguida, a "Campanha das Coordenadas Geográficas", para metodizar os trabalhos de campo, conforme processos uniformes de operações, ampliou-se com a dos "Levantamentos Mistos" e de "Triangulação" e "Nivelamentos". A revisão da "Carta Geral" de 1922 já não seria compilação de trabalhos alheios. Derivaria, também, de levantamento aerofotogramétrico, e dos dados colhidos nas diversas "campanhas" empreendidas pelo próprio Conselho, que, ao mesmo tempo se esforçou por aperfeiçoar os conhecimentos técnicos do seu pessoal e dos interessados no assunto. Para tal fim, levou aos prelos a "Revista Brasileira de Geografia" cujo número 2 do ano XVII já veio a lume, o "Boletim Geográfico" que já alcançou o número 124, mais de uma dezena de volumes da "Biblioteca Geográfica Brasileira", o "Anuário Geográfico do Brasil" e obras avulsas. Os "Cursos de Férias" destinados aos Professores de Geografia, de nível secundário já ultrapassaram a primeira década de existência. Revelam perseverantes esforços, que, sem dúvida, contribuíram para difundir a metodologia moderna, e modelar a mentali-



VISITA AO IBGE — O Núncio Apostólico, d. Armando Lombardi, visitou o IBGE no dia 17 de abril, tendo sido recebido pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, antigo Presidente da entidade. Em seguida, o eminente prelado foi ao Serviço Gráfico, percorrendo demoradamente suas instalações (fotos acima).

dade geográfica no país, semelhantemente ao que vem realizando o Conselho Nacional de Estatística no ramo de suas atividades. Graças ao prestígio conquistado por seu trabalho, embebido do idealismo, a mentalidade estatística espalhou-se pelas mais distantes regiões, em que não faltará um executor dos ensinamentos do abnegado fundador, cuja presença como que continua a animá-lo, apesar do seu desaparecimento irremediável. A legião dos que lhe sentiram a ação catalítica e transformaram-se em outros tantos agentes de irradiação da mística ibgeana garantiu a sobrevivência da instituição em fase penosa, que lhe perturbou o funcionamento.

Restaurada em suas racionais diretrizes, não lhe tem faltado, apesar das alterações no ambiente político, a eficaz direção de individualidades, que souberam atuar superiormente, desde a escolha dos Secretários Gerais, seus auxiliares imediatos, responsáveis pelo bom andamento dos trabalhos, tanto no Conselho Nacional de Geografia, como igualmente no de Estatística.

Antigo magistrado, conceituado pela sua integridade, o Desembargador Florêncio de Abreu iniciou a nova fase, em momento de apreensões.

Sem percebendo que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística derivou da conjugação de patrióticos esforços, inspirados por sadio idealismo, levou para o governo da nau, ameaçada de socorbar, a sua retidão de propósitos, a maneira suave de resolver as dificuldades, que se lhe deparassem, e a exata compreensão do que valia a instituição confiada à sua chefia.

Ao deixá-la, por decisão própria, contrariando as manifestações de solidariedade de associações culturais, que lhe instavam pela continuação no cargo, não obstante a mudança ocorrida na política, recebeu as mais expressivas homenagens dos que lhe acompanharam a administração judiciosa.

Análogas provas de apreço não faltaram ao seu substituto, Dr. Elmano Cardim, que, aparentemente alheio aos destinos da instituição, por doutrinar em outro posto, em que justamente conquistou o primado, já lhe cooperara, todavia, para o engrandecimento, com a sua pena de lúcido publicista e colaboração nos trabalhos de uma das comissões. Conhecia-lhe os problemas e soube enfrentá-los, com a sua clarividência costumeira e decisão no atuar sem vacilações. Embora a contragosto, pois aceitaria a incumbência, por equivar a encargo, depois de ter recusado ofertas de cargos vários, continuaria a contribuir para a prosperidade da instituição, em análogas circunstâncias, se não ocorresse a inesperada mudança de governo.

Para seu substituto, feliz solução apontou o nome do fundador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, que, por admirável coincidência, chefiava de novo o Ministério das Relações Exteriores, semelhantemente ao que sucedera quando lhe promoveu a fundação. Conhecia de sobejo a Casa, que edificara, os auxiliares, a quem jamais faltou o seu estímulo para os empreendimentos exequíveis. Com a sua colaboração de bom grado prestada, robustecera a estrutura do organismo, que se mostrou suficientemente forte para resistir ao camatelo dos demolidores.

Encerrado o parêntese lamentável que tentou subverter o Instituto, avultaram as provas de sua operosidade, expressas em obras indispensáveis às consultas dos administradores, dos economistas, de quantos queiram conhecer a realidade brasileira sintetizada em números. Mercê dos seus esforços perseverantes, metodizou-se a indagação, como também a interpretação dos respectivos resultados. Em vez de várias fontes informativas, cujos resultados se contradiziam, decepcionando os especialistas, apenas uma colheria os dados, para os apresentar em quadros sistemáticos. Desapareceram as divergências, apesar da expansão da rede especializada nas coletas de informações. Quando apenas editasse o "Anuário Estatístico do Brasil" cujo número correspondente a 1950 se acompanhou do "Mapa" elaborado pelo Conselho Nacional de Geografia, já faria jus o IBGE à benevolência nacional. As suas seisentas e tantas páginas enfeixam, anualmente, gradativamente mais dilatado para abranger a maior variedade possível de aspectos da vida brasileira. Além desses volumes da série (B) que expõe "Resultados Estatísticos", outros dedicam-se, de preferência, à doutrina, para o "Estudo de Estatística" da série (A), ao passo que se englobam em (C) todas as "Publicações Diversas", cujo número se alonga por várias dezenas. Por meio dessas edições, muitas das quais antecederam a inauguração, em 1953, da "Escola Brasileira de Estatística", transformada, a 29 de maio de 1954, em "Escola Nacional de Ciências Estatísticas", atuou o CNE, no âmbito da sua especialidade, como o CNG nos domínios que lhe competem. Não somente aplica os processos modernos de pesquisas, como ainda lhes difunde os ensinamentos, em aulas e por livros e revistas. E para avaliar as consequências de sua doutrinação constante, pela palavra e pelo exemplo, bastaria ligeiro cotejo entre o que era a estatística brasileira, ao fundar-se o IBGE que fixa o marco divisor de duas épocas perfeitamente caracterizadas. Antes, da multiplicidade de infor-



O DIA PAN-AMERICANO — No dia 12 de abril realizou-se no auditório do CNE uma sessão festiva, em comemoração ao Dia Pan-Americano (a mesa, acima, presidida pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, antigo Presidente do IBGE). O Prof. Manuel Diegues Júnior (abaixo) fez uma palestra sobre o Folclore nas Américas.

mações desarticuladas, gerava-se o caos, em que se desiludiam os estudiosos, ansiosos de escolher a mais exata. Na atualidade, o volume fundamental contém dados, colhidos por operadores idôneos, e apurados mediante exame rigoroso, em que podem confiar os consulentes, que não lhe regateiam louvores ao trabalho consciencioso. Tanto no país, onde nenhum ensaio sério acerca dos magnos problemas nacionais se ultima, sem os elementos fornecidos pelo "Anuário" e outros volumes, de análoga procedência, como igualmente no estrangeiro, cujas universidades e associações especializadas no ramo têm realçado a valia das contribuições científicas do IBGE.

É esta instituição, que, ao comemorar o seu 20.º aniversário de existência fecunda, passou à direção do Engenheiro Jurandy Pires Ferreira.

Como credenciais para o cargo, as suas qualidades pessoais tiveram especial realce nas palavras com que o Sr. Presidente da República ao dar-lhe posse, a 8 de maio, patenteou o "alto aprêço em que tenho o IBGE, instituição que ganhou o respeito de todo o país e tanto tem prestigiado o nome do Brasil no estrangeiro". E acrescentou: "a escolha do substituto recaiu em nome de maior relêvo da engenharia e do magistério superior do país: o Dr. Jurandy Pires Ferreira. A sua aguda inteligência e a sua extensa cultura o colocaram à altura da responsabilidade que lhe ponho sobre os ombros. Político militante, estou certo de que concentrará na tarefa que ora lhe confio oportu-



nidade para demonstrar uma vez mais sua devoção à coisa pública, presidindo ao IBGE com aquele misto de entusiasmo e de prudência que se requer na relevante missão que vai exercer".

Horas depois, ao passar-lhe o exercício, no auditório do Conselho Nacional de Estatística, o Embaixador Macedo Soares resumiu o progressivo desenvolvimento do IBGE, desde a sua instalação em salas do Palácio do Catete.

Acentuou a propósito que "a obra realizada deve ser atribuída à grande preocupação que tiveram sempre os governos e os Presidentes da entidade de preservá-la de influências e injunções partidárias, permitindo-lhe trabalhar pelo engrandecimento do Brasil a coberto da interferência desagregadora de interesses capazes de usar a instituição como instrumento de monstruoso crime contra a Nação".

Enalteceu a personalidade, os invulgares predicados de inteligência e de capacidade de trabalho do Professor Jurandy Pires Ferreira, dizendo que Sua Ex.ª, o Senhor Presidente da República fôra buscar um técnico para um cargo técnico, já que a Presidência do IBGE não poderia jamais ser confundida com um cargo de natureza político-partidária.

Destarte, sob os melhores auspícios, assegurados por vozes autorizadas, da mais alta expressão, começa o novo Presidente a executar os seus sadios projetos, pois que declarou, a propósito, "não pouparei esforços para mantê-lo à altura de seu prestígio nem esmorecerei a marcha empolgante de seu aperfeiçoamento".

SECRETARIA-GERAL DO CNE

NO DIA em que o Prof Jurandyr Pires Ferreira assumiu as funções de Presidente do IBGE, o Sr. Waldemar Lopes, então no cargo de Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, dirigiu-lhe a seguinte carta:

“Rio de Janeiro, 8/5/1956.

Excelentíssimo Senhor
Engenheiro Jurandyr Pires Ferreira
Senhor Presidente,

No momento em que assume Vossa Excelência a presidência do IBGE, cumpro-me solicitar-lhe exoneração do cargo de Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, que, honrado pela confiança dos dignos antecessores de Vossa Excelência, venho exercendo pela segunda vez, desde outubro de 1954.

Devo, ainda, informar Vossa Excelência de que a todos os meus colaboradores nesta Casa, titulares, igualmente, de cargos de confiança, solicitei se mantivessem nos seus postos, até que possam depositá-los nas mãos de quem vier a ser distinguido por Vossa Excelência com a sua escolha para Secretário-Geral.

Formulando os mais sinceros votos pelo feliz êxito da administração de Vossa Excelência, a cujas ordens me coloco, na qualidade de servidor do IBGE, subscrevo-me, com o mais alto aprêço, patricio at^o e adm^o

(a) *Waldemar Lopes*”

No dia 21 de maio, o Sr Waldemar Lopes dirigiu ao Presidente do IBGE uma nova carta, nos seguintes termos:

“Rio de Janeiro, 21/5/1956

Excelentíssimo Senhor
Professor Jurandyr Pires Ferreira
Senhor Presidente.

Teve Vossa Excelência a bondade de referir-me, pessoalmente, os motivos pelos quais não apreciou ainda o meu pedido de exoneração do cargo de Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, formulado quando de sua posse na presidência do IBGE

Embora desejasse aguardar em exercício a solução do assunto, imperiosas razões de saúde obrigam-me, por força de prescrição médica, a reconsiderar essa atitude. Conto, pois, com o assentimento de Vossa Excelência para a decisão, que sou levado a tomar, de passar o cargo, nesta data, ao meu substituto imediato, Dr Antônio P L Teixeira de Freitas, Diretor de Administração da Secretaria-Geral.

Renovando a Vossa Excelência a segurança de meu alto aprêço, subscrevo-me atenciosamente

(a) *Waldemar Lopes*”

Do Professor Jurandyr Pires Ferreira, recebeu o Sr Waldemar Lopes, em resposta, a carta que a seguir reproduzimos:

“Prezado Dr. Waldemar Lopes

Ao insistir V. S no pedido de demissão do cargo de Secretário-Geral de Estatística do IBGE, invoca motivo de saúde

Nesta forma não me cabe, pois, outra alternativa senão compreender tais razões ponderáveis que irão privar o IBGE de sua preciosa colaboração.

Os serviços que V S tem prestado a esta modelar Instituição o fazem credor do respeito daqueles que aqui trabalham.

Fazendo votos pelo seu restabelecimento para que em breve possa vir a oferecer seu dedicado esforço pelo constante engrandecimento desta Casa, quero reafirmar meu agradecimento à sua colaboração.

Com os protestos de alto aprêço, subscrevo-me atenciosamente

(a) *Jurandyr Pires Ferreira*

4/6/1956.”

Ficou respondendo pelo expediente da Secretaria-Geral do CNE o Sr. Antônio Teixeira de Freitas, Diretor de Administração.

OS MUNICÍPIOS E A REFORMA CONSTITUCIONAL

A ASSOCIAÇÃO Brasileira de Municípios, no propósito de colaborar no plano de reforma da Constituição, preparou um anteprojeto de emendas, com ampla justificação, tendo em vista os interesses dos Municípios.

O trabalho foi entregue ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, sr. Nereu Ramos, pela diretoria da ABM, tendo à frente os srs Osório Nunes, presidente do Conselho Deliberativo, e Osmar Cunha, presidente do Conselho Diretor. Durante mais de duas horas, o sr Nereu Ramos discutiu com aqueles municipalistas as emendas sugeridas, tendo o sr Osório Nunes explicado longamente as origens, o sentido e a oportunidade do anteprojeto, rigorosamente baseado nos postulados da

Carta dos Municípios e visando fundamentalmente a uma melhor distribuição de rendas para os Municípios brasileiros

São as seguintes as principais emendas sugeridas pela ABM:

Art 15:

§ 4^o — A União entregará aos Municípios dez por cento do total que arrecadar do imposto de que trata o n^o II, efetuada a distribuição em partes iguais, e fazendo-se o pagamento, de modo integral, de uma só vez, a cada Município, durante o quarto trimestre de cada ano

§ 5.º — A União entregará igualmente aos Municípios 15% (quinze por cento) do total que arrecadar do imposto de que trata o n.º IV, feita a distribuição em partes iguais, devendo o pagamento a cada Município ser feito integralmente, de uma só vez, durante o terceiro trimestre de cada ano.

§ 6.º — Metade, pelo menos, da importância entregue aos Municípios, por efeito do disposto no parágrafo 5.º, será aplicada em benefícios de ordem rural. Para os efeitos deste parágrafo, entende-se por benefício de ordem rural todo o serviço que fôr instalado ou obra que fôr realizada com o objetivo de melhoria das condições econômicas, sociais, sanitárias ou culturais das populações das zonas rurais.

Redija-se assim o art. 19:

Art. 19 — Compete aos Estados decretar impostos sobre:

I — Transmissão de propriedade *causa mortis*;

II — vendas e consignações efetuadas por comerciantes e produtores, inclusive industriais, isenta, porém, a primeira operação do pequeno produtor, conforme o definir a lei estadual;

III — exportação de mercadorias de sua produção para o estrangeiro, até o máximo de cinco por cento *ad valorem*, vedados quaisquer adicionais;

IV — os atos regulados por lei estadual, os do serviço de sua justiça e os negócios de sua economia.

§ 1.º — O imposto sobre transmissão *causa mortis* de bens corpóreos cabe ao Estado em cujo território estes se achem situados.

§ 2.º — O imposto sobre transmissão *causa mortis* de bens incorpóreos, inclusive títulos e créditos, pertence, ainda quando a sucessão se tenha aberto no estrangeiro, ao Estado em cujo território os valores da herança forem liquidados ou transferidos aos herdeiros.

§ 3.º — Os Estados não poderão tributar títulos da dívida pública emitidos por outras pessoas jurídicas de direito público interno, em limite superior ao estabelecido para as suas próprias obrigações.

§ 4.º — O imposto sobre vendas e consignações será uniforme, sem distinção de procedência ou destino.

§ 5.º — Em caso excepcional, o Senado Federal poderá autorizar o aumento, por determinado tempo, do imposto de exportação, até o máximo de dez por cento *ad valorem*.

Redija-se assim o art. 20:

Art. 20 — Quando a arrecadação estadual de tributos, salvo a do imposto de exportação, exceder, em Município que não seja o da Capital, o total das rendas tributárias locais, o Estado dar-lhe-á anualmente quarenta por cento do excesso arrecadado, fazendo-se o pagamento integral até o fim do terceiro trimestre do ano seguinte ao exercício a que se referir o excesso de arrecadação.

Parágrafo único — Para o efeito do disposto neste artigo, considera-se renda tributária local o produto da arrecadação de tributos cuja criação e cobrança sejam da competência dos Municípios, excluindo-se assim, além de qualquer outra receita, a proveniente da participação em tributos federais ou estaduais, nos termos da Constituição.

Redija-se assim o art. 28:

Art. 28 — A autonomia dos Municípios será assegurada:

I — pela eleição do Prefeito e dos Vereadores;

II — pela elaboração e promulgação de sua lei orgânica;

III — pela administração própria, no que concerne ao seu peculiar interesse e, especialmente:

a) à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação de suas rendas;

b) à organização dos serviços públicos locais.

Redija-se assim o art. 29:

Art. 29 — Além da renda que lhes é atribuída por força dos parágrafos 2.º, 4.º e 5.º do art. 15, e dos impostos que, no todo ou em parte, lhes forem transferidos pelo Estado, pertencem aos Municípios os impostos:

I — sobre propriedade territorial urbana e rural;

II — predial;

III — sobre transmissão de propriedade imobiliária *inter vivos* e sua incorporação ao capital das sociedades;

IV — de licenças;

V — de indústria e profissões;

VI — sobre diversões públicas;

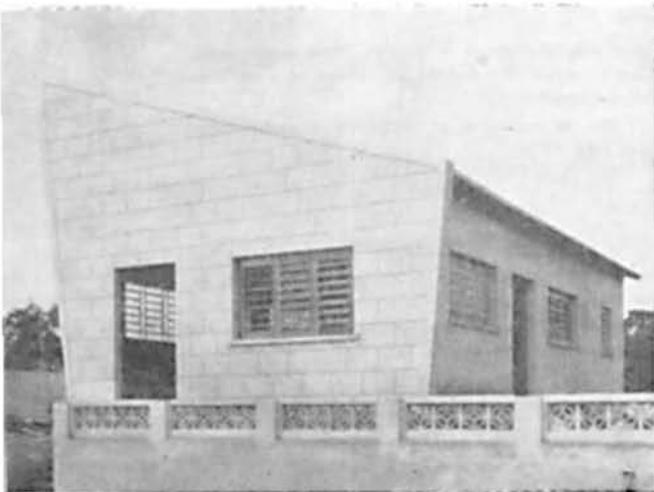
VII — sobre atos de sua economia ou assuntos de sua competência.

Parágrafo único — O imposto territorial rural não incidirá sobre sítios de área não excedente a vinte hectares, quando os cultive, só ou com sua família, o proprietário.

Acrescentem-se os seguintes artigos ao Título V — Da Ordem Econômica e Social:

Art. — Será entregue aos Municípios, na forma da lei, para aplicação em benefício da assis-

AME DE CAUCAIA — A Prefeitura Municipal de Caucaia (Ceará) doou ao IBGE o edifício Teixeira de Freitas, onde tem sede a Agência Municipal de Estatística.



tência social local, a importância correspondente a dez por cento da renda bruta que os órgãos de previdência social arrecadarem em cada Município.

Art. — A lei determinará a forma de aplicação no Município em que se originou, ou em grupos de Municípios vizinhos, de pelo menos cin-

qüenta por cento da arrecadação de cada entidade de assistência e previdência sociais.

Art. — A lei estabelecerá o modo de inversão das reservas dos órgãos de previdência social nos Municípios, como contribuição à solução do problema da moradia

O MAPA DO BRASIL

A PROPÓSITO de críticas surgidas na imprensa, com relação à ausência de algumas cidades no mapa do Brasil na escala de 1:5 000 000, o Conselho Nacional de Geografia prestou os seguintes esclarecimentos:

"Pedidos de informações (e mesmo alguns veementes protestos) têm sido ultimamente dirigidos ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pelo fato de não figurarem diversas cidades no mapa do Brasil, na escala de 1:5 000 000, organizado em 1954 pelo Conselho Nacional de Geografia, órgão do IBGE.

O CNG elabora mapas em diversas escalas (desde 1:250 000 até 1:5 000 000), nos quais se procura representar o país com a fidelidade compatível com os elementos disponíveis na época de sua elaboração e segundo a mais moderna técnica cartográfica. Esses mapas são tanto mais pormenorizados quanto maiores forem as suas escalas, ou em outras palavras, as suas dimensões

Em particular, a carta do Brasil na escala de 1:5 000 000 é um simples mapa informativo, no qual figuram em sua grande maioria (mas não em sua totalidade) as cidades, a rede hidrográfica, as vias de transportes mais importantes e o relevo do país, em suas linhas gerais. A presença de maior ou menor número de acidentes geográficos está condicionada à escala do mapa.

Ora, a escala de 1:5 000 000 é uma escala muito pequena, na qual um milímetro representa cinco quilômetros e onde o Brasil aparece contido num quadrado de um metro de lado. Nestas condições, em regiões quase despovoadas, como o Norte e o Centro-Oeste, pode-se representar tôdas as cidades e mesmo muitas vilas; mas em zonas densamente povoadas não é possível representá-las tôdas, pois a nomenclatura ocuparia a maior parte do espaço, ocultando muitos acidentes importantes (rios, estradas, etc.) e tornando o mapa praticamente ilegível)

Nenhuma carta geográfica em pequena escala, principalmente dos países mais desenvolvidos, tem em mira representar tôdas as suas aglomerações urbanas. Quando várias destas se encontram demasiado próximas, é forçado o cartógrafo a adotar um critério de seleção, sendo o mais usado o da população.

É o que ocorreu, por exemplo, com a cidade de Mariana, cuja ausência no mapa provocou tanta celeuma, mas que não é a única a faltar, seja em Minas, seja em outros Estados do Brasil. Das 388 cidades existentes em Minas Gerais em 1950, apenas 187 puderam figurar no mapa.

Mariana acha-se muito próxima de Ouro Preto (cêrca de 9 quilômetros, em linha reta que na escala do mapa são representados por menos de 2 milímetros) e não muito distante de Ponte Nova e Itabirito. Sua população (nos quadros urbano e suburbano) era de 4 384 habitantes, segundo o censo de 1950, ao passo que Ouro Preto contava com 8 751, Ponte Nova com 15 056 e Itabirito com 7 104 habitantes. Os nomes dessas quatro cidades não poderiam coexistir, sem prejuízo da clareza do mapa, sendo o cartógrafo forçado a eliminar um dêles, tal como em muitos outros casos análogos. O critério da população foi desfavorável a Mariana, conforme indicam os números acima. Na edição de 1950, todavia, por não figurar a cidade de Itabirito, foi incluída a de Mariana.

Observe-se que o importante não é considerar a população isoladamente, mas sim em relação às das aglomerações vizinhas. Pequenas cidades podem e devem figurar no mapa, quando em regiões pouco povoadas; ao passo que outras, embora mais populosas, são forçadas a desaparecer, quando situadas nas proximidades de várias aglomerações ainda maiores. É esta a razão por que foram omitidas tantas cidades dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo.

O Conselho Nacional de Geografia editou, entretanto, um outro mapa (ora esgotado, mas em preparo para reedição) na escala de 1:2 500 000, em que o Brasil aparece com as dimensões de 2m x 2m e do qual constam tôdas as suas cidades e muitas de suas vilas

Outras cartas do país são ainda publicadas pelo Conselho, (e esta é a sua principal tarefa) subdivididas em fôlhas, em escalas maiores, isto é, de 1:1 000 000, 1:500 000 e 1:250 000, nas quais figuram as cidades, as vilas e até mesmo os povoados

A omissão de cidades e de quaisquer acidentes geográficos, mesmo de certa importância, é uma fatalidade a que nenhum cartógrafo poderá fugir, quando se trata de mapas em pequenas escalas.

Jamais pretendeu, pois, o Conselho Nacional de Geografia, nas suas diversas edições de mapas em escala de 1:5 000 000, representar tôdas as cidades, nem tampouco tôdas as estradas, todos os rios ou tôdas as serras. Da mesma forma procedem os mais conceituados institutos cartográficos dos mais adiantados países do mundo. Não se trata, por conseguinte, de ignorância ou de um lapso e muito menos de qualquer intuito de menosprezo. Erros são, entretanto, inevitáveis; e qualquer crítica serena e construtiva será sempre bem recebida, para o aperfeiçoamento da cartografia brasileira "

REUNIÃO DE BISPOS

REALIZOU-SE em Campina Grande, dos dias 21 a 26 de maio, uma reunião dos Bispos do Nordeste, a cujo encerramento compareceram altas autoridades, inclusive o Presidente da República, sr Juscelino Kubitschek.

A Reunião teve como finalidade principal o exame da posição da Igreja em face do problema do êxodo rural, e obedeceu à seguinte agenda:

1 Definição do tipo de economia conveniente a regiões sujeitas a fortes estiagens.

2. O conteúdo social — ainda não manifestado — de Paulo Afonso

3 O Vale do S. Francisco, a Bahia e o Maranhão, exemplos típicos de áreas ricas de colonização acolhendo um povo pobre

4 Como levar os açudes públicos e os vales úmidos a exercerem sua função legítima em favor do homem regional

5 Como fixar, pela franquia de uso da terra, o agricultor imigrante numa região onde o Estado não sabe os latifúndios que possui.

6. Como fazer do Serviço Social Rural uma força a serviço do bem-estar da população regional.

7 Linhas de uma autêntica política de crédito rural para o médio e o pequeno agricultor, e para o lavrador sem terra própria.

8 O Banco do Nordeste, fator de estímulo para o desenvolvimento da região seca.

9 A industrialização do Nordeste: unidades de grande, médio e pequeno porte O artesanato rural.

10 Política efetiva de fomento agropecuário para uma economia rural desassistida.

11. Que esperar do cooperativismo e do associativismo rural honestamente organizados e dirigidos.

12 Tipos de escola a adotar para as grandes necessidades do meio rural

13 Aproveitamento econômico e conservação dos recursos naturais típicos da região

14. Deficiências atuais no atendimento ao homem rural e meios de coordenar o respectivo planejamento.

15 O Estado, a Igreja e os particulares em torno de um programa realista, a longo prazo, em prol da região

16. O Regional da Ação Católica e suas responsabilidades em face dos problemas espirituais e materiais do Nordeste brasileiro.

Como conclusões da Reunião, os Bispos do Nordeste resolveram aprovar indicações ao Governo Federal sobre os seguintes assuntos: liberação das verbas destinadas a aplicação no Nordeste; salvaguarda, este ano, sem cortes e reduções, das verbas destinadas àquela região; não inclusão do Nordeste, a partir de 1957, no chamado "Plano de Economia"; irreversibilidade das verbas destinadas ao Nordeste; criação do Núcleo Colonial do Mearim; criação do Núcleo Colonial do Vale do rio Parnaíba, no Piauí; criação do Núcleo Colonial para abastecimento de Fortaleza; construção do porto teleférico de Areia Branca, no Rio Grande do Norte; incentivo ao desenvolvimento econômico dos vales secos do Açu e Apodi; instalação hidrelétrica no açude de Curema, na Paraíba; aparelhamento do porto do Recife para escoamento e distribuição de fosfato e construção do ramal da RFN para o mesmo fim; instalação de um Núcleo Colonial para o abastecimento de Recife; instalação de 200 famílias na Colônia Pindorama, em Alagoas; instalação de postos de migração em Petrolina, Aracaju, Propriá e Feira de Santana; instalação de 350 famílias, pelo INIC, em seus núcleos coloniais da Bahia, no corrente ano; construção de casas para trabalhadores na região Nordeste; desenvolvimento da indústria leiteira no Cariri Velho e no Baixo São Francisco; produção e distribuição de sementes na região do Nordeste; programa de indústria animal do Nordeste; fábrica de produtos biológicos de defesa sanitária, na Bahia; articulação de órgãos de fomento em benefício do Nordeste

CONFERÊNCIA NA AMB

EM solenidade realizada pela Associação dos Municípios da Bahia, no dia 12 de março, o sr. Felipe Nery, diretor do DEE daquele Estado, pronunciou uma conferência sobre "O municipalismo e sua influência na vida do interior".

Inicialmente, o sr Felipe Nery referiu-se à figura de Teixeira de Freitas, recentemente desaparecido, cuja atuação à frente do Movimento Municipalista acentuou, dizendo, a certa altura:

"Os mais sadios princípios da campanha municipalista — em que tantos espíritos brilhantes se têm destacado — foram lançados em nossa consciência e vivificaram em nosso entusiasmo mercê das idéias sublimadas desse líder, sereno mas resolutivo, que foi, mais do que tudo, um incomparável educador.

Ainda quando a nossa causa despertava vaticínios de calamidades ou lamuriantes previsões, o

grande mestre desarmava inexoravelmente Cassandras e Jeremias, antepondo ao artifício dos argumentos a força inabalável dos fatos. Sempre preferiu fazer doutrinação, em vez de polêmica, para, afinal, convencer a quantos o ouviam, de que bem valeria meditar no conceito sábio de Canning: "os que se opõem a um melhoramento apenas por se tratar de inovação, podem vir a ser submetidos a inovações que não representem melhoramentos".

Foi através desse sistema de catequese que conseguiu ele pôr em funcionamento essa maravilha de equilíbrio interadministrativo que é o IBGE, modelo e surpresa para muitos dos povos ditos mais adiantados. Mas o objetivo fundamental dessa organização *sui generis* era dar, a cada momento, a fotografia sem retoques da realidade brasileira, com todos "os males do presente e as esperanças do futuro" E é oportuno assinalar que,

sem a marca da atuação político-partidária e sem os trovejantes lampejos panfletários de Tavares Bastos, Teixeira de Freitas tinha em comum com o grande pensador alagoano a idolatria do bem público e a opulência de idéias com que a praticava

A concretização daquele plano verdadeiramente revolucionário — no mais elevado sentido da adjetivação — viria a ser o mais vivo, o mais vigoroso, o mais palpitante alicerce das idéias e dos triunfos municipalistas. Daí não ser possível já mais dissociar do municipalismo brasileiro o nome de — “seu nume tutelar”, como foi dito ainda há pouco — M. A. Teixeira de Freitas

A magna empresa daquela “renovação nacional” prevista na maravilhosa arrancada torreana, não poderia prescindir de um conhecimento, o mais amplo e o mais profundo, da realidade regional. E para o próprio Teixeira de Freitas havia um “postulado fundamental do municipalismo: senso de realidade”

Entretanto essa realidade, ou esse conhecimento da atualidade comunal, jamais seria um fim, mas sempre um meio. Seria, como na anamnese para o médico, o caminho para conhecer as origens prováveis do quadro clínico do ambiente social e através das ilações desse confronto, chegar à terapêutica mais consentânea para combater e eliminar os males, as deficiências e as imperfeições que debilitam os passos que devem conduzir para o progresso e a felicidade do povo

Tanto mais imperativo se fazia esse conhecimento das células fundamentais de que se entretete o organismo das unidades políticas quanto já

foi salientado que, pelas próprias condições históricas de nossa formação muitas dessas parcelas de cada província chegavam a ser ignoradas, em grande parte de sua extensão e dos seus problemas, pelo próprio arremêdo de administração local. Foi considerando esses casos lamentáveis que, em oportunidade muito anterior à fundação desta sociedade, dizia o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, num comentário de doutrinação municipalista, como mais alto porta-voz do mais alto bastião da cruzada municipalista: “Tal Governo não desempenha nem pode desempenhar o papel propulsor e civilizador que lhe deveria caber; mas impede, pela barreira da autonomia municipal, que a Nação, por intermédio dos poderes da União e do Estado, exerça a assistência desdobrada e particularmente dinâmica — colonizadora, seria o termo próprio — que tais territórios estão a exigir e que deveria ser prestada por meio de órgãos apropriados”.

O transcurso de mais de um decênio tornou o conceito aí exposto apenas parcialmente inatual. E nesse interregno o papel mais destacado do municipalismo foi exatamente o de levar os homens do interior à convicção de que era um lastimável contra-senso permanecer seu município, a terra do seu nascimento e motivo dos seus carinhos, apontado como fator negativo no progresso do país, por culpa das suas atitudes.

De par com esse desbravamento de consciências, se foi disseminando a positivação de que Municípios, Estados e a União não se podem constituir em compartimentos estanques, ao revés integrando-se e ajustando-se como peças vivas e atuantes do organismo político-administrativo do país.”

IV CONGRESSO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

ORGANIZADO pela Associação Brasileira de Municípios, realizar-se-á nesta Capital, de 17 a 25 de novembro próximo, o IV Congresso Nacional de Municípios, do qual participarão representantes de todas as comunas brasileiras.

A Comissão Nacional Organizadora está assim constituída: presidente, Osório Nunes; vice-presidentes, Machado Villa, Barroso Filho e Celso Peçanha; secretários, Ives de Oliveira e Augusto Vieira; tesoureiro, Edgar de Amorim. Membros: Osmar Cunha, João de Paula Teixeira Filho, Antônio Pezzolo, José Cupertino de Almeida, Lourival Batista, Antunes de Oliveira, Américo Barreira, Reny Rabelo, Josino Rocha Loures, Ribamar Machado, Cavaleiro Macedo, Antônio Lomanto Júnior, Oséias Martins, Cotrim Neto, Ângelo Novi, Rondon Pontes, Sandoval Godinho e Iguatemozi Cataldi de Souza

O temário para o IV Congresso Nacional de Municípios é o seguinte:

I — Reforma Constitucional Nova discriminação de rendas em favor dos Municípios.

II — Operação-Município — Projeções regionais e locais Aspectos políticos, administrativos, econômicos financeiros, técnicos e culturais

III — Carta dos Municípios — Seção a) Reexame e aperfeiçoamento; Seção b) Temas destacados: 1. Autonomia Municipal, regime de cartas próprias; 2. Finanças municipais; 3. Planejamentos municipais; 4. Relações interadministrativas, consórcios municipais e convênios; 5. Conservação e defesa dos recursos naturais no Município; 6. O Município e a energia atômica; 7. Imigração e colonização no Município; 8. O ensino primário e o Município; 9. Exploração industrial do turismo Seção c) — Temas gerais.

Reuniões preparatórias — A ABM promoverá reuniões preparatórias do IV Congresso em vários Municípios, já estando programadas duas no Estado de São Paulo: a de Ourinhos, que se realizará nos dias 4 e 5 de agosto, e a de Limeira, que terá lugar nos dias 6 e 7 de outubro. A primeira compreenderá os Municípios da Zona da Sorocabana e do Norte do Paraná, e a segunda, os Municípios da zona da Mogiana e da Paulista.

EM POUCAS LINHAS

SERÁ instalada no dia 15 de agosto, no Panamá, a VI Reunião do Congresso Interamericano de Municípios, cujas sessões deverão prolongar-se até o dia 19 do mesmo mês. É a seguinte a agenda do Congresso: I Expansão e desenvolvimento das áreas urbanas e suburbanas; II. Os recursos econômicos dos Municípios em relação com a autonomia municipal e a necessidade de assegurar e ampliar essa autonomia, dentro dos limites adequados; III. Valorização da cooperação intermunicipal, com especial destaque a necessidade e conveniência das associações nacionais de Municípios; IV A ação executiva científica e sua importância na administração dos Municípios, para maior eficiência e satisfação das necessidades locais.

O Brasil estará representado nesse Congresso com uma delegação conjunta da Associação Brasileira de Municípios e do Governo Brasileiro.

★ Com a presença do Presidente da República e do Governador do Estado, a cidade mineira de Uberaba comemorou, no dia 2 de maio, o transcurso do 1º Centenário de sua fundação.

O IBGE participou ativamente dessas comemorações, tendo lançado uma monografia sobre Uberaba, na sua coleção de Monografias Municipais. Na sede da Agência Municipal de Estatística foi organizada uma exposição cartográfica e de gráficos, painéis e obras estatísticas. O Presidente da República e o Governador do Estado, em companhia do Prefeito de Uberaba, visitaram a Agência de Estatística, ocasião em que foram ali inaugurados os retratos daquelas duas altas autoridades.

★ Em Francisco Sá, cidade do Norte de Minas, reuniram-se no dia 13 de maio representantes de vários Municípios mineiros para debater assuntos ligados à reforma constitucional e à nova discriminação de rendas. Estavam presentes representantes das Prefeituras e Câmaras Municipais de Belo Horizonte, Montes Claros, Monte Azul, Espinosa, Janaúba, Mato Verde, Grão Mogol, Jequitinhonha, Jequitaiá, Pedra Azul, Brasília, Juramento, Rio Pardo de Minas, Caetanópolis, Coração de Jesus, São João da Ponte e Taiobeiras.

Os debates versaram, entre outros, os seguintes assuntos: 30% da diferença entre a arrecadação estadual e a municipal, a posição dos Municípios em face da projetada reforma constitucional e a nova discriminação de rendas a ser estabelecida com a reforma da Constituição Federal.

★ O IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), sob a orientação do Ponto IV e em colaboração com a revista "O Cruzeiro", fará realizar este ano o II Concurso "Municípios de Maior Progresso". Trata-se de um certame anual, visando a premiar os municípios que mais se tenham destacado, no decorrer do ano anterior, no campo da Administração Pública. Dentre os dez melhores municípios concorrentes, cinco serão selecionados por um júri composto dos membros da Comissão Consultiva de Administração Pública e receberão

um Diploma de Honra. Os cinco restantes serão premiados com uma Menção Honrosa.

As propostas para a participação no concurso podem ser apresentadas pelos Prefeitos ou pelas Câmaras Municipais, ou por grupos ou associações de classe locais e idôneas, como Associação Comercial, Federação das Indústrias, Rotary Club, Automóvel Club, Touring Club e outras.

★ Realizou-se em Botucatu, de 18 a 22 de julho, o V Congresso dos Municípios do Estado de São Paulo, sob o patrocínio da Associação dos Municípios do Estado. Realizaram-se simultaneamente várias conferências de destacados vultos do municipalismo.

O temário dos debates foi o seguinte: I Discriminação de rendas: a) artigos 15 e 20 da Constituição Federal; b) estudos para a reforma da Constituição Federal no que se refere aos interesses municipais. II Alterações da lei orgânica dos Municípios. III. Energia elétrica e Fundo de Eletrificação Nacional. IV Assistência médico-hospitalar ao rurícola. V O Código Sanitário e a autonomia municipal. VI. Reforma agrária e assistência rural; VII Colônias penais agrícolas e assistência ao presidiário.

★ O Governador do Estado da Bahia encaminhou à Assembléia Legislativa projeto de lei que cria o Instituto de Educação Rural da Bahia e institui o Conselho Técnico de Educação Rural.

★ O Centro Brasileiro de Estudos vai instalar uma biblioteca estudantil em Jaú (São Paulo), que funcionará na sede da Agência Municipal de Estatística.

★ Pelo decreto n.º 16 470, de 6-4-56, o Governo do Estado da Bahia reorganizou o Departamento de Municipalidades, cujas atribuições foram bastante ampliadas.

★ Estêve no Rio de Janeiro o prefeito do Panamá, sr Ramon E. Real, em viagem de aproximação com os países latino-americanos. O ilustre visitante, que aqui chegou a 16 de junho, foi hóspede da Prefeitura do Distrito Federal.

★ Foram instaladas, durante o trimestre, as seguintes Agências Municipais de Estatística: São Vicente Ferrer (Pernambuco), São Luís do Curu e Caucaia (Ceará), esta última em prédio próprio, que recebeu o nome de "Edifício Teixeira de Freitas".

★ Realizou-se no Crato (Ceará), em junho, a IV Exposição Agropecuária, que contou com a colaboração de criadores e agricultores de toda a região do Cariri.

★ O Conselho Nacional de Economia criou uma Comissão especial para examinar os fundamentos econômicos da competência tributária da União, Estados e Municípios.